

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA CAROLINA PONTES ROS

**VIOLÊNCIA FAMILIAR, PAUPERISMO E SOCIABILIDADE
BURGUESA: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão
Preto-SP.**

FRANCA

2014

ANA CAROLINA PONTES ROS

**VIOLÊNCIA FAMILIAR, PAUPERISMO E SOCIABILIDADE
BURGUESA: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão
Preto-SP.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: “Serviço Social – Trabalho e Sociedade.”

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

FRANCA

2014

Ros, Ana Carolina Pontes

Violência familiar, pauperismo e sociabilidade burguesa : a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto-SP / Ana Carolina Pontes Ros. –Franca : [s.n.], 2014
120 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: José Fernando Siqueira da Silva

1. Serviço social com a família – Ribeirão Preto (SP). 2. Violência familiar. 3. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 4. Bem-estar social. Título.

ANA CAROLINA PONTES ROS

**VIOLÊNCIA FAMILIAR, PAUPERISMO E SOCIABILIDADE
BURGUESA: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão
Preto-SP.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2014

Dedico, ao meu saudoso pai Italo (In Memoriam), à minha
querida mãe Eliane e aos meus amados sobrinhos Gabriel,
Italo e Ana Luiza.

A todas as mulheres aqui representadas, na pessoa da querida amiga Luciana,
exemplo de luta, força e superação

AGRADECIMENTOS

Sempre ouvi dizer que a redação de uma dissertação de mestrado era um processo difícil por ser algo extremamente solitário. Entretanto, ao chegar ao fim dessa trajetória, refuto veementemente essa afirmação. Aqui, nessas páginas não se encontram apenas as palavras de uma autora, mas sim a síntese de um processo de produção de conhecimento que se deu de forma coletiva e que seria impossível sem a participação dos inúmeros atores nele envolvidos. Então, tentarei expressar a minha mais profunda e sincera gratidão, ainda que seja difícil traduzi-la em palavras.

Agradeço ao querido orientador, Professor Dr. José Fernando Siqueira, pelo apoio e incentivo, pois foram determinantes para que eu pudesse chegar até aqui. Nem todos têm o privilégio de ter em um professor o exemplo de compromisso, de força e de determinação que represente fonte de inspiração para as lutas cotidianas. Deixo aqui a minha mais profunda gratidão pelos ensinamentos, pelo apoio e, principalmente por me mostrar a direção.

Aos colegas de mestrado, pelas discussões fecundas, pela amizade e pelo companheirismo. Especialmente aos grandes companheiros de jornada que estiveram comigo do início ao fim. À Nathália Lopes Caldeira Brant, pelo carinho, atenção, paciência e cuidados constantes, sempre presentes mesmo a distância. Impossível pensar nesse mestrado sem você. À Anihelen Prado e Everson Tardeli, começamos juntos e assim terminamos, construindo uma amizade que nasceu naturalmente, não por coincidência, mas pela adesão comum a uma mesma luta, por meio do qual estaremos sempre unidos na contracorrente, obrigada por tudo.

À minha amiga irmã Mariana Furtado Arantes, pelo incentivo e auxílio concreto diário, sem os quais seria impossível finalizar esse trabalho. Juntamente com ela agradeço a todas às colegas do INSS pela paciência e incentivo, especialmente às queridas Ordalita Alves e Jacqueline Almeida Lopes.

Às colegas do CREAS de Ribeirão Preto que viveram comigo essa dura realidade e me ajudaram a enfrentar a dureza desse cotidiano permeado por tanto sofrimento.

À minha querida estagiária e companheira Nayara: o que dizer para agradecer tanta dedicação e apoio? O que teria sido de mim sem essa pessoa singular ao meu lado, nos últimos anos desse processo? A você querida, meu carinho e amizade eternos!

Às minhas queridas alunas de Ribeirão Preto: não irei nomeá-las sob pena de esquecer pessoas importantes. Agradeço a confiança sempre em mim depositada e os importantes debates que, sem dúvida alguma, se fazem presentes nessas páginas.

A minha afilhada Isabela Pontes, por ter ficado ao meu lado nos momentos finais e a minha amiga Ieda L. Carvalho por estar perto quando eu precisei, agradeço as duas por terem me ajudado a segurar as pontas nas horas difíceis para que pudesse seguir em frente.

E como as necessidades humanas vão além dos básicos e dos mínimos, agradeço às minhas amigas e companheiras que me aturaram nesse final tão conturbado, com apoio, incentivo, acolhimento e amizade, suavizando um pouco a dureza desse processo: Ana Carolina Rezende, Luana Braga, Gabriela Abrãao Masson e Cynthia Salum.

Do rio que tudo arrasta diz-se que é violento, mas ninguém
chama violentas as margens que o comprimem.

Bertolt Brecht

ROS, Ana Carolina Pontes. **Violência familiar, pauperismo e sociabilidade burguesa**: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto-SP. 2014. 116 f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMO

Historicamente a violência familiar tem sido abordada pelo Serviço Social de forma focalizada e fragmentada, a partir da utilização de referenciais teórico-metodológicos e conceitos que restringem as possibilidades de compreensão do real em sua totalidade. Partindo do pressuposto de que, tais situações, ainda que mediadas pela singularidade dos sujeitos, são protagonizadas por seres sociais inseridos numa dada organização social, entende-se que essa violência ocorre instrumentalizada e estimulada por essa sociabilidade, que impõe valores sociais e estabelece as regras que formam os indivíduos como indivíduos-sociais. Assim, não se trata de um fenômeno isolado, mas sim social que, apesar de objetivado na esfera familiar, constitui-se a partir de mediações mais amplas e complexas, relacionadas à estrutura social capitalista. Buscou-se então, por meio desta pesquisa, analisar as interfaces entre as situações de violência familiar e a vivência do pauperismo objetivado na vida das famílias atendidas no CREAS II de Ribeirão Preto, bem como as mediações e determinantes que influenciam as formas de produção e reprodução dessa violência. Cabe ressaltar que a escolha do pauperismo como uma das categorias principais de análise, ao lado da categoria trabalho, essa central nesse estudo, surgiu pela constatação de que, no espaço dessa pesquisa, não se fez referência a qualquer família, mas àquelas atendidas pela política de Assistência Social, as quais compõem as parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora, ou seja, o exército industrial de reserva estagnado disponível as oscilações e necessidades do capital. Tendo como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, entrecruzando dados quantitativos e qualitativos. Longe de esgotar essa complexa temática, foram levantados alguns apontamentos que ajudam a desvelar a realidade vivenciada por essas famílias de forma a trazer subsídios ao trabalho do Assistente Social nesse campo. Entendem-se que as situações singulares de violência familiar atendidas no CREAS II possuem relação direta com a violência macroscópica do capitalismo, questão que precisa ser compreendida pelos profissionais que atuam nessa área, sob o risco de, do contrário, se transformarem em agentes reprodutores da violência estrutural.

Palavras-chave: capitalismo. pauperismo. violência familiar. assistência social. trabalho e Serviço Social.

ROS, Ana Carolina Bridges. **Domestic violence, poverty and bourgeois sociability: the lives of the families involved in CREAS II in Ribeirão Preto - SP.** 2014. 116 pages. Dissertation (Master of Social Work) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista " Julio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

ABSTRACT

Historically domestic violence has been addressed in a focused and disjointed manner by the Social Service, from the use of theoretical and methodological frameworks and concepts that restrict the possibilities of understanding the real in its entirety. Assuming that such situations, even if mediated by the uniqueness of human beings, are led by social beings embedded in a given social organization, it is understandable that such violence occurs exploited and encouraged by this sociability, imposing social values and rules forming individuals as social individuals. Thus, it is not an isolated phenomenon, but a social one that although objectified in the family sphere, constitutes from wider and more complex mediations related to capitalist social structure. This research, sought to analyze the interfaces between the situations of domestic violence and the experience of pauperism objectified in the lives of the families involved in CREAS II Ribeirão Preto, as well as measurements and determinants that influence the forms of production and reproduction of this violence. Note that the choice of pauperism as one of the main categories of analysis, along with the category of work arose from the observation that, within this research, no reference was made to any family, but those served by Social Assistance Policy, which comprise the most impoverished parts of the working class, ie the stagnant reserve army of labor available to fluctuations and capital needs. Apart from having the historical-dialectical materialism as a theoretical reference, bibliographical research, documents and field surveys were used, crisscrossing quantitative and qualitative data. Far from exhausting this complex subject, some pointers to help you uncover the reality experienced by these families in order to provide support to the work of the social worker in this field were surveyed. Be understood that the unique situations of domestic violence seen in CREAS II have a direct relationship to gross violence of capitalism, an issue that needs to be understood by professionals working in this field, under the risk, otherwise turn into breeding agents of this structural violence.

Keywords: capitalism. poverty. domestic violence. work. welfare and social work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 O ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS	17
1.1 O ponto de partida de nossa trajetória investigativa: as demandas imediatas apresentadas ao CREAS.....	17
1.2 A lógica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para o atendimento as situações de violência familiar	21
1.3 A direção ideológica e política que orienta a noção sobre a “centralidade na família”	34
CAPÍTULO 2 O TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL PARA A EXPLICAÇÃO DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA OBJETIVADOS NA ESFERA FAMILIAR	42
2.1 A centralidade do trabalho para as famílias atendidas no CREAS.....	42
2.2 O lugar das famílias atendidas no CREAS na estrutura social capitalista: um “exército industrial de reserva estagnado”	50
2.3 Do trabalho precarizado às diferentes estratégias de sobrevivência: o tráfico e o abuso de drogas	58
CAPÍTULO 3 O PAUPERISMO NA VIDA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CREAS II EM RIBEIRÃO PRETO-SP	69
3.1 Questão social e gestão da pobreza no capitalismo.....	69
3.2 O dilema da satisfação das necessidades primárias na vida dos sujeitos atendidos no CREAS II	72
3.2.1 A alimentação.....	72

3.2.2 As condições de moradia e seus rebatimentos nas relações sociais e familiares	76
3.3 Da satisfação das necessidades primárias às necessidades humanas: os sonhos impossíveis.....	84
3.3.1 A educação como necessidade humana.....	85
3.4 O cerceamento dos sonhos e a limitação do ser social	94
3.5 Considerações sobre o trabalho do Assistente Social.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista	118
APÊNDICE B - Termo de consentimento.....	119
ANEXOS	
ANEXO A - Relatório mensal de atendimento CREAS	121

INTRODUÇÃO

A violência constitui-se em um fenômeno complexo e multifacetado que permeia a história da humanidade, mas assume configurações específicas na sociedade capitalista se objetivando de diferentes maneiras. É um tema que tem recebido especial atenção do Serviço Social por seu crescente trabalho, principalmente com a chamada “violência doméstica” e a consequente exigência de intervenções profissionais na esfera dos conflitos e das relações familiares. Historicamente, é a Política de Assistência Social o espaço que mais vem abarcando essa demanda e solicitado esse tipo de intervenção profissional e, com sua recente organização em forma de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), os locais instituídos para o atendimento das várias formas de objetivação da violência na esfera familiar.

Em observações e reflexões sobre o cotidiano de trabalho nos e com os serviços que compõem o CREAS no município de Ribeirão Preto, verificou-se que esse tipo de ação profissional, na maioria das vezes, carece de referenciais teórico-metodológicos consistentes que permitam a apreensão da complexidade do fenômeno da violência e, especificamente, da violência familiar, nessa sociabilidade, bem como das contradições inerentes à Política de Assistência Social. Tal carência tem culminado em intervenções pontuais e focalistas que, apesar de imbuídas de boas intenções, acabam por se tornar reprodutoras de outro tipo de violência: a violência estrutural intrínseca ao modo de organização social¹.

A partir daí percebeu-se a necessidade de subsidiar melhor uma efetiva ação profissional nesse espaço, buscando desvelar as formas como a violência se objetiva na esfera familiar, considerando suas interfaces com a estrutura social em que se insere. Tem-se como pressuposto que a violência familiar não se constitui em um fenômeno isolado, e sim em um fenômeno social que, apesar de objetivado na esfera familiar, sofre determinações mais amplas e complexas relacionadas ao momento sócio-histórico e ao modo de organização social vigente. Esta pesquisa objetivou

1 Tal afirmação baseia-se nos resultados e reflexões de pesquisa que foi realizada em 2010 para elaboração da monografia de conclusão do curso de especialização em Serviço Social Direitos e Competências Profissionais da UNB em parceria com o CFESS, intitulada: “Serviço Social, Violência e Assistência Social: reflexões sobre o trabalho profissional no CREAS em Ribeirão Preto-SP.”

então, analisar as interfaces entre as situações de violência familiar e a vivência do pauperismo presente na vida das famílias atendidas no CREAS II de Ribeirão Preto, bem como as mediações e determinantes que influenciam as formas de produção e reprodução dessa violência.

Tem-se como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético. Este, ao enxergar a realidade como totalidade concreta e em movimento, saturada de mediações e determinações, permite conceber tanto a violência quanto o trabalho profissional como processos históricos, inseridos em uma determinada sociabilidade repleta de contradições. Ao colocar a centralidade na categoria trabalho e apreender o complexo significado da luta de classes, possibilita a apreensão dos diferentes tipos de objetivação da violência que o modo de produção capitalista impõe e naturaliza e seus rebatimentos na esfera familiar, bem como o papel contraditório que a política de Assistência Social e o Serviço Social assumem no contexto atual.

Azevedo (2011, p.44) afirma que a violência familiar “[...] é o resultado de uma interação entre fatores individuais (biológicos e psicológicos) e sociais (econômicos, políticos e culturais).” Numa perspectiva de totalidade é obviamente impossível desconsiderar essas mediações, em nossa abordagem; contudo, opta-se por privilegiar o recorte em torno da violência estrutural e seus rebatimentos no cotidiano das famílias. Ou seja, pretende-se compreender como essa violência macroscópica, constituída pela sociabilidade burguesa se particulariza na vida dos indivíduos.

Ainda que essa sociabilidade envolva o conjunto das relações sociais de forma ampla, com diferentes mediações nas condições objetivas e subjetivas de vida dos diversos segmentos de classe, no caso específico desse estudo, não se faz referência a qualquer família, pois há também um recorte de classe; as famílias pesquisadas pertencem à classe trabalhadora, especialmente a parcela mais pauperizada dessa classe. Tal escolha não ocorreu de forma aleatória, mas se deu a partir da constatação de que são essas famílias o grande público atendido pela Assistência Social, especialmente pelos CREAS, o espaço de trabalho e de pesquisa.

Entendendo a violência familiar como um tipo de objetivação da violência que não se circunscreve apenas a esfera doméstica, mas que ali se materializa a partir de mediações e determinações diversas que necessitam ser decifradas, optou-se pela realização dessa pesquisa diretamente com as famílias atendidas nos CREAS, na tentativa de apreender como as diversas formas de violência se particularizam em suas vidas. A intenção foi tentar desvelar essa realidade e apreender as interfaces

entre a violência familiar que demandou o atendimento nesse espaço e a violência estrutural. Longe de se estabelecer uma relação de causa e efeito entre ambas, esperou-se sim, apreender o movimento que as entrecruza.

Conforme já enunciado, o referencial teórico metodológico utilizado foi o materialismo histórico-dialético, por ser aquele que, segundo Montaño (2003, p.17):

[...] concebe o real como uma totalidade concreta, saturada de determinações, mediações e particularidades interconectadas, que entende a realidade social como um processo histórico, desenvolvido fundamentalmente mediante as lutas de classes, portanto, com centralidade na categoria trabalho e nas condições entre capital e trabalho, como um processo social que tanto tende a reproduzir sua dinâmica e estrutura quanto contém sua negação e possibilidade de transformação.

Acredita-se que, para além do método, a obra marxiana e a fecunda tradição marxista serão essenciais para o desenvolvimento deste estudo. Ainda que Marx não tenha tratado diretamente de temas como a violência e a família, a sua obra, ao privilegiar abordagens macroscópicas e desvelar o movimento da sociedade burguesa, trará elementos essenciais para esta análise. Como afirma Paulo Netto (2011, p.92)

[...] se esta teoria pretende universalidade, sua natureza macroscópica deve dar conta dos processos, fenômenos e instituições significativos que se inscrevem no interior da macroscopia. Vale dizer: uma teoria social como a marxiana, que procura reproduzir idealmente o movimento histórico-social real da ordem burguesa, tem de apreender a dinâmica efetiva das instituições constituintes desta ordem social.

O percurso metodológico utilizado recorreu às pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi essencial como recuperação da produção existente sobre o tema, “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 1999, p.65). Esta possibilitou uma aproximação com o tema em questão, sendo essencial para um estudo que procura trabalhar com a ideia de totalidade, segundo a concepção materialista-dialética.

A pesquisa documental contribuiu para a aproximação com dados que ajudam a compor e compreender a realidade. Foram analisados documentos e leis que normatizam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como documentos

da Secretaria de Assistência Social (SEMAS) como planos, projetos, programas e relatórios. Nessa fase, foram obtidos alguns dados quantitativos, como número de famílias atendidas, origem dos encaminhamentos, os “tipos” de violência catalogados, encaminhamentos realizados pelos profissionais, situação de trabalho e socioeconômica, dentre outros. Utilizou-se principalmente de dados secundários colhidos de uma pesquisa realizada pelos profissionais do CREAS II, que buscou a partir da análise dos prontuários identificar dados que ajudassem a compor a realidade vivenciada pelas famílias atendidas no serviço.

A pesquisa de campo é a parte principal deste estudo, pois por meio dela foi possível confrontar a realidade concreta com os pressupostos teóricos, o que, segundo Minayo, (2000, p.105), possibilita um processo mais amplo de construção de conhecimento.

Nessa etapa, optou-se pela abordagem qualitativa, que “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.” (MINAYO, 1994, p.67), ou seja, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Partindo do pressuposto que “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito,” a qual não pode ser abrangida apenas com dados quantitativos. (CHIZZOTTI, 2005, p.79).

Entende-se que a abordagem qualitativa foi a mais adequada uma vez que permitiu abranger questões objetivas e subjetivas. Contudo, por consideração à complexidade do tema, não se descartou o uso de dados quantitativos na etapa exploratória, os quais como afirma Chizzoti (2005,p.84) “[...] podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares.” O universo da pesquisa foi o CREAS II do município de Ribeirão Preto. Para escolha dos sujeitos optou-se pelo critério de amostragem intencional, a qual “[...] consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.” (GIL, 1999, p.104).

Para composição de uma amostra que pudesse representar o universo pesquisado, houve a escolha de cinco famílias, do CREAS II, que estavam em atendimento há mais de um ano no local, ou seja, com tempo mínimo de acompanhamento. Outro critério utilizado foi a opção por casos significativos e

representativos por concentrarem no âmbito familiar mais de uma forma de objetivação da violência.

As entrevistas foram realizadas com os responsáveis pelo núcleo familiar, sendo quatro mulheres e um homem. Não foram estabelecidos outros critérios mais específicos para não haver comprometimento do sigilo da pesquisa, em relação aos sujeitos entrevistados.

O instrumento para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, bem como a leitura e análise dos prontuários das famílias entrevistadas. A primeira permitiu colher informações pertinentes ao estudo e, apesar de apresentar perguntas fechadas, possibilitou ao entrevistado falar abertamente sobre o tema proposto. A segunda permitiu colher dados que, somados às entrevistas, permitiram compor a realidade vivenciada por esses sujeitos.

Entendendo que a produção de conhecimento é um processo em construção e que na perspectiva teórico-metodológica escolhida, não se tem qualquer pretensão de neutralidade, uma vez que essa já pressupõe, além do método, uma direção social, somam-se a todos os dados coletados uma experiência de seis anos de trabalho da autora, no espaço da pesquisa em questão. Tal experiência foi fundamental para o exercício da relação teoria e prática, consubstancia em uma práxis em que os desafios impostos pela dureza da realidade cotidiana do trabalho alimentaram e motivaram uma série de reflexões que só encontram pistas para respostas à luz da teoria marxista. Sendo assim, o trabalho em tela constitui-se, não só na síntese da análise dos resultados colhidos na pesquisa, mas reúne as reflexões realizadas ao longo de todo esse período de trabalho nesse espaço, no contato cotidiano com essas famílias.

Para não dissociar o conhecimento teórico da realidade estudada, a construção do texto baseou-se nas principais categorias levantadas, de forma que as análises perpassaram todo o trabalho. Ou seja, não houve uma construção teórica anterior à análise dos dados, ambas estão imbricadas num processo dialético de construção do conhecimento.

O primeiro capítulo parte das demandas iniciais apresentadas ao CREAS, ou seja, da forma como os sujeitos atendidos chegam ao serviço. Procurou-se compreender e analisar, criticamente, como as diretrizes atuais que norteiam o SUAS tratam essas demandas, bem como a forma como os conceitos utilizados para definir e enquadrar tais demandas reduzem a compreensão da realidade. Ressaltou-se, nesse sentido, a ideia de centralidade na família, buscando compreender a

funcionalidade dessa diretriz para lógica capitalista e a forma como ela, ao direcionar o foco para os indivíduos, contribui para escamotear a violência estrutural.

No segundo capítulo, em contraposição à ideia de centralidade na família, discutiu-se a centralidade do trabalho nos termos marxianos, começando por apontar o que ele representa para as famílias em foco. Essas que se situam na estrutura social capitalista no lugar mais baixo da pirâmide, compõem a parcela estagna do exército industrial de reserva que, em decorrência da falta de trabalho, vivenciam cotidianamente as agruras do pauperismo, recorrendo às mais diversas estratégias de sobrevivência.

No terceiro capítulo, discorreu-se sobre as formas como o pauperismo se particulariza na vida dessas famílias, tentando apreender o modo como ele se materializa no cotidiano dos sujeitos. Perscrutaram-se suas expressões concretas, entendendo a pobreza como uma das mais cruéis manifestações da violência macroscópica produzida pelo capital, que começa pela insatisfação das necessidades primárias até o cerceamento das capacidades e potencialidades do ser social. Nesse capítulo teceram-se, ainda, algumas reflexões sobre o trabalho profissional nesse contexto.

As considerações finais trazem a síntese da reflexão construída pela via da interlocução teoria-prática, tendo como parâmetro de análise e compreensão da realidade a teoria marxista. Sem a pretensão de esgotar a temática, levantaram-se apenas alguns apontamentos para reflexão e discussão que podem contribuir para o trabalho profissional nesse espaço.

Ressalta-se que, ao longo da pesquisa, percebeu-se que o tema é extremamente complexo, uma vez que são inúmeras as mediações e determinantes que envolvem a violência familiar, tanto quanto são diversas as formas de particularização da violência estrutural na vida dos sujeitos. Assim, foi impossível, considerados os limites deste trabalho, esgotar todas as questões que surgiram nas entrevistas. Optou-se, então, por analisar aquelas mais prementes que apareceram de forma mais recorrente nas falas dos sujeitos. Na impossibilidade de se tecer considerações conclusivas sobre todas as mediações que possam envolver a violência familiar, tarefa inviável considerando que o real não é estático, mas está em constante movimento, o que o presente estudo traz é, na verdade, um exercício de análise que contribui para o desenvolvimento de leituras mais abrangentes da questão.

CAPÍTULO 1 O ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

1.1 O ponto de partida de nossa trajetória investigativa: as demandas imediatas apresentadas ao CREAS

Uma análise pautada na perspectiva de totalidade exige, como apontou Marx (1982), elevar-se do abstrato ao concreto para reproduzi-lo como concreto pensado. Este último, que não é mera aparência, constitui-se essencialmente pela síntese de múltiplas determinações, as quais precisam ser desveladas a partir da “[...] reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa.” (PAULO NETTO, 2009, p.673).

Nessa perspectiva, tem-se como ponto de partida a vida cotidiana dos seres sociais para construção de um processo investigativo pautado na elucidação da tríade universalidade-particularidade-singularidade.

A singularidade representa o imediato, o aparente, a superfície das relações. Nesse plano as mediações e determinações estão ocultas e as categorias sociais aparecem como formas autônomas do ser, despidas de determinação histórica. É nesse nível que as demandas se apresentam aos profissionais.

Seguindo o método de análise, brevemente descrito na introdução, em busca do desvelamento das mediações relacionadas às situações de violência objetivadas no espaço familiar dos sujeitos atendidos no CREAS, inicia-se conhecendo as demandas imediatas encaminhadas aos profissionais, da forma como elas foram apresentadas.

Conforme já explicitado, esta pesquisa foi realizada com cinco sujeitos, em acompanhamento no CREAS II de Ribeirão Preto e foi desenvolvida por meio de entrevista e coleta de dados em prontuários. Foram verificados, a princípio, nos prontuários, a forma como essas famílias chegaram ao serviço e os motivos apontados pelos órgãos que as encaminharam, conforme sintetizado no quadro a seguir:

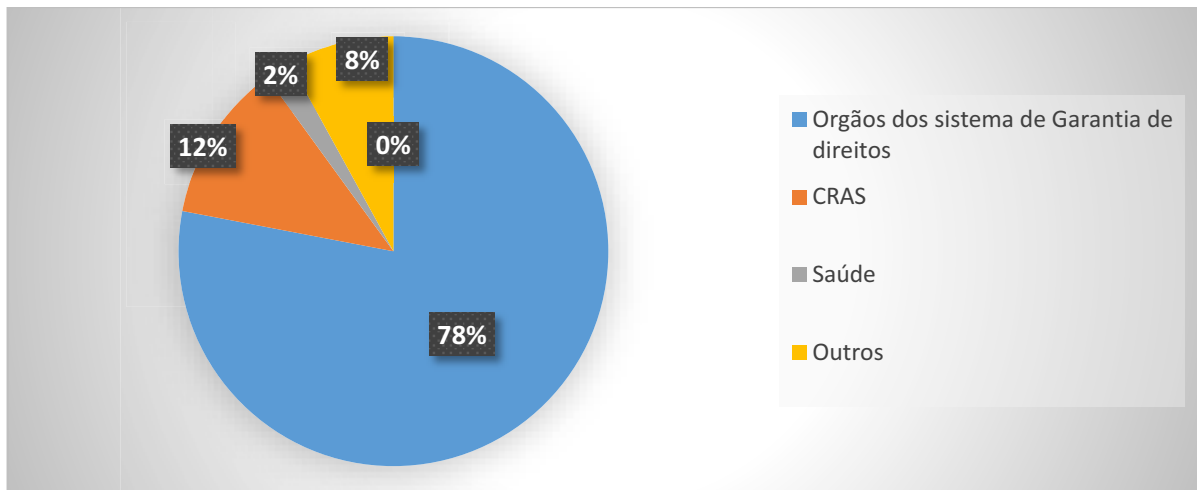
Quadro-1 Síntese dos motivos dos encaminhamentos

SUJEITO	MOTIVOS DO ENCAMINHAMENTO:
Sra. Vanessa:	Encaminhada pela Vara da Infância e Juventude: Abandonou o filho em uma caixa de papelão em frente a uma instituição pública. Foi acusada de abandono de incapaz, respondeu a processo criminal, sendo condenada. Cumpriu pena em regime aberto. A criança foi acolhida em uma instituição e posteriormente colocada em família substituta sob guarda de uma senhora, até então amiga da família. O processo que tramitava na Vara da Infância e Juventude visando a proteção do infante foi arquivado nessas condições e a família foi encaminhada pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude para acompanhamento no CREAS, uma vez que Vanessa possui mais cinco filhos sob seus cuidados e tinha a partir do ocorrido sua capacidade protetiva questionada.
Sra. Gabriela:	Encaminhada pelo gabinete da Prefeita: Sua filha, Luana, 13 anos, procurou o gabinete da prefeita solicitando ajuda, uma vez que estava morando sozinha e passava necessidades, especialmente devido à falta de alimentos. O gabinete entendeu que a adolescente estava em condição de risco e encaminhou a situação para o CREAS. Em visita domiciliar realizada pela estagiária do serviço na ocasião, constatou-se que a adolescente estava vivendo sozinha, em condições insalubres e inseguras para uma jovem dessa idade, sem nenhum tipo de proteção nem meios para garantir seu sustento. Nesse período ambos os genitores estavam cumprindo pena privativa de liberdade devido a envolvimento com tráfico de drogas.
Sra. Maria:	Encaminhada por uma Instituição de Acolhimento: Foi vítima de violência doméstica perpetrada pelo ex-marido, saiu de casa com seus três filhos e estava vivendo em uma Instituição não-governamental de acolhimento. Possui um longo histórico de atendimentos nos serviços de assistência social que remetem a vivência de rua e uso abusivo de drogas ilícitas, especialmente Crack e age de modo violento com seus filhos tendo dificuldades de impor limites. Foi encaminhada para o CREAS pela entidade em que estava abrigada para que pudesse conseguir se inserir no mercado de trabalho e deixar a instituição.
Sr. Edson:	Encaminhado pela Vara da Infância e Juventude: A ex companheira do Sr. Edson foi destituída do poder familiar e sua filha Sara, 11 anos, foi acolhida em instituição como medida protetiva, uma vez que sua genitora era dependente de drogas, especialmente Crack e por isso não conseguia garantir aos filhos cuidados necessários, colocando-os em situação de risco por frequentes ocorrências de negligência, no que tange aos cuidados de higiene e alimentação, bem como na vivência de situações não apropriadas a sua fase de desenvolvimento. Após o acolhimento foi realizada uma aproximação com o genitor, Sr. Edson, com quem a criança não mantinha contato a cerca de 10 anos. Esse decidiu assumir a guarda da filha e ambos foram encaminhados ao CREAS pela instituição de acolhimento para que pudesse ser realizado acompanhamento da reinserção familiar da criança, e que se verificasse a adequação do Sr. Edson para o exercício da paternidade. Cabe ressaltar que o mesmo CREAS já acompanhava a família anteriormente quando a criança em questão ainda estava com a genitora, realizando tentativas para que ela e os irmãos continuassem com a mãe, o que não foi possível. A genitora foi destituída do poder familiar em processo que tramitou na justiça por mais de quatro anos.
Sra. Naiara:	Encaminhada pelo Conselho Tutelar: Foi acusada de negligência uma vez que suas duas filhas adolescentes não estavam frequentando escola, ficaram grávidas precocemente e estavam envolvidas com traficantes do bairro. A situação foi encaminhada pelo Conselho Tutelar para acompanhamento no CREAS e também para a Vara da Infância e Juventude. Enquanto o acompanhamento no CREAS tinha o objetivo de contribuir para que a genitora melhorasse sua capacidade protetiva, o Ministério Público abriu ação de destituição do poder familiar.

Fonte: elaborado por Ana Carolina Pontes Ros, baseado em dados colhidos nos prontuários dos sujeitos entrevistados.

Em todos os casos, as famílias tiveram sua capacidade protetiva questionada pelas ocorrências supracitadas. Em quatro das cinco histórias, intervenções do judiciário e do conselho tutelar foram identificadas. No CREAS II de Ribeirão Preto, a maior demanda de encaminhamentos provém dos órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, principalmente Conselhos Tutelares, Juizado da Infância e Juventude e Ministério Público. De 414 famílias atendidas entre janeiro a outubro de 2013, 78% dos encaminhamentos eram provenientes desses órgãos, sendo 51% desses oriundos dos Conselhos Tutelares

Gráfico 1- Origem dos encaminhamentos ao CREAS II em 2013



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Apesar de ser um serviço destinado ao acompanhamento de famílias, a grande demanda no local gira em torno da proteção à criança e ao adolescente, o que decorre tanto do fato de o CREAS II em Ribeirão Preto ter surgido a partir da reestruturação precária do antigo “Serviço de Enfrentamento a Violência contra a Criança e ao Adolescente da Região Noroeste”, quanto de questões culturais locais que levam esse tipo de demanda a se constituírem no maior volume de encaminhamentos aos três CREAS do município. Ressalta-se ainda que, no período pesquisado, o atendimento à demanda de violência contra o idoso e pessoas com deficiência estava sendo iniciado no local.

Entre os sujeitos pesquisados, apenas a família da Sra. Gabriela não passou pelos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Isso porque a situação descrita chegou ao conhecimento da Assistente Social primeiro e a profissional entendeu não haver necessidade de encaminhamento para uma intervenção nesse âmbito, uma vez

que a família aderiu ao acompanhamento proposto. Nas demais situações, percebe-se que a postura adotada foi a de julgar a situação familiar por fatos isolados que levaram a considerar ambos os pais, ou um deles, como agressores em potencial.

Salvo na situação peculiar da Sra. Gabriela, aos demais, além do encaminhamento ao CREAS II, somaram-se, ainda, medidas protetivas como: afastamento da criança da família de origem (família da Sra. Vanessa), abertura de processo de destituição do poder familiar e destituição concretizada (família da Sra. Nayara e do Sr. Edson respectivamente) e acolhimento institucional (Sra. Maria). No caso da Sra. Vanessa ocorreu ainda processo criminal por abandono de incapaz, do qual foi julgada e condenada.

Entende-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe mudanças extremamente significativas e relevantes no âmbito da proteção a esse segmento e não se questionam a necessidade e a importância das medidas protetivas nele elencadas. Contudo, ao analisar o movimento do real em sua complexidade, são consideradas que tais medidas, historicamente, direciona-se quase que exclusivamente as situações de violência mais emergentes. Assim, algumas críticas necessitam ser travadas, especialmente no que tange ao seu reduzido potencial de transformação real das situações concretas das famílias atendidas. Ao longo desse trabalho observar-se-ão que, dependendo da forma aplicada, tais medidas poderão inclusive, ser mais violentas que as situações que se pretendem combater.

Historicamente a execução de boa parte das medidas de proteção, assim como das medidas socioeducativas, têm ficado a cargo da política de Assistência Social. Com a estruturação do SUAS, o complexo de serviços, programas, projetos, regulamentos e instrumentais que as norteiam têm se “s sofisticado.” Cabe então analisar como a Assistência Social, especialmente os CREAS, organiza sua intervenção, ou seja, compreender qual a lógica que direciona a assistência social na perspectiva do SUAS e, conseqüentemente, quais as bases ideopolíticas e teórico-metodológicas orientam a condução das ações.

Entendendo que a concepção do SUAS, exposta nos documentos oficiais e nos instrumentais desenvolvidos pelo MDS também alcançam apenas essa dimensão da superfície, é analisado nesse capítulo como as demandas encaminhadas aos profissionais são compreendidas na perspectiva que atualmente direciona a política de Assistência Social. Para tal, recorreu-se às principais legislações que a regulam, bem como aos documentos oficiais e aos instrumentais sugeridos pelo Ministério do

Desenvolvimento Social (MDS) que, na ocasião da pesquisa, eram utilizados pelos profissionais.

1.2 A lógica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o atendimento as situações de violência familiar

A partir de 2004, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), “redesenhou” a Assistência Social ao propor a sua gestão em forma de Sistema Único o que, de acordo com Mota (2009), viabilizou a normatização, organização, racionalização e padronização dos serviços, bem como a superação da histórica cultura assistencialista brasileira, pautada no patrimonialismo e na caridade, firmando parâmetros técnicos e de profissionalização em sua execução. Segundo documento intitulado Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o SUAS é um modelo de gestão da Assistência Social, descentralizado e participativo e constitui-se:

[...] na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. (MDS, 2004, p.36).

Sua implantação trouxe um novo status à Assistência Social, modificando e ampliando o escopo de suas ações. Numa análise endógena, ou seja, que considere o processo histórico de evolução da política como algo engendrado apenas em seu interior, poder-se-ia dizer que o SUAS foi a iniciativa mais importante para efetivação da assistência social como política pública, garantindo a consolidação de serviços, programas e projetos de proteção social para a população mais pobre em todo o território nacional. Contudo, não se pode esquecer de que as políticas sociais de forma geral, e de forma específica a Assistência Social, mesmo incorporando em parte as demandas da classe trabalhadora, são alvo de constantes investidas do capital que procura sempre adequá-las a seus interesses. Assim, para não se recair em visões reducionistas e até ingênuas da realidade, é preciso analisar a expansão da Assistência Social em sua inserção mais geral na dinâmica da sociedade determinada por esse modo específico de produção. O que significa entender o chão sócio-histórico em que essas transformações aconteceram e os fatores estruturais e conjunturais que motivaram essa “evolução”, apreendendo as inúmeras mediações

que interferiram e interferem nesse processo, bem como a funcionalidade que a Assistência Social passou a assumir em um contexto de crise do “estado de bem estar-social”, diminuição dos postos de emprego e desmonte de direitos sociais.

O Estado brasileiro, a partir da década de 1990, passou a aderir ao ideário neoliberal, acatando as determinações dos organismos internacionais e adequando as políticas sociais às tendências do Consenso de Washington,² o que repercutiu na mercantilização da Seguridade Social, especialmente da saúde e da previdência social. Ancorada em uma agenda mais propositiva que a do liberalismo clássico, a ofensiva neoliberal não extinguiu totalmente a intervenção estatal no campo social, mas propôs uma expansão de políticas compensatórias direcionadas às parcelas mais pobres da população. Sobre o discurso da equidade propagaram-se programas seletivos de transferência de renda, de forma que na atualidade “[...] a Assistência Social deixa de ser uma política de acesso às demais políticas setoriais, assumindo uma centralidade na política social.” (SITCOVSKY, 2009, p.153).

Assim, a expansão dessa política não foi um movimento repentino e isolado, mas uma estratégia funcional aos interesses do capitalismo neoliberal. Ao centralizar a proteção social na política da Assistência Social, o Estado buscou legitimar a fragmentação das demais políticas e, ao mesmo tempo, repassar para a assistência a função de integração de uma significativa parcela da população à ordem social, papel que o trabalho assalariado já não consegue cumprir em tempos de desemprego estrutural (SITCOVSKY, 2009, p.153).

Mota (2009) observa que, dessa forma o governo, ao mesmo tempo em que faz a reforma previdenciária, reorganiza a política de assistência social e coloca o processo de precarização do trabalho como inevitável e definitivo. Ou seja, “[...] na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho- [...] - o Estado amplia o campo de atuação da assistência, assumindo como usuários da mesma os aptos para o trabalho.” (MOTA, 2009, p.189).

A assistência social, além de atender às situações de contingência inerentes à vida da classe trabalhadora, passa também a assumir a parcela dessa classe que,

² O Consenso de Washington, “[...]caracteriza-se por um conjunto abrangente, de regras de condicionalidades aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se, também, de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas *estruturais liberalizantes*.”(TAVARES e FIORI apud SOARES, 2000, p. 16 grifo do autor).

mesmo apta ao trabalho, não consegue sua inserção no mercado devido aos processos em curso de precarização das relações de trabalho, crescimento da informalidade, aumento da composição orgânica do capital, expulsão da fábrica, eliminação dos postos de trabalho e crescente desemprego estrutural. “Isso denota a relação existente entre a assistência social, o trabalho e a intervenção do Estado na reprodução material e social da força de trabalho.” (SITCOVSKY, 2009, p.154).

Não se pode deixar de considerar, então, que a construção do SUAS se dá a partir de referências políticas e ideológicas específicas que não têm como objetivo qualquer alteração da ordem vigente. Ao contrário, visam à manutenção da estrutura capitalista e da política neoliberal, bem como o controle dos pobres, ou, em outras palavras, a manutenção e reprodução da pobreza. Tal direcionamento, ainda que não diretamente expresso, pode ser encontrado nas entrelinhas dos documentos que norteiam atualmente essa política. Analisando o texto inicial do documento intitulado “Política Nacional de Assistência Social” (PNAS) tem-se logo no início a definição dos sistemas de proteção social como:

[...] formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como: a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...], as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades. (MDS, 2004, p.31).

Do ponto de vista da economia política crítica, o surgimento das políticas sociais está associado à constituição da sociedade burguesa, a partir do reconhecimento da questão social e das lutas da classe trabalhadora por algum tipo de proteção. Ou seja, está relacionado à luta de classes e expressa contradições iminentes ao capitalismo. Por um lado atende a pressão dos trabalhadores por direitos sociais e por outro a necessidade do capital de manter seu controle sobre o proletariado e dividir com o Estado os custos da reprodução da força de trabalho. Sem incorrer em interpretações dicotômicas as políticas sociais são, então, resultado da interação capital-trabalho, mediadas por um Estado que, apesar de absorver os conflitos sociais em curso, reforça a hegemonia do capital. Nos termos de Behring (2006, p.36):

Percebe-se que a economia política se movimenta historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas e, portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. Sem esse olhar, pode ficar prejudicada a luta política em torno das demandas concretas dos trabalhadores, frequentemente obstaculizadas, hoje pela alardeada "escassez de recursos". A luta no terreno do Estado - espaço contraditório, mas com hegemonia do capital - requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica. Constata-se, que a política social - que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência - configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho.

O texto da PNAS ao definir os sistemas de proteção social como proteção a “vicissitudes da vida natural ou social”, deixa clara a intenção de naturalizar o pauperismo, despolitizando a compreensão das políticas sociais, especialmente da Assistência Social. A pobreza passa a ser considerada uma “vicissitude”, um contratempo, uma contingência da vida particular de determinadas famílias e não uma expressão da questão social. Aqui, já aparece o contorno do sentido ideológico que norteia PNAS, o de escamotear a luta de classes, naturalizando as mazelas da questão social de forma a favorecer a integração dos indivíduos à ordem societária atual, exercendo o controle sob o pretexto da proteção.

Tem-se assim, um dos primeiros aspectos que ajudam a compreender a lógica que norteia o SUAS, o de apresentar a política apartada dos interesses de classe, convertendo questões políticas em problemas técnicos ou de desintegração social o que, como aponta Guerra (2007, p.135), atribui à política social um aspecto místico sustentado “[...] no discurso da neutralidade do Estado, na primazia dos aspectos técnicos sobre o econômico e nas transformações dos antagonismos das classes sociais em meras contingências do progresso.”

Descaracterizado como questão política, o SUAS racionaliza os processos de trabalho, a começar pela divisão das demandas em níveis de complexidade. A exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), organiza-se em dois níveis: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Segundo texto da PNAS, a proteção social básica:

[...] tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (MDS, 2004, p.33 grifo nosso).

A proteção social básica, assim, contempla um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios sociais, governamentais e não governamentais focados na prevenção, que tem como principal espaço de execução e articulação os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Já a proteção social especial foi definida como:

[...] a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias. (MDS, 2004, p.37).

A proteção especial ainda subdivide-se em proteção social especial de Média e de Alta complexidade:

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. [...] Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (MDS, 2004, p.38).

No âmbito da média complexidade a principal referência para os atendimentos são os CREAS, definidos como:

[...] unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. (MDS, 2011, p.8).

O foco do atendimento nos CREAS está, então, em situações de risco e de violações de direitos, que se enquadrem no âmbito da média complexidade, ou seja, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

Verifica-se assim que, na lógica do SUAS, a primeira questão a ser analisada é o nível de complexidade em que se enquadram as demandas. Ou seja, verificar se a situação em que se encontra determinada família representa apenas uma vulnerabilidade, ou se já existe o risco e, nesse caso, se os vínculos familiares e comunitários estão preservados ou rompidos. A partir dessa análise é possível determinar se a família apresenta uma demanda para a proteção básica ou para a proteção especial e assim providenciar a inserção nos atendimentos pertinentes oferecidos pelos CRAS, CREAS e/ou outros serviços que compõem a rede socioassistencial. Nesse processo, o conceito de risco social assume relevância especial, já que passa a ser o grande definidor dos encaminhamentos, uma vez que a existência ou não das chamadas situações de risco social, bem como sua gravidade são que determinam onde, como e quem fará o atendimento à família demandária da Assistência Social.

Novos documentos elaborados após a publicação da PNAS contribuíram para a organização e estruturação dos vários serviços, programas e projetos assistenciais ao detalharem as chamadas “questões técnicas” e com elas os inúmeros conceitos que passam a compor o vocabulário dos profissionais. Dentre eles, destacam-se a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, as normas operacionais básicas (NOB-SUAS e NOB/RH-SUAS), bem como os manuais de orientações técnicas elaborados para os CRAS, CREAS e outros serviços. Dentre as referências que orientam o trabalho no CREAS, existe o documento intitulado “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS.” Nele constam claramente explicitados que os conceitos de território, risco social e vulnerabilidade social “[...] são fundamentais para compreender os elementos diretamente relacionados às competências da assistência social e a organização do SUAS.” (MDS, 2011a, p.14). Nele são apresentadas definições de vulnerabilidade social e risco social:

A vulnerabilidade social materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras. (MDS, 2011a, p.14).

O conceito de vulnerabilidade social aparece ligado à ideia de exclusão, o que implica numa visão de transitoriedade, uma exclusão que, em tese, pode ser sanada

por uma inclusão. Ora, se a exploração do trabalho, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, a luta de classes e o pauperismo são produtos do capitalismo, não se tem uma população excluída, mas sim uma parcela da classe trabalhadora que sofre em seu cotidiano as contradições impostas pelo próprio metabolismo do capital, ou seja, parte integrante desse modo de organização social. Isso significa que tal condição, ainda que possa ser amenizada em suas consequências mais graves, não sofrerá alterações significativas, visto que isso exigiria a alteração da estrutura social vigente e sua reorganização em outras bases. A assistência social pode amenizar alguns efeitos do pauperismo, mas não irá extingui-lo. Nesses termos, Silva (2013,p.166) aponta o eixo “exclusão-inclusão” como falacioso

[...] pois supõe a “exclusão” como uma distorção possível de ser sanada (ou pelo menos mais bem encaminhada) por uma “inclusão” (sua oposição e solução imediata – diga-se de passagem, abstrata) entendida como inclusão sistêmica sustentada na interação comunicativa da rede e no “trabalho socioeducativo” (também realizado pelos assistentes sociais). Sobre isso basta perguntar: na ordem burguesa em curso os ditos “excluídos” podem ser “incluídos”? Quais os parâmetros para que se possa mensurar se estão ou não incluídos? Para muito além dessas questões, é preciso perguntar: existem seres sociais “excluídos” ou permanentemente expropriados?

Soma-se à perspectiva de vulnerabilidade e exclusão social, o conceito de risco social que, segundo o mesmo documento citado:

[...] relaciona-se com a probabilidade de um evento acontecer no percurso de vida de um indivíduo e/ou grupo, podendo, portanto atingir qualquer cidadão (ã). Contudo, as situações de vulnerabilidades sociais podem culminar em riscos pessoais e sociais, devido às dificuldades de reunir condições para preveni-los ou enfrentá-los, assim, “as sequelas podem ser mais ampliadas para uns do que para outros.” (SPOSATI apud MDS, 2011a, p.14).

Nessa perspectiva, o risco social passa a representar uma forma de arbitragem social, culpabilizam-se apenas o indivíduo e as circunstâncias de vida, ou seja, as dificuldades de uma pessoa ou grupo de reunir condições para enfrentar certas situações de “vulnerabilidade”. Não se discorda que as “sequelas” de determinadas situações possam ter suas consequências mais ampliadas para um que para outros, contudo não se pode desconsiderar que é fator preponderante para essa “ampliação” o local que tais sujeitos ocupam na estrutura social capitalista. Existem questões individuais, obviamente, mas não se podem esquecer de que se tratam de seres sociais inseridos em uma dada forma de organização social.

Seguindo essa mesma linha, emergem com o SUAS outras tantas novas categorias que revertem as possibilidades de análise crítica da sociedade. São conceitos que, de acordo com Mota (2009) ajudam a estruturação das políticas, mas pela reduzida extensão heurística, comprometem a análise da realidade. Dentre eles destacam-se, ainda, terminologias tais como território, comunidade, níveis de complexidade, acolhimento social e a já citada relação entre exclusão e inclusão.

Retomando as situações que originaram o encaminhamento dos sujeitos em estudo ao CREAS II de Ribeirão Preto, pode-se concluir que, na perspectiva do SUAS, foram identificadas em todas elas, situações de risco por violação de direitos, as quais são especificadas nos documentos oficiais como:

[...] violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e pessoas com deficiência com agravos decorrente de isolamento social, dentre outros. (MDS, 2011a, p.14).

A necessidade premente verificada pelos órgãos que as encaminharam foi a de proteger crianças e adolescentes da violência e dos maus-tratos perpetrados por seus genitores. Ou seja, a ideia subjacente é a de que tais crianças e adolescentes precisam ser protegidos de algo ou de alguém, no caso, da própria família. Considerado o direito à convivência familiar e comunitária, a perspectiva é que essas famílias precisam de atendimento e acompanhamento especializados para que possam se fortalecer e garantir aos seus membros a proteção de que necessitam. Segundo o disposto na PNAS:

[...] para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (MDS, 2004, p.41)

Nessa linha de análise, têm-se, então, cinco famílias em situação de risco social, com graves ocorrências de violações de direitos, mas, cujos vínculos familiares, a priori, estão fragilizados, porém não rompidos. Assim, necessitam de acompanhamento especializado, a fim de que possam superar tais situações, garantindo assim um ambiente favorável para a proteção de seus membros. Cabe ressaltar que a noção de violação de direitos expressa na PNAS e demais documentos

restringem-se apenas a questões focadas no indivíduo e em suas relações com a família e/ou com a comunidade. Ao longo do texto da PNAS são citados como exemplos de violação de direitos: abandono, negligência, violência física, psicológica e sexual, preconceito, discriminação, vivência de rua, trabalho infantil, adolescentes em conflito com a lei, dentre outros. Segundo a PNAS:

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. (MDS, 2004, p.36).

Essa citação ilustra bem que o sentido de “violação de direitos” expresso na PNAS está extremamente restrito a situações pontuais, tratando de forma homogeneizada as expressões de violência, independentemente do que chama de “situação socioeconômica”, de forma a desconsiderar a divisão de classes próprias do capitalismo, trazendo, mais uma vez, a exclusão como problema central. Na sequência a esse trecho, o texto chega a considerar o desemprego e a “baixa renda” como agravantes de situações de risco, mas volta a individualizar os problemas, ao expor como pontos centrais para a compreensão das violações de direitos o “contexto cultural” e as “dificuldades de auto-organização e de participação social.”

Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos. As dificuldades em cumprir com funções de proteção básica, socialização e mediação, fragilizam, também, a identidade do grupo familiar, tornando mais vulneráveis seus vínculos simbólicos e afetivos. A vida dessas famílias não é regida apenas pela pressão dos fatores socioeconômicos e necessidade de sobrevivência. Elas precisam ser compreendidas em seu contexto cultural, inclusive ao se tratar da análise das origens e dos resultados de sua situação de risco e de suas dificuldades de auto-organização e de participação social. (MDS, 2004, p.36-37).

Nessa perspectiva, a orientação é que se realize a classificação dos diferentes tipos de violação de direitos contra crianças e adolescentes para planejamento das intervenções, obviamente focadas nessas situações emergentes. O instrumental disponibilizado pelo MDS para “Registro Mensal dos Atendimentos” (RMA), realizados nos CREAS pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e

Indivíduos (PAEFI)³, subdividem as tipologias em que devem ser enquadradas as famílias atendidas conforme figura abaixo (o instrumento na íntegra consta no Anexo a).

Quadro 2- Instrumento do MDS para registro mensal de atendimento (RMA)

Bloco II – Situações de violência ou violações de direitos atendidas no PAEFI			
C. Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações atendidas no PAEFI		0 a 12 anos	13 a 17 anos
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	Masculino		
	Feminino		
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	Masculino		
	Feminino		
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	Masculino		
	Feminino		
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	Masculino		
	Feminino		
C. Crianças ou adolescentes em situação de Trabalho Infantil		0 a 12 anos	13 a 15 anos
C.5. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	Masculino		
	Feminino		
D. Idosos - 60 anos ou mais - em situações de violência ou violações atendidas no PAEFI			Total
D.1. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	Masculino		
	Feminino		
D.2. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	Masculino		
	Feminino		

Fonte: MDS, 2011b,online

No que tange aos sujeitos em análise, os atendimentos enquadram-se entre os itens C1 e C4. Seguindo esse instrumental e, considerando que não há opções para inclusão de outras situações ou observações, há que se classificarem as situações apresentadas pelos sujeitos entrevistados conforme quadro a seguir:

³ Em síntese, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço de média complexidade oferecido nos CREAS. Oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

Quadro -3- Classificação das demandas segundo o manual do RMA

Sra. Vanessa:	“Abandono ou negligência” (C-4), uma vez que a genitora abandonou o filho recém-nascido em frente a uma instituição pública.
Sra. Gabriela:	“Abandono ou negligência” (C-4), seguido de “abuso sexual” (C-2), uma vez que os genitores ao se envolverem com tráfico de drogas deixaram seus filhos em condição vulnerável e sem proteção, o que culminou em abuso sexual perpetrado por terceiros.
Sra. Maria:	“Violência física e psicológica” (C-1), seguida de “abandono ou negligência” (C-4), já que a família passou por situações de violência perpetradas pelo ex-marido da genitora contra ela e contra os filhos e, além disso, registra-se o envolvimento dessa com drogas ilícitas, bem como sua dificuldade em garantir uma ambiente favorável ao desenvolvimento de seus filhos, impondo os limites necessários a sua fase de desenvolvimento.
Sr. Edson:	“Abandono ou negligência grave” (C-4), já que a genitora fazia uso abusivo de drogas e por isso não conseguia prover os cuidados essenciais aos seus filhos, nem mesmo no que tange a alimentação e higiene.
Sra. Naiara:	“Abandono ou negligência grave” (C-4), já que a genitora não conseguiu impor limites e exercer autoridade, permitindo que as filhas abandonassem os estudos e se envolvessem com “más companhias”, especialmente com traficantes de drogas ilícitas, o que culminou em gravidez precoce das duas adolescentes e com o envolvimento do filho adolescente em práticas que configuraram conflito com a lei.

Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros com base na análise dos dados colhidos

Segundo o manual de orientações para preenchimento do RMA, cada situação identificada pode ser contabilizada apenas uma única vez, o que mostra que o instrumental é restrito e falho, mesmo para efetuar o registro a que se propõe uma vez que, identificada a ocorrência de mais de um tipo de “violação de direitos”, como acontece com as famílias da Sra. Maria e Sra. Gabriela, contabiliza-se apenas a mais grave, desconsiderando as demais. Ou seja, nem mesmo para essa contagem de “tipos de violações de direitos” os dados colhidos corresponderão à realidade.

O mesmo manual apresenta as definições das situações em que devem ser identificadas nos itens C1 a C4, sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 4- Definições das tipologias de violência classificadas no RMA

Violência intrafamiliar	Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. Não se restringe ao espaço físico onde a violência ocorre.
Violência psicológica	Quando existe um tipo de assimetria nas relações entre as pessoas, mais especificamente nas relações de poder, podendo se expressar na imposição de forças de uma pessoa sobre a outra, de alguém com mais força sobre outra pessoa que é subjugado num processo de apropriação e dominação da sua vontade.
Violência física	Toda e qualquer ação, única ou repetida, não acidental ou intencional, cometida por um agente agressor, provocando danos físicos que podem variar entre as lesões leves a consequência extremas como a morte (LACRI/USP, s/d). São exemplos de violência física as surras, os espancamentos, as queimaduras, as agressões com objetivo contundente, a supressão da alimentação com caráter punitivo e as torturas.
Violência sexual	Ocorre por meio de contatos físicos como carícias não desejadas, penetração (oral, anal ou vaginal com pênis ou objetos), masturbação forçada, dentre outros. Os casos em que não há contato físico ocorrem por meio de exposição obrigatória de material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada. Diferencia-se o Abuso da exploração sexual, o primeiro representa persuasão de uma criança ou adolescente à realização de atividade sexual, já o segundo refere-se ao uso de crianças e de adolescentes, para propósitos sexuais, em troca de dinheiro, ou favores em espécie, em benefício de intermediários ou agenciadores.
Negligência	Quando existe uma dependência de cuidados e de proteção de uma pessoa em relação à outra, nas quais as necessidades específicas não são atendidas por seus cuidadores, representando uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais e se configura quando os responsáveis falham na atenção dessas necessidades, e quando tal fato não é o resultado de condições de vida além do controle dos cuidadores.
Abandono	Forma grave de negligência, caracterizado pelo completo afastamento do grupo familiar, ficando a criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência, desamparada e exposta a várias formas de perigo.

Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros com base em informações colhidas no Manual de orientações para preenchimento do RMA. (MDS, 2001b, online).

Tais definições, ainda que necessárias, explicam apenas expressões particulares da violência, realizando pequenos recortes que acabam por desconsiderar o contexto e a estrutura social em que elas se produzem e reproduzem. Ao reduzirem os sujeitos aos papéis de vítimas ou algozes, desconsideram a complexidade que envolve as relações sociais nessa sociabilidade, bem como o conjunto de mediações universais e singulares que confluem para a ocorrência dessa violência, ignorando, inclusive, a violência estrutural produzida pelo modo de organização social capitalista e, com ela, uma série de outras violações de direitos que antecedem e sucedem os fatos em questão.

De acordo com Silva, o problema não está em reconhecer diferentes formas de objetivação e particularização da violência, mas “[...] na incapacidade de lidar com

essa categoria na sua totalidade, ou seja, como fenômeno universal que se particulariza sob dadas condições e se expressa inteiramente nas singularidades.” (SILVA, 2006, p.34).

Entende-se que a perspectiva do SUAS, expressa tanto nos documentos oficiais quanto em seus instrumentais, aqui apenas exemplificados, não permite desenvolver uma análise que ultrapasse a singularidade, ou seja, as situações imediatas. Abandono, maus-tratos, violência e negligência familiar são interpretados quase que exclusivamente como incapacidade do grupo familiar em proteger seus membros e, ainda que considerados alguns determinantes sociais, tais situações não são analisadas dentro do contexto sócio-histórico em que se inserem. Dessa forma, a intervenção proposta aparece igualmente limitada, restando como objetivo do PAEFI nos CREAS:

[...] contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários, romper com padrões violadores de direitos no interior da família, contribuir para a reparação ou redução de danos decorrentes das situações de violência e violação de direitos vivenciadas e prevenir a reincidência das mesmas. O acompanhamento destas famílias ou indivíduos implica, portanto, um processo planejado de atendimentos sistemáticos por período de tempo adequado. (MDS, 2011a. p. 8).

As ações visando o “fortalecimento da função protetiva” e o rompimento com “padrões violadores”, por meio de um “processo planejado de atendimentos sistemáticos”, significam, na maioria das vezes, uma intervenção de cunho socioeducativo e até terapêutico⁴, focada no âmbito das relações familiares e no comportamento dos indivíduos, com características de ajuda psicossocial individualizada.

Nessa direção aparece outro ponto nevrálgico do SUAS: a ideia da centralidade na família como diretriz para a política e da matricialidade sócio-familiar como um de seus eixos estruturantes. Pretende-se, então, compreender os motivos políticos e ideológicos ocultos por trás dessa escolha e seus desdobramentos.

⁴ Ainda que o assistente social seja proibido de desenvolver “práticas terapêuticas” e que o psicólogo não possa realizá-las enquanto profissional da assistência social, ações com esse cunho têm se multiplicado nos CRAS e CREAS, especialmente a chamada “Terapia Comunitária” que se pôde verificar in loco tanto em Ribeirão Preto-SP, quanto no município de Uberaba-MG.

1.3 A direção ideológica e política que orienta a noção sobre a “centralidade na família”

A lógica de compreensão que se fixa na imediaticidade, ou seja, na situação aparentemente posta, é reproduzida em parte pelos sujeitos quando questionados sobre os motivos que os levaram ao atendimento no CREAS. Especialmente as mulheres tendem a perceber o fato de serem atendidas nesse serviço, exclusivamente como consequência de suas ações, que seriam fruto de erro ou fraqueza pessoal, incapacidade para educar os filhos, ausência em decorrência de trabalho, dentre outros motivos. Na primeira pergunta da entrevista referente aos motivos que levaram essas famílias para o CREAS, surgem já em duas falas algumas pistas que permitem questionar a perspectiva de centralidade na família e que diferem dos elementos elencados pelos órgãos que as encaminharam, mediações importantes que remetem a expressões do pauperismo e a precária inserção no mercado de trabalho.

Eh, eh, que então, eu passei por um momento difícil né, eu tive uma, não sei, uma depe..., aí eu tava sofrendo muito, aí foi aonde que eu pen..., achei se eu, eh, desse o meu filho pra alguém que cuidar dele, as coisa né, ficava mais, mais fácil, aí eu fiz essa, essa né, essa burrice que eu me arrependo até hoje né, porque errar é humano, e eu erreí, depois quando eu fui pensar com calma já quis voltar atrás, já tava né, [...] porque foi uma decisão que eu tomei imediata né, sendo se eu tivesse pensado tudo eu não tinha abandonado o meu filho né, que hoje é um arrependimento muito grande, mas, mas eu luto sabe, pra ter ele do meu lado, que o sonho de toda mãe é ter os filhos do lado né, o sonho é ter meu filho do meu lado, aí eu fui indicada pra fazer esse acompanhamento no CREAS [...] Porque eu tava assim numa dificuldade, sofrendo com as criança tudo pequena e me bateu aquele desespero, eu não tinha ajuda nenhuma né, e morando numa situação precária, num barraco de “tauba” né, e ichi, ainda era de “tauba” e lata né, quando o sol esquentava lá virava um forno, muito pernilongo, eh, e ele não tinha nem um berço pra deitar a criança e sabe, muito, foi uma situação difícil, aí eu falei “ nossa, ele merecia uns cuidado melhor né”, e eu não tava podendo dar, sem condições também né, e é isso. (VANESSA).

A Sra. Vanessa relata que o abandono em questão partiu de uma decisão imediata, tomada em um momento de dificuldade e sofrimento, cuja motivação foi propiciar melhores condições de vida a um bebê que não tinha nem mesmo um berço para dormir. Contudo, continua interpretando o fato de forma individualizada como “erro” ou “burrice” a ser revertido pela sua “luta” individual na busca de mudanças em sua condição. Ainda assim, é possível identificar, já nessa fala, que a falta de acesso

à moradia digna e de recursos materiais foram um determinante extremamente importante para que tomasse essa decisão. Já a Sra. Nayara refere-se a um “problema de justiça” em função de denúncias e julgamentos do “povo”:

Foi por causa do problema de justiça de perder a guarda dos menino, [...] eu tava precisando de ajuda que eu ia perder a guarda dos meus 5 filho, que disse que eu tava dando maus tratos dentro da minha casa, que eu tava deixando passar fome, o povo denunciaram e eu fui procurar saber, e eu não sabia onde caçar ajuda, foi daqui que eu achei ajuda, as pessoa daqui me ajudou bastante. Agora, por causa da violência eu não sei, porque eu não dava muita atenção pros meus filho, que eu tinha que trabalhar, sair as 5 da manhã, que é nesse serviço que eu tô de novo e só voltava 9 horas da noite e as pessoa que eu arrumava pra olhar eles..., eles ficava na tia né, e as vezes não dava comida. Eu pedia ajuda com assistência social dos bairro onde moro pra ver se arrumava creche, era difícil pra ter creche o dia inteiro, que não tem. Escola pro dia inteiro também não tem, aí eu largava eles sozinho, eu cheguei na assistência social e falei, cês me chama, tô sendo denunciada, vocês não pode me ajudar, eu vou fazer o quê? Então eu sou obrigada a largar eles só. Assinei um termo que tava deixando só e saí pra trabalhar, até chegar nesse caso disso aí, aí. (NAYARA).

No conjunto de seu relato, verificou-se que ela teve que criar os cinco filhos sozinha, sendo a única responsável pela manutenção do lar, bem como pela educação e cuidados diários necessários às crianças. Apresenta certa culpa quando diz que não estava conseguindo “dar atenção aos filhos” e que por isso precisava de ajuda, já que não tinha nem mesmo como garantir a eles uma alimentação adequada. Mas, também nos aponta outras mediações importantes como a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência e a falta de acesso a creches e escolas, especialmente em período integral.

Diferenças significativas de depoimento aparecem na fala do sujeito masculino, trazendo à tona questões de gênero relacionadas aos papéis socialmente impostos a homens e mulheres nessa sociabilidade. Quando questionado sobre o motivo de ser atendido no CREAS, o Sr. Edson culpabiliza a genitora pela situação vivenciada, mesmo tendo se distanciado completamente da filha por dez anos.

Então não sei, passaram uma cartinha pra mim vir aqui, eu vim pra saber como é que era o tratamento, achei bom, por causa que o juiz passou ela né, a Vilminha, pra mim. Eu tive que por ela no núcleo pra ela ficar durante o dia, depois da escola e lá essa psicóloga do núcleo ela pertencia aqui, aliás, não deu pra mim ir, aí passava da escola daqui, porque causa que eu tinha essas coisa, totalmente por causa da Vilminha, a mãe né, tem um histórico, eh, de droga. Ela depois que

a Vilminha nasceu um ano e pouco depois, eu separei dela e ela voltou com o ex namorado, que já tinha um filho com ela. Tanto ela como usuária e ele como usuário (de drogas), passaram a ter mais filho, tiveram 3 crianças, a Vilma e mais duas meni..., mais três menina, e por isso, o juiz deu chance, o CACAV, o núcleo, aqui tentou ajudar ela, mas ela não quis. Então, o que que aconteceu, ela não largou da pedra, o juiz interditou ela, passou a responsabilidade pra mim e as menina pro pai dos menino dela, quer dizer a avó das criança assumiu a paternidade das menina e eu assumi a Vilminha. (EDSON).

No que tange às questões de gênero, o conjunto das falas mostra a auto-culpabilização e auto-responsabilização das mulheres pela condição em que se encontra suas famílias, bem como a divisão de papéis nos cuidados com a prole. A mulher é julgada por trabalhar e deixar os filhos sozinhos em casa, responde inclusive a processo judicial por negligência. Já o abandono dos genitores que aparece como total ou temporário em praticamente todas as histórias analisadas não é questionado da mesma forma. A única família que possui a figura do genitor presente é a da Sra. Vanessa, contudo foram verificados que todos os processos judiciais, intervenções do Conselho Tutelar, encaminhamentos e acompanhamentos têm nela a figura central. Pouco ou nada se fala sobre o seu marido, a não ser acusações que se mostraram infundadas sobre alcoolismo e abuso sexual.

Essa visão, obviamente constrói-se ao longo do processo de socialização desses sujeitos, a partir da imposição dos valores e padrões de conduta dominantes. Mas, considerando que todos estão inseridos em acompanhamento sistemático no CREAS há mais de dois anos, bem como nos órgãos que compõem o sistema de garantias de direitos, infere-se que a forma como as situações foram abordadas e direcionadas reforçaram essa perspectiva.

Tal visão corrobora, não só a cultura presente nessa sociabilidade como também a perspectiva adotada pela Assistência Social no trato dessas questões. Verificou-se que mais de 90% dos atendimentos efetuados no CREAS em estudo têm como referência a mulher, seguindo a tendência das políticas públicas atuais, especialmente no campo da Assistência Social e da proteção à criança e ao adolescente.

Dessa forma, a “centralidade na família” representa quase que a “centralidade na mulher”, o que não se constitui apenas em uma escolha de cunho ‘técnico’ ou “teórico”, mas sim, na adoção de uma posição ideológica que contribui para a manutenção do “status quo” e conseqüentemente, das desigualdades de gênero e de

classe social. Para melhor desvelar essa questão, cabe refletir sobre o significado da família na estrutura social burguesa.

Engels (2010), em a “Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado”, discorre sobre as transformações nos modelos de família ao longo da história, identificando diferentes organizações, incluindo famílias por grupos e tribos em que uma pessoa poderia ter várias mães e pais, além de ser permitida a poligamia e poliandria. Verifica assim, que as mudanças nos tipos de arranjos familiares se deram, historicamente, de acordo com as transformações societárias, especialmente aquelas relacionadas a organização econômica e ao mundo da produção.

O surgimento do modelo de família monogâmica (ainda principal referência de estrutura familiar na atualidade, mesmo com o reconhecimento de novos arranjos), está relacionado ao surgimento da propriedade privada e à necessidade de preservação da herança, em uma sociedade patriarcal em que a ciência ainda não tinha condições de comprovar a paternidade. Segundo Engels (2010, p.83), a finalidade expressa desse tipo de organização familiar era a de “[...]procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível [...] porque os filhos na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai”.

Assim, os modos de organização familiar passaram a ser definidos, não por condições naturais, mas por questões econômicas; também por esse motivo foram estabelecidos os papéis do homem e da mulher. Marx e Engels, em A Ideologia Alemã, aponta a divisão realizada entre o homem e a mulher para procriação dos filhos, como a primeira divisão do trabalho, ao que Engels (2010, p.87) acrescenta: “[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia.”

Assim, a configuração da família monogâmica ou nuclear tem sua origem na necessidade de preservação da propriedade privada e de reprodução de padrões de conduta extremamente funcionais à sociedade burguesa. E mesmo com as transformações em curso, como o reconhecimento de novos arranjos familiares (famílias monoparentais, famílias homossexuais e famílias chefiadas por grupos de irmãos, entre outras), e com a possibilidade de se determinar a paternidade cientificamente, a família continua constituindo-se no núcleo responsável, não só pela reprodução da vida, mas também das relações sociais e, no âmbito da classe trabalhadora, de uma força de trabalho adequada às necessidades do capital.

Além disso, se no princípio a divisão sexual do trabalho destinava à mulher a responsabilidade pelos cuidados com os filhos e ao homem a manutenção das condições objetivas de sobrevivência, na cena contemporânea o que se verifica é o acúmulo de papéis pelas mulheres e uma maior responsabilização dessas pelos problemas ou “desvios” de sua prole. Ou seja, ao mesmo tempo em que ela assume a condição de trabalhadora, mantém ainda a função de garantir a reprodução de uma força de trabalho adaptada e funcional aos interesses burgueses.

Nos primórdios da ordem burguesa era exigido à família um grande número de filhos, ou seja, de uma grande quantidade de trabalhadores essenciais para operarem as máquinas. Já na contemporaneidade, com o incremento da tecnologia no mundo da produção, a exigência para a expansão das taxas de lucro é de uma mão-de-obra menor em termos numéricos, porém mais organizada e autodisciplinada. As famílias se reconfiguram nesse contexto em prol da reprodução de uma força de trabalho adequada:

Os lucros dependem cada vez mais da organização eficiente do trabalho e da autodisciplina dos trabalhadores, do que da aceleração simples e outras formas diretas para aumentar a exploração [...] A família deve criar filhos que assimilem as relações sociais hierarquizadas, se autodisciplinem e trabalhem de maneira eficiente sem necessidade de uma supervisão constante [...] A mulher é a responsável de levar a cabo a maior parte desse tipo de socialização. (MITCHELL apud NOGUEIRA, 2011, p.168).

O espaço doméstico é então, fundamental para reprodução do capital e, por isso não é coincidência que a defesa dos “valores da família” seja uma das principais bandeiras dos movimentos mais conservadores. Também não é por acaso que as relações familiares sejam sempre o foco central das políticas sociais.

A família constitui-se em um espaço de reprodução da classe trabalhadora e, por consequência, da força de trabalho, mercadoria imprescindível ao processo de acumulação; nessa lógica a “[...] procriação se transforma em uma espécie de substituto do trabalho, em uma atividade na qual o filho é visto como um objeto criado por sua mãe, do mesmo modo que uma mercadoria é criada por um operário.” (MITCHELL apud NOGUEIRA, 2011, p.169).

A sua manutenção, especialmente em sua forma nuclear, é assim, de suma importância para a organização capitalista na reprodução de uma força de trabalho adequada e, nesse sentido, o reforço do modelo patriarcal reitera a importância das

atividades domésticas e do papel da mulher no processo de socialização dos indivíduos.

A família, nesse sentido, constituiu-se em um espaço fundamental para a reprodução da superestrutura ideológica que sustenta a sociabilidade burguesa. Daí a relevância de uma série de regras, leis e políticas direcionadas à esfera familiar e, também, a necessidade de se punir aquelas que, de alguma forma não consigam cumprir seu papel social. A mulher que não garante a reprodução de uma força de trabalho saudável e produtiva não cumpre seu papel na divisão social e técnica do trabalho; cria uma mercadoria debilitada e inadequada que precisa ser corrigida. Nesse sentido, o Estado, por meio do judiciário e das políticas sociais, assume também um papel de regulador das relações familiares. Quando necessário, invade a esfera doméstica para impor normas de conduta e comportamento, sob o pretexto da proteção, sendo a proteção à infância e à adolescência o carro chefe desse tipo de intervenção, que foi reforçada e ampliada com a constituição do SUAS.

Na vivência dos cinco sujeitos, como já visto, a intervenção do Estado aparece não só pela via assistencial, mas também pelos órgãos do sistema de garantia de direitos, especialmente o Conselho tutelar e o Judiciário que, além do caráter repressor e disciplinador, têm o poder de decidir o destino das famílias. Em todas as histórias analisadas existe o temor de perda dos filhos pela via judicial. Ressalta-se a situação da Sra. Nayara que respondeu a processo de destituição do poder familiar e da Sra. Vanessa que, há mais de três anos, luta para recuperar a guarda do filho que foi entregue a terceiros, sem mesmo a devida tramitação do processo legal previsto para esses casos.

O Judiciário, o Conselho Tutelar e outros órgãos, que acompanham suas intervenções como as instituições acolhimento, aparecem para esses sujeitos como instâncias burocráticas, distantes e morosas, com um poder quase divino de invadir suas vidas e decidir seus destinos. Sob o discurso da proteção, acabam produzindo uma violência maior e mais cruel, repenalizando os sujeitos em questão. Difícil reproduzir aqui o sofrimento da Sra. Vanessa quando fala sobre o desejo de ter seu filho de volta:

Meu sonho é ter ele, (choro) mas eles me culpa, me julga, acha que eu fiz isso por querer, mas Deus tá vendo. Deus sabe que errar é humano gente, eu errei, eu reconheço meu erro, se eu pudesse voltar atrás eu não tinha feito isso sabe, se eu pudesse voltar atrás, eu taria com o meu filho do meu lado. É difícil, chega a noite, eu olho pro canto

da cama, eu imagino ele lá deitado comigo, você sente a falta, eu sinto a falta dele, dá na hora de dormir, eu (choro). (VANESSA).

A escolha da centralidade da família, ao ignorar os reais processos que envolvem a sociabilidade burguesa, pode significar a repenalização dos núcleos familiares e de seus indivíduos já que, nessa perspectiva, as intervenções podem assumir um caráter restritamente “socioeducativo”, focado na mudança de comportamentos e nas relações estabelecidas pelos sujeitos na esfera familiar.

Esse paradigma de centralidade na família, como referencial teórico-metodológico para intervenção profissional, tem como consequência uma despolitização da questão social, sendo seu foco principal as relações interpessoais de determinados grupos familiares. As práticas socioeducativas derivadas dessa perspectiva remetem à refuncionalização das relações pedagógicas mediante estratégias de reorganização da cultura dominante, por meio de processos socioassistenciais que buscam retomar ações profissionais com características de “ajuda psicossocial individualizada.”

Em outras palavras, entende-se que a ideia de centralidade na família desconsidera as contradições sociais intrínsecas ao capitalismo e o lugar que essas famílias ocupam na sociedade de classes. Traz uma análise limitada de fenômenos sociais como a violência familiar que se expressa em intervenções, reforçando a ideologia burguesa, que ignoram a violência estrutural produzida por esse modo de organização social.

Para compreender então a violência objetivada na esfera familiar, parte-se do pressuposto de que a família constitui-se em um espaço historicamente situado, determinado “[...] por totalidades de maior complexidade (a classe, a nação) e determinante de totalidades de menor complexidade (o indivíduo), num processo em que, estrutural e temporalmente, os termos das determinações se intercambiam.” (PAULO NETTO, 2011, p.100).

Será defendida aqui uma compreensão da violência familiar pautada na perspectiva de totalidade, ou seja, que considere as diferentes mediações e determinações desse fenômeno em sua inserção no mundo capitalista. Não se pretende afirmar assim que toda violência familiar derive do capitalismo, mas que, no mínimo, “[...] a ordem do capital oferece o terreno sócio-histórico e as condições

objetivas para a materialização de todo e qualquer processo violento (por mais pontual que pareça).” (SILVA, 2008 b, p.4).

De acordo com Silva (2013), numa perspectiva de totalidade, embora seja parte do processo de reprodução e da sociabilização humana, a família é uma categoria secundária, sustentada por outros elementos contidos na sociabilidade burguesa e determinada por essa sociabilidade e pela categoria trabalho, sendo essa central para a produção e reprodução do ser social.

CAPÍTULO 2 O TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL PARA A EXPLICAÇÃO DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA OBJETIVADOS NA ESFERA FAMILIAR

2.1 A centralidade do trabalho para as famílias atendidas no CREAS

Nos termos marxianos, o trabalho (concreto-útil) é uma categoria ontológica social central na constituição do ser social. É por meio dele que o homem desenvolve mediações que instituem a sua diferencialidade diante de outros seres da natureza. Para Marx (2006,p.149-150, 153):

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] Pressupõe-se o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios [...] o processo de trabalho é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição natural eterna da vida humana e, portanto [...] comum a todas as formas sociais. (MARX, 2006, p. 149-150, 153).

Ou seja, é por meio do trabalho, criador de valores de uso, que o homem se humaniza, que transforma a natureza e a si mesmo, tecendo a vida em sociedade. Por meio dele realiza a práxis enquanto atividade criadora e transformadora, que lhe permite objetivar na realidade concreta aquilo que já ideou previamente. O trabalho, em seu sentido ontológico, possibilita a evolução de formas de sociabilidade e a plena realização das capacidades humanas. “É o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (MARX, 2013, p.116).

Na sociedade capitalista, contudo, o trabalho é apropriado pelo capital como meio essencial ao processo de acumulação, perdendo grande parte de suas características ontológicas. O trabalhador vive um processo de exploração em que necessita se adequar aos interesses capitalistas para garantir condições de sobrevivência. Ele não se reconhece no que produz e, ao vender sua força de trabalho em troca de sua subsistência, converte a si mesmo em mercadoria. Como apontou Marx, o trabalho, no modo de produção capitalista, torna-se uma atividade alienada-estranhada, que se exterioriza em um produto estranho ao produtor, pois não lhe pertence; geradora de sofrimento, um “trabalho forçado”, compulsório, que se apresenta não como forma de humanização de quem o realiza, mas como meio de satisfazer carências básicas, algo que o ser social não realiza para si, mas para outrem (que comprou sua força de trabalho). Torna-se, assim, uma atividade alheia ao ser, de forma que o trabalho, seu produto e o tempo nele empregado deixam de pertencer ao indivíduo.

Mas em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que ele não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. (MARX, 2006, p. 114, grifo do autor).

Assim, a condição de existência do trabalhador no capitalismo é em si precária, já que ele precisa vender sua força de trabalho para viver e sua atividade contribui sempre para aumentar a riqueza capitalista e, que não tem acesso. Por mais que trabalhe, só consegue trazer para si e para sua família o essencial, por meio da troca efetuada com recursos advindos do salário e, mesmo aquele considerado com “melhor remuneração”, não se desvencilha das amarras do sistema. No caso das famílias aqui consideradas, suas necessidades (criadas e recriadas cotidianamente)

se reduzem à reprodução mínima de carências humanas (no campo estrito da pobreza absoluta⁵), sendo que a Política de Assistência Social estabelece essa condição como critério para a inserção dos núcleos familiares nos programas e projetos sociais existentes.

Mesmo nessas condições, o trabalho continua sendo uma categoria central para compreensão do ser social, uma vez que esse se constitui a partir do tipo de sociedade em que vive, sendo em parte determinado por ela, ainda que possa também determiná-la. Para que se possa analisar, então, o ser no espaço de suas relações sociais, no caso a vida familiar, cabe compreender como os sujeitos se inserem na sociedade capitalista, considerando que ela se organiza pela divisão em classes sociais. Ora, se essa inserção significa pertencer a essa classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2007), cabe então compreender o lugar que ele ocupa dentro da divisão social e técnica do trabalho, as especificidades da atividade que desenvolve, bem como o tipo de vínculo que estabelece (formal/informal).

Para perquirir a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos em estudo, estes foram questionados sobre o significado e a importância do trabalho em suas vidas. Todos os sujeitos apontam como elemento indispensável, sendo que a expressão “o trabalho é tudo” aparece em quatro, dos cinco depoimentos. Essa centralidade está a priori, exatamente no fato de ser a venda da força de trabalho a única possibilidade de acesso a uma condição de vida digna para suas famílias.

Ah, o trabalho pra gente é tudo né, porque a gente “veve”, depende do trabalho pra pagar conta, pra, pra, pra se manter a casa né, fazer despesa né, serviço é tudo né, [...] eu quero estudar, quero ser professora ainda. [...] Quero ser professora, aí sim vou registrar minha carteira, até lá vou levando a vida, estudando, correndo atrás do meu objetivo né. Porque pra gente ter uma carteira assinada, eh, pra gente ser um cidadão reconhecido né, porque a pessoa que não trabalha, muita gente pensa assim “Ah, não gosta de trabalhar né”, é *cicrano* trabalha, porque é né, é necessário né, cada um trabalhar. (VANESSA).

⁵ A pobreza absoluta vincula-se a condições precárias de remuneração salarial, hoje, também constatadas por meio da precarização (também de direitos), da subcontratação, da informalidade ou do desemprego permanente. A pobreza relativa não escapa dos aspectos acima descritos sendo, todavia, mais afeita à fase madura-monopolista da reprodução do capital, caracterizada pela inserção massiva de tecnologia, intensificação do trabalho e melhores remunerações (para os que estão empregados) acompanhada pela baixa empregabilidade, precarização de direitos e altas taxas de extração de mais-valia, sobretudo por meio da polivalência do trabalho realizado (ANTUNES, 2000 e 2007).

O trabalho é “tudo” porque é a única possibilidade de garantir o dinheiro necessário para se “pagar as contas”, “fazer despesa”, “manter a casa”, enfim sustentar a família. Mas o depoimento não se refere a qualquer trabalho e sim o trabalho formal, com “carteira assinada”, que aparece como um sonho, uma possibilidade de acesso à cidadania. Na sociabilidade burguesa, consolidou-se a figura do “cidadão-consumidor”, de forma que o acesso a direitos e a determinadas formas de participação social estão vinculados ao poder de consumo. São socialmente mais valorizados aqueles que contam com maior capacidade de consumir, enquanto aqueles que não produzem e não consomem, não possuem serventia para o capital; por isso acabam numa condição de invisibilidade. Os sujeitos em questão, por possuírem pouco acesso a bens de consumo, sentem as expressões disso em seu cotidiano.

Tudo, pra mim é tudo, (o trabalho) porque sem ele a gente num, num leva a vida, porque eu já passei fome, vi as dificuldades, você pedir ajuda e não tem. Agora se você tem um trabalho é muito mais fácil das pessoa reconhecer a gente. Porque carteira assinada, pois é, parece que é um nome que você tem ali, porque a primeira coisa que você vai, você vai pedir, você vai pedir um crédito, “você tem carteira assinada?” que conta tudo é a carteira, pra mim o serviço é tudo, um registro na carteira é tudo. Pra mim quando tem trabalho parece que é dependente maior e quando não tem eu sinto uma inútil (NAYARA)

Tudo, representa tudo, (o trabalho) representa que ah, como é que eu vou te falar, que nem oh, o trabalho, se você está trabalhando você tem dinheiro pra manter a casa, você tem dinheiro pra comprar o material das criança, você tem dinheiro pra um dentista, você tem dinheiro pra pagar um negócio particular, ah trabalho é tudo. (GABRIELA)

Ficar desempregado as vezes, é uma sensação de impotência, você fica meio, muito pra baixo, até parece que eu...No, no caso de pedreiro sempre aparece um biquinho, então hoje não trabalha quem não quer, mas mesmo quando você tem família, um biquinho não pode ser, que um biquinho não fica bicudo, você tem que ter um emprego que tem um salário todo mês (EDSON)

Não ter um “emprego” significa assim, não só, não ter como conseguir os bens e serviços que necessita e deseja como também não ser reconhecido como cidadão. “Um registro na carteira é tudo”, porque é a possibilidade de ter garantida uma renda mensal fixa, de ter direitos trabalhistas e proteção previdenciária, de conseguir

“crédito”, não só no sentido financeiro, mas também o “crédito” como respeito da “sociedade.”

Marx (1982, p.25) afirma que “[...] não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência”, ou seja, a realidade concreta opera determinações importantes na consciência dos indivíduos e na construção de sua subjetividade. Assim, a falta ou dificuldade de acesso a um emprego, que representa objetivamente um cotidiano mediado por privações de elementos essenciais à sobrevivência humana, é apropriada e processada pelas singularidades de diferentes formas. Nos depoimentos acima, estão expressos sentimentos de impotência e inutilidade, já que o sujeito se sente inútil por não ter meios de “levar a vida” e impotente porque não consegue, como indivíduo, alterar essa condição. Isso porque o acesso a um emprego é algo que não está diretamente relacionado a seus “esforços” individuais ou à sua “motivação pessoal”, como prega o ideário burguês, mas sim, às configurações conjunturais e estruturais do mercado capitalista, ou seja, às necessidades do capital. Tal sentimento de impotência, gerado pela falta de um emprego, ainda que seja algo imediatamente subjetivo, tem rebatimentos no conjunto das relações sociais do indivíduo e aparece nas entrevistas como algo que compromete os cuidados com os filhos.

Não ter trabalho é ruim né, porque seu filho te pede alguma coisa, não tem e não é só questão de coisas materiais, eh eu me preocupo mais com a questão da alimentação deles né. E eles não é aquelas criança que come besteira, meus filhos já é uma questão que come comida saudável, que eu tento fazer, porque eu tenho problema de pressão, o Gabriel tem problema de rim, então tem de diminuir sal, fazer bastante legumes, salada e todos entraram nesse ritmo. Então a falta de trabalho é ruim né, porque acaba faltando isso né, entendeu, mas aí eu vou atrás de doações, as vezes de legumes, vou em algum lugar ou outro pra poder pegar né, então se eu tivesse trabalhando seria ótimo né, porque ia me ajudar bem, eu poderia guardar um dinheirinho pra eu pensar no futuro, dá uma casinha que é o que eu mais quero né, que é ter um cantinho que a gente pudesse ficar, plantar uma árvore, ver crescer e né, não sair mais dali né. (MARIA).

A Sra. Maria aponta que, sem o trabalho, precisa recorrer a doações, a alimentação de sua família fica sujeita a benevolência de terceiros, trazendo prejuízos à saúde dos membros que necessitam de dieta especial, além de retirar sua autonomia em decidir o que ela e os filhos irão comer. Essa busca cotidiana pela sobrevivência a impede de ter sonhos, pois, se estivesse trabalhando, poderia “pensar

no futuro”; oportunidade que ela não tem, visto que toda a sua energia é consumida na busca cotidiana pelo essencial à existência e à reprodução familiar. Não ter trabalho é não ter uma renda fixa, o que representa uma insegurança constante e uma luta diária pela satisfação das necessidades mais elementares.

Se a falta de trabalho prejudica os cuidados com os filhos, as crianças, contraditoriamente, representam um empecilho para inserção e permanência dessas mulheres no mercado de trabalho.

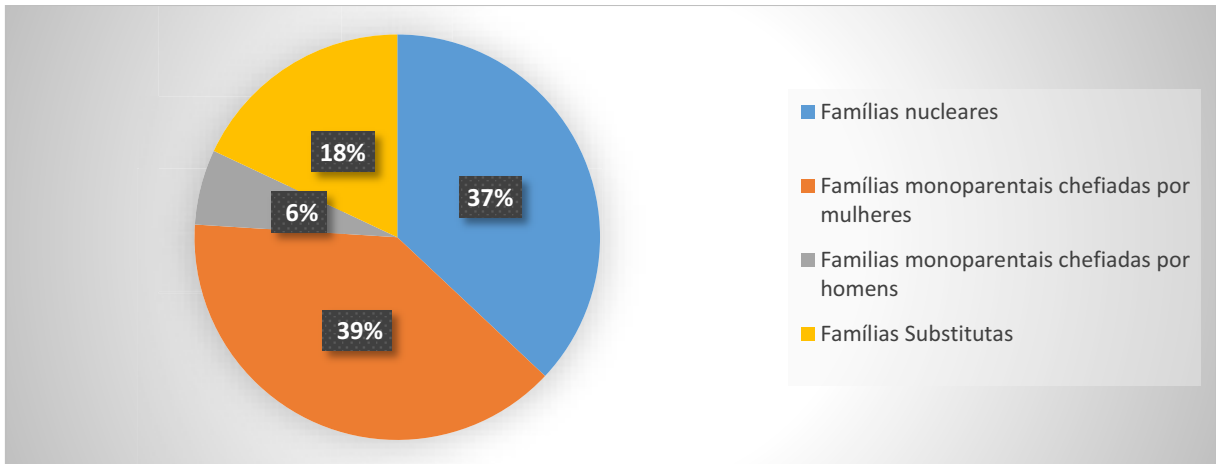
Agora eu nem arrisco trabalhar porque meus filho ainda tão pequeno, eles ainda tão precisando de mim de levar na escola, buscar, se eu pagar uma outra pessoa não vai compensar, então eu fico dentro de casa cuidando deles, até eu me formar, fazer a faculdade, quero ser professora, aí sim vou registrar minha carteira, até lá vou levando a vida, estudando, correndo atrás do meu objetivo né. (VANESSA).

A Sra. Vanessa aponta os cuidados com os filhos como impedimento para seu retorno ao trabalho, já que ela possui seis filhos com idades diferentes. Ainda se trabalhasse, não teria condições de pagar uma pessoa para auxiliá-la, uma vez que, com sua baixa escolaridade não conseguiria um melhor salário. “Nem arrisca trabalhar”, porque isso significaria deixar suas crianças sob os cuidados de terceiros. Afirma que já perdeu a guarda de um filho e acredita que qualquer “deslize” pode prejudicá-la tanto para conseguir novamente o filho que perdeu, quanto pela possibilidade de perder outros. A Sra. Maria apresenta situação bem semelhante: seus dois filhos estudam apenas meio período e assim ela tem muita dificuldade em conseguir um emprego que permite conciliar esses horários.

Como já mencionado, a questão de gênero aparece sempre de maneira forte na condução dos acompanhamentos realizados no CREAS e as especificidades da condição das mulheres trabalhadoras não podem ser desconsideradas, já que se constitui em uma mediação de extrema relevância nas histórias analisadas. Estas representam o universo pesquisado, especialmente pela predominância de famílias chefiadas por mulheres.

Segundo dados coletados pelos profissionais do CREAS, a composição das famílias atendidas no período pesquisado, divide-se conforme gráfico abaixo:

Gráfico -2 Composição das famílias atendidas no CREAS II de Ribeirão Preto



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Verificou-se que 45% das famílias atendidas tinham composição monoparental sendo que dessas, 87% eram chefiadas por mulheres, o que corresponde a 39% do total. Além disso, entre as 18% classificadas como famílias substitutas, 50% tinham como responsáveis as avós, o que corresponde a aproximadamente 10% do total. Considerando ainda que duas dessas famílias substitutas tinham como responsáveis primas dos infantes em acompanhamento, têm, em média, 52% das famílias chefiadas por mulheres. Necessário ressaltar que, ao dizer chefiadas, referem-se ao fato de serem as únicas responsáveis pela manutenção do lar, pelos cuidados com os filhos e com a casa. Se na atualidade, a maioria das mulheres que pertencem às parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora sofre por necessitarem assumir uma difícil jornada dupla, tendo que compatibilizar emprego e cuidados com a prole, no caso das mulheres chefes de família, essa dificuldade se multiplica, tornando-se, em determinados momentos, uma missão quase impossível de se cumprir. Parece ser essa uma mediação importante a se considerar, em situações denominadas como “negligência” ou “abandono”, onde é enquadrada a grande maioria dos atendimentos realizados do CREAS.

Verificou-se que, enquanto a Sra. Vanessa optou por ficar em casa, considerando que é a única das entrevistas que conta com o apoio do marido, a Sra. Nayara expressa o conflito que vive em depoimento já citado: “[...] eu não dava muita atenção pros meus filho, que eu tinha que trabalhar, sair as 5 da manhã, [...] só voltava 9 horas da noite”. (Nayara).

A Sra. Nayara foi denunciada por negligência, uma vez que escolheu trabalhar para atender às necessidades familiares, o que comprometeu os cuidados diários com a prole. Já a Sra. Maria sobrevive com auxílio de programas de transferência de renda e de terceiros, enquanto não consegue um local para deixar os filhos.

“Eu tô esperando começar as aulas e o núcleo pras crianças, porque aí consigo pegar um serviço legal, queria um emprego mesmo né, fixo, registrado tudo certinho.” (MARIA).

De qualquer maneira, casadas ou não, há que se considerar que as mulheres acumulam a condição de trabalhadoras e as atividades referentes à reprodução familiar. Um trabalho duplicado que, na condição em que vivem, significa uma luta diária para se cumprir uma maratona de tarefas que dificilmente as possibilitam de reflexões para além das necessidades de sobrevivência, ampliando a alienação inerente à vida cotidiana. Alienação que prejudica não só as reflexões sobre a sociedade em que vivem, mas também aquelas pertinentes às relações familiares e ao modo de educar os filhos.

Há de se considerar então que, a divisão sexual do trabalho é para elas extremamente desfavorável, pois implica, como apontou Nogueira (2011), um trabalho duplicado, vinculado ao espaço da reprodução e com ele imbricado.

A divisão sexual do trabalho, tanto na esfera doméstica, quanto produtiva, expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido de desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo. (NOGUEIRA, 2011, p.180).

Entende-se assim que a mulher, ao ter seu trabalho duplicado e sua inserção no mercado precarizada e desvalorizada, vive especificidades, em sua condição como trabalhadora que não podem ser ignoradas. Contudo, não se pode esquecer que, apesar dessas especificidades, ela e o conjunto de famílias atendidas no CREAS pertencem conjuntamente à parcela mais pauperizada da classe trabalhadora e a vivência do pauperismo representa, por si só, para homens e mulheres, uma condição de sofrimento. O depoimento da Sra. Gabriela aponta para a dor gerada pela falta de um trabalho formal e de condições para garantir a manutenção dos três filhos que vivem com ela.

Pra mim significa tudo (o trabalho) porque é eu que sustento aquela família, e eu que dou as coisa, é eu que põe a comida dentro de casa, é eu que, quando falta o pão,... que nem eles quer pão de manhã, eu não tenho dinheiro, isso aí já dói *ni mim* entendeu, [...] pra mim trabalho é tudo, eu não consigo mais ficar sem trabalhar. É horrível, você só passa raiva, você só vai emagrecendo. Porque aí você vai vendo que tá esvaziando entendeu, você vai vendo que o armário tá esvaziando e você tá desempregada, não apareceu nada, que nem agora, eu tô desempregada, eu tô vendo as coisa, mas tô ficando quieta, eu não choro perto das minhas criança, não aparece nenhuma faxina né, então com o trabalho é ótimo, sem o trabalho. (GABRIELA).

Se o trabalho nas condições do capital já violenta o ser social pelas configurações que assume (trabalho alienado, estranhado e explorado), não tê-lo torna-se algo ainda mais nefasto. Sem um salário não é possível garantir aos filhos uma alimentação, materiais escolares, brinquedos e determinados tratamentos de saúde, dentre outras coisas. A Sra. Gabriela faz referência à sua “dor” ao ver os filhos sem alimentos, diz ainda que “vai emagrecendo”, “vai vendo que tá esvaziando”, como se estivesse assistindo definhar sua vida e a de seus filhos ante a falta de recursos financeiros.

Entende-se com isso que, a ausência do emprego formal, de um salário fixo, estável e de direitos fundamentais, situação vivenciada por todos os sujeitos entrevistados, desdobra-se em uma série de outras manifestações, expressando-se, a priori, objetivamente por meio de carências, privações e limitações, subjetivamente em sentimentos de impotência e de inutilidade que influem nas relações sociais e familiares. Questões que, ainda que se apresentem imediatamente como individuais (e de fato não descartam essa dimensão), estão estruturalmente imbricadas com o modo de organização capitalista e o lugar que essas pessoas ocupam dentro dessa estrutura social, o que cabe ser analisado detalhadamente.

2.2 O lugar das famílias atendidas no CREAS na estrutura social capitalista: um “exército industrial de reserva estagnado”

Sabe-se que uma das principais características do capitalismo está no fato da produção da riqueza ser social, enquanto a apropriação de seus frutos é privada. Todos participam direta ou indiretamente do processo produtivo, mas nem todos têm acesso ao que é produzido. Recorrendo aos estudos de Marx sobre o processo de

acumulação capitalista, tem-se que “produzir mais-valia⁶ é a lei absoluta deste modo de produção”; e se a mais-valia é produzida a partir do trabalho, tem-se, então, esse como elemento essencial à acumulação. Mas não qualquer trabalho, e sim o trabalho em condições alienadas-estranhadas, em condições de ser explorado ao máximo, desprovido de suas potencialidades emancipadoras. O capitalista, para garantir sua finalidade maior, o lucro, precisa ter o domínio das relações de produção, dos meios de produção, da força de trabalho e do produto do trabalho. Isso, articulado a uma superestrutura que oferece a base institucional, valorativa e ideológica que nasce da base material e a justifica. A única forma de subsistência do proletariado e de outros segmentos da classe trabalhadora é a venda de sua força de trabalho. A situação em que o capitalismo põe o trabalhador é essa: se não trabalha, não come, nem satisfaz suas necessidades básicas. Sendo assim, para não morrer, é obrigado a se sujeitar às condições que lhe são impostas.

Um dos mecanismos utilizados para manter esse controle do capital é a existência de uma população excedente, vulnerável, a qual Marx denominou de “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa” que permite que a classe trabalhadora fique disponível às oscilações e necessidades do mercado. Esses trabalhadores excedentes proporcionam “[...] o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado.” (MARX, 2013, p. 735).

A manutenção dessa reserva permite dispor do trabalhador em graus maiores ou menores de exploração, conforme lhe convier, garantindo que ele esteja firmemente acorrentado ao capital. A garantia da acumulação de riqueza exige assim, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria. Essa é a “lei geral da acumulação capitalista”, base para a explicação do que se convencionou denominar de “questão social”.

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas, quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de

⁶ Taxa de mais-valia: é expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista. Dá-se na relação entre trabalho excedente (mais-valia) e trabalho necessário (capital variável/ força de trabalho). (MARX, 2013).

reserva, tanto maior, será o pauperismo oficial. *Esta é a lei geral absoluta da acumulação capitalista.* (MARX, 2013, p.719, grifo nosso).

A existência dessa parcela sobrando da classe trabalhadora e a consequente reprodução do pauperismo são questões imanentes a essa estrutura social que se atenuam ou se agravam conforme os movimentos do capital. Cabe entender que a economia capitalista tem intrínseca à sua dinâmica de produção, períodos de crises. Em síntese, os ciclos do capital iniciam-se com um período de expansão, prosperidade e crescimento que, em determinado momento, esbarram na superprodução, (oferta maior que a procura) e na queda das taxas de lucro, o que culminam em crise e depressão econômica, seguida por uma fase de recuperação.

[...] o enorme poder de expansão [...] do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril, seguida de abarrotamento dos mercados que, ao se contraírem, ocasionam um estado de paralisação. A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. (MARX, 2013, p. 518).

Os movimentos do ciclo produtivo determinam o aumento ou a diminuição dos postos de trabalho e, conseqüentemente, a condição de vida do trabalhador. Contudo, se alguns trabalhadores participam dessa reserva apenas em alguns períodos, especialmente os de crise, uma grande parcela tem permanecido estagnada. Situação que foi reconhecida desde os tempos de Marx, mas que se agravou com o desenvolvimento do capitalismo e a consolidação/ampliação do desemprego estrutural na era imperialista e monopolista do capital, típica do início do século XX. O trabalhador situado nesse espaço de estagnação é aquele que sobrevive com ocupações extremamente irregulares e proporciona ao capital “[...] um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível.” (MARX, 2013, p.718).

Esse exército industrial de reserva, reconhecido por Marx na segunda metade do século XIX, ganha novos contornos em tempos de avanço tecnológico e substituição do trabalho vivo pela máquina, gerando o que Antunes (2007) chamou de uma expansão sem precedentes do desemprego estrutural.

Desde meados do século XX vivem-se, ao mesmo tempo, a desproletarização do trabalho industrial e a expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, concomitante a um processo de “[...] subproletarização intensificada, presente na

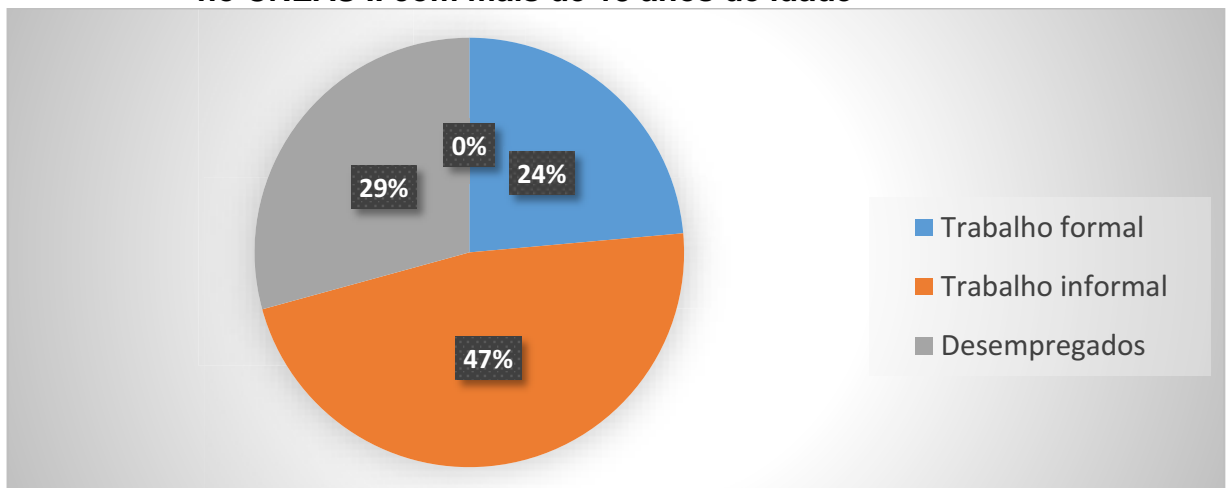
expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado.” (ANTUNES, 2007, p.49).

Essas diversas categorias de trabalhadores tem em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial. (ANTUNES, 2007, p.52).

As famílias atendidas no âmbito da assistência social, especificamente nos CREAS, situam-se nessa parcela estagnada do exército industrial de reserva, composta por trabalhadores supérfluos, em situação de trabalho irregular, com uma condição de vida bem abaixo do nível médio da classe trabalhadora e histórias marcadas pelo pauperismo.

Em pesquisa realizada pelas Assistentes Sociais do CREAS II de Ribeirão Preto em novembro de 2012, verificou-se, a partir de informações colhidas numa amostra de 87 prontuários de famílias em atendimento naquele mês que, 123 das pessoas que compunham os grupos familiares em questão, estavam em idade ativa, ou seja, mais de dezoito anos e menos de 60 anos. Entre essas, o número de pessoas em condição de desemprego absoluto, somado aos que declararam apenas atividades informais, foi de 94 pessoas, o que corresponde a 76%, conforme discriminado no gráfico a seguir:

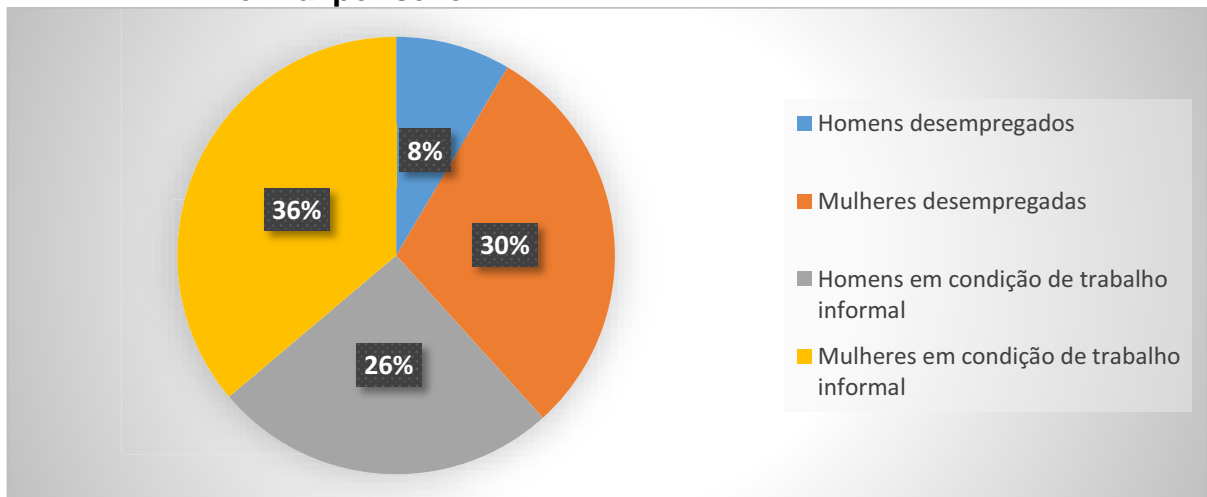
Gráfico 3 - Condição de inserção no mercado de trabalho das pessoas atendidas no CREAS II com mais de 18 anos de idade



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Verificou-se ainda que, na composição dessas famílias, dentre as 123 pessoas em idade ativa, 64% eram mulheres e 36% eram homens, o que se justifica pela já citada grande quantidade de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Analisando proporcionalmente, temos 43% das mulheres em condição de trabalho informal e 35% desempregadas, e 55% dos homens em condição de trabalho informal e 8% desempregados. Verifica-se que, nessa proporção, o número de mulheres desempregadas é significativamente maior, o que reafirma as dificuldades inerentes ao trabalho feminino.

Gráfico 4 - Porcentagem de pessoas em situação de desemprego e trabalho informal por sexo



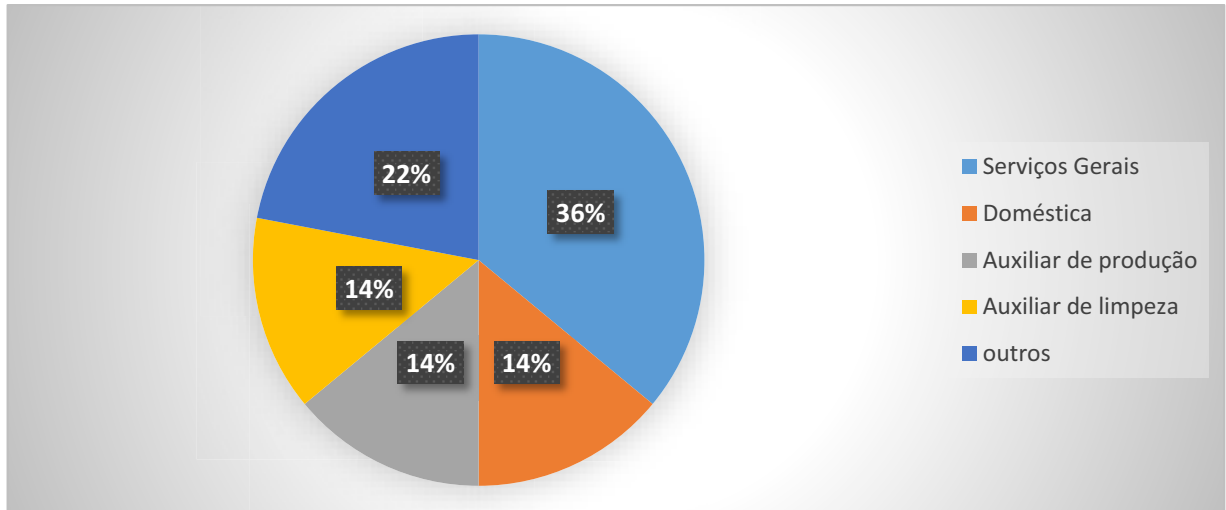
Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Se a maior parte das famílias atendidas nesse CREAS possuía uma inserção precária ou nenhuma inserção no mercado de trabalho, em termos práticos, têm-se, em grande maioria, famílias que não possuíam renda fixa, sobrevivendo com ganhos eventuais e recursos oriundos de programas de transferência de renda. Esses últimos passam, por consequência, a assumirem papel fundamental em orçamentos familiares parcos ou inexistentes.

Dentre os trabalhos citados, verificou-se que 100% deles correspondem a atividades que exigem maior esforço físico e menor qualificação. Como trabalho formal, a maior ocorrência entre as mulheres é a função de serviços gerais, seguida das atividades de doméstica, auxiliar de produção e auxiliar de limpeza, que aparecem em igual número. São citadas também as funções de cuidadora de idosos e auxiliar de cozinha. Entre os homens, aparecem em igual número as atividades de segurança,

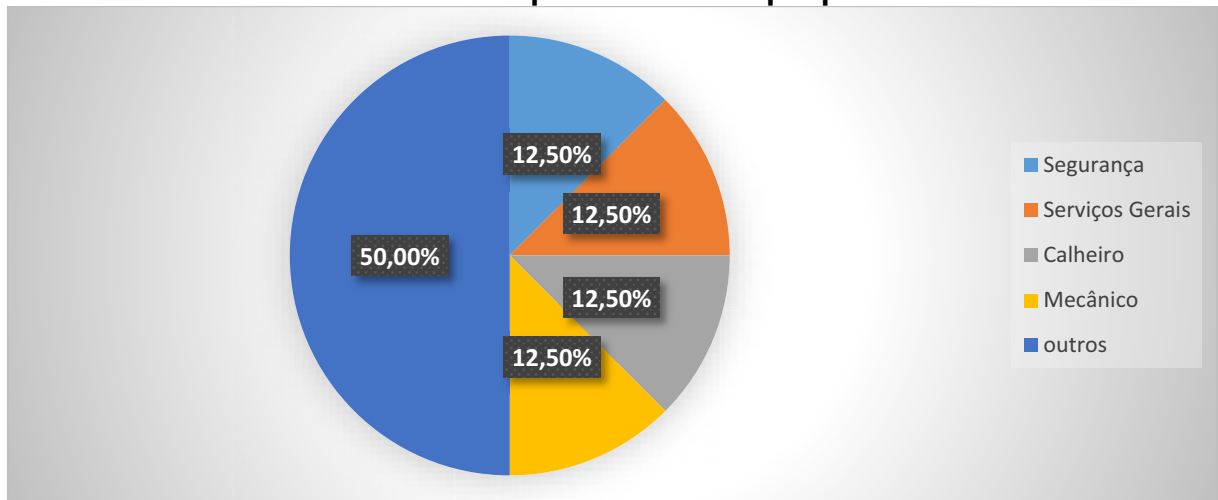
serviços gerais, mecânico e calheiro. São citadas ainda as atividades de entregador, motorista, serrador, eletricista, ajudante de motorista e funções não especificadas em fábrica de gesso, gráfica e empresa de gás.

Gráfico – 5- Atividades realizadas pelas mulheres que possuem trabalho formal



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Gráfico 6 – Atividades realizadas pelos homens que possuem trabalho formal

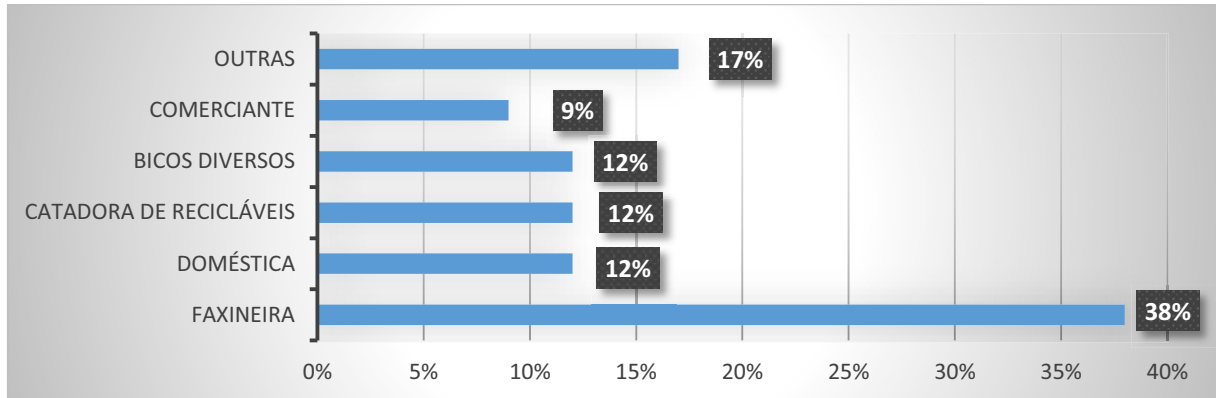


Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Quanto às pessoas que exercem atividades informais, verificou-se um maior predomínio de mulheres na função de faxineira, seguida pelas atividades de doméstica, catadora de materiais recicláveis e “bicos” diversos; são citadas também as atividades de corretora, comerciante, cozinheira, pamonheira, entregadora de panfletos e trabalhos em eventos. Dentre os homens inseridos em atividades

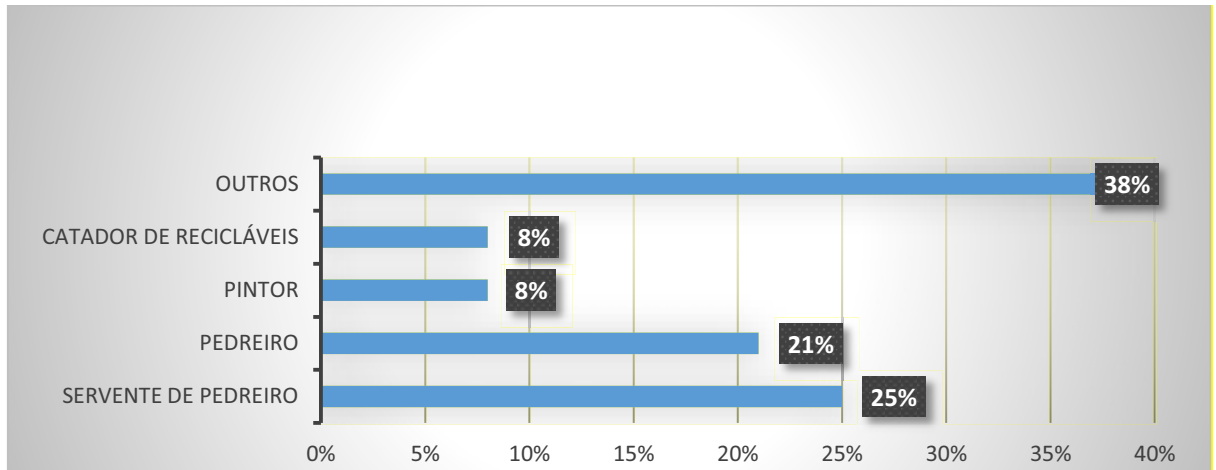
informais, as funções predominantes são as de servente de pedreiro e pedreiro. Aparecem também as atividades de catador de recicláveis, pintor, mecânico, marceneiro, vendedor, comerciante, motorista, jardineiro, fotógrafo, trabalhador rural e bicos diversos.

Gráfico 7- Atividades informais realizadas pelas mulheres



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Gráfico 8 – Atividades informais realizadas pelos homens



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Na ocasião das entrevistas, nas cinco famílias analisadas predominaram as situações de desemprego e trabalho informal, representando o que foi constatado pelos dados quantitativos. Dos sujeitos entrevistados, apenas o Sr. Edson possuía vínculo formal de trabalho naquele momento. Dentre os familiares, somente o marido da Sra. Vanessa e o companheiro da Sra. Maria tinham vínculos formais, porém temporários. Observa-se ainda que, ao longo de suas histórias de vida, a

predominância é de trabalhos informais e temporários e sempre em atividades menos qualificadas.

Eu já trabalhei de pedreiro, já trabalhei de servente, já trabalhei de jardinagem, já trabalhei de catar papelão, já varri rua, já mexi com eletricidade, já fiz de tudo, já fiz faxina já trabalhei de empregada também, de cozinhar, de cozinheira assim. Com carteira só de varrer rua no “Cidade Limpa. (NAYARA).

O vínculo citado como “Cidade Limpa”, refere-se a um projeto governamental, desenvolvido pela Prefeitura Municipal para famílias de baixa renda, cujos vínculos empregatícios eram temporários. Assim, verifica-se que a Sra. Nayara teve, ao longo de sua vida, grande dificuldade para conseguir atividades que lhe permitissem garantir a manutenção familiar e sempre ocupou essa posição de reserva, sem acesso a trabalho formal, direitos trabalhistas e proteção previdenciária. Tal situação é bem semelhante a das três outras mulheres entrevistadas.

Eu, eu tive como babá né, que eu cuidei da criança lá do Juninho, um ano e 3 meses, já cuidei de idoso né, da dona Joana lá em Minas, cuidava dela, e, e como empregada doméstica [...] já colhi café na colheita de café né, nunca tive registro, minha carteira é em branco. (VANESSA).

Ah, já fui babá, já fui dama, não é dama de companhia que fala né, eh cuidadora de idosos. Já trabalhei em lanchonete, aquela perto da UNAERP, já fui prostituta, já trabalhei em casa de massagem já, cozinheira né, babá, empregada doméstica, acho que só né. Registro só um que eu tive, que era de uma mulher que ela mora ali na avenida [...] ela foi a única que me registrou. (MARIA).

Eu já trabalhei no “Ribeirão vai pra frente” de varrer rua, só que era 09 meses, eu já trabalhei numa lanchonete no Centro, lá na Tibiriçá, de ajudante de cozinha, aí eu passei pra salgadeira, aí depois eu passei pra cozinheira, aí depois desse serviço sem ser trabalhar na rua e lanchonete, só foi doméstica. Ah, lembro também de uma vez que eu trabalhei perto de onde você mora, bem lá na frente, eh de, num negócio de marmitex, eu registrei, a minha primeira carteira foi lá, lá no [...] Então, eles registrou minha carteira lá e agora a segunda vez, nesse serviço que eu tava de doméstica. (GABRIELA).

As histórias apontam para a realização de atividades diversas, a maioria desqualificada, desvalorizada e realizada na informalidade, o registro em carteira é quase um “milagre” na trajetória desses sujeitos e, na maioria das vezes, dura por

pouco tempo. O Sr. Edson, apesar de possuir vínculo formal de trabalho na ocasião da entrevista, também não teve uma história muito diferente. Destaca que, ao longo de sua vida, teve a maioria dos seus trabalhos marcada por vínculos informais e temporários.

Com 13 ano eu já trabalhava na construção, trabalhando tal, tal, aprendendo com os melhores pedreiro coisa e tal, aqueles que era limpinho, você fica enjoado, quando eu comecei, com 16 ano eu já era pedreiro de pegar serviço, onde me ajudou um pouco, melhorou a situação um pouco mais, [...] Eu construí a obra lá no Morro da Conquista, eu trabalhei em rádio, o Diário da Conquista nasceu na minha mão, eu construí a obra lá no Morro da Conquista, aí eu passei a operar o transmissor, do transmissor eu fui pra mesa, mas aí eu vi que era só status, andava bonitinho, limpinho, dinheiro no bolso, nada, não. Então eu vi que era o programador, o gerente ganhava dinheiro, mas o que ele repassava pra mim era mínimo, então na rádio dele, tchau, tchau, aí voltei pra ser pedreiro de novo. Hoje trabalho de pedreiro e segurança também a noite é uma dia sim, um dia não, hoje mesmo eu trabalho a noite [...] É carteira assinada, aí eu saio lá do Pão de Açúcar, [...], vou pra casa da minha filha que eu peguei uma casa pra acabar, inclusive era pra mim acabar hoje, mas vou chegar mais tarde, disse que acabo amanhã e assim vai indo. (EDSON).

Outra questão que se observa nesse relato é que o sujeito não teve muitas opções na escolha. Aprendeu o ofício de pedreiro ainda na adolescência e o manteve ao longo de sua vida. Mesmo quando conseguiu realizar uma atividade que lhe era mais gratificante (como o trabalho em uma rádio), precisou abandoná-la, já que “não dava dinheiro”. Em outras palavras, as condições objetivas de sobrevivência não permitiram que ele prosseguisse com o trabalho de que gostava. Está explícito aqui e implícito em todos os relatos que os sujeitos em questão não tiveram muita opção de escolha quanto aos trabalhos que realizavam, exercendo aquelas atividades que sobram, as quais não exigem qualificação profissional e que são preteridas por aqueles trabalhadores com melhor preparo e condição socioeconômica mais favorecida.

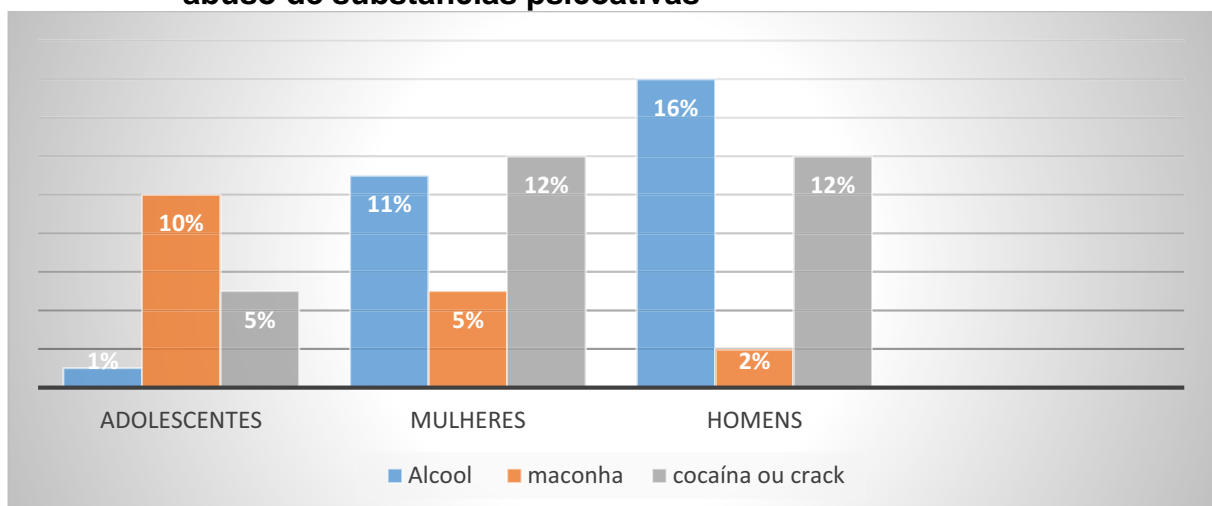
2.3 Do trabalho precarizado às diferentes estratégias de sobrevivência: o tráfico, o abuso de drogas.

Além das atividades citadas, aparecem também nas entrevistas, relatos de estratégias de sobrevivência diferenciadas, relacionadas a atividades como o tráfico e a prostituição, mediadas pelo uso abusivo de drogas. Sem estabelecer uma relação

causal e unilateral entre a pobreza e esses fenômenos, pretende-se analisar as mediações presentes na falta de acesso ao trabalho e na vivência do pauperismo como determinantes significativos para a opção dos sujeitos por tais estratégias. Cabe ressaltar que, especialmente o abuso e o tráfico de drogas são questões frequentes nos atendimentos realizados nos CREAS e, muitas vezes, são avaliados imediatamente como únicos responsáveis pelas situações de “violência”, “negligência” e “abandono⁷”. Parte-se do pressuposto de que tais fenômenos nessa população são mediados pelo pauperismo, ao mesmo tempo em que representam mediações com as situações de violência familiar. Ou seja, são determinados pela estrutura social e pela inserção do sujeito nessa estrutura, tanto quanto são determinantes de situações singulares que ocorrem no espaço da família.

Nos dados fornecidos pelo CREAS em estudo, a ocorrência de pessoas com problemas com uso abusivo de drogas, em termos numéricos, não é tão significativa. Dentre os membros que compunham os grupos familiares foi registrado um universo de 259 pessoas entre adolescentes e adultos. Verificou-se que apenas 18% dessas apresentavam algum tipo de problema relacionado ao consumo abusivo de álcool, maconha, cocaína ou Crack. Esses dados foram mensurados proporcionalmente entre adolescentes, homens e mulheres.

Gráfico 9 - Percentual de pessoas que apresentaram algum problema devido ao abuso de substâncias psicoativas



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

⁷ As considerações sobre as limitações dessas terminologias já foram analisadas no primeiro capítulo desse trabalho e por isso destacam-se os termos aqui entre aspas.

Ainda que não sejam números tão representativos, contribuindo para desconstrução de visões preconceituosas que relacionam de forma instantânea o abuso de drogas a situações de maus-tratos e violência familiar, há de se considerar que no contexto dos atendimentos realizados, as situações mais difíceis envolvem essa questão. Na escolha dos sujeitos, optou-se por famílias representativas por apresentarem mais de uma forma de objetivação da violência e que tivessem maior tempo de acompanhamento. Talvez por isso, em quatro das cinco famílias analisadas, o uso abusivo de drogas e o envolvimento com tráfico apareçam⁸.

A Sra. Maria faz referência sobre ter tido problemas com abuso de drogas, especialmente o Crack, e relata que, quando estava grávida, chegou a trabalhar como “aviãozinho”, gíria utilizada para nomear pessoas que auxiliam traficantes de drogas ilícitas na entrega de “mercadorias” aos consumidores.

[...] eu descobri que eu tava grávida né, do pai da Vitória. Aí quando a gente tava namorando eu achei que ele ia aceitar numa boa né, só que não aceitou. Aí ele sumiu, aí a mãe dele também não quis saber e eu fiquei revoltada né, continuei usando (drogas), usei os quatro meses de gravidez dela, da Vitória e depois parei, continuei trabalhando até 04 meses [...] fazendo aviãozinho e com o dinheiro do aviãozinho eu comprei o enxoval dela, é um dinheiro sujo, mas não tinha opção. (MARIA)

Além disso, ao comentar sobre os trabalhos que já realizou, cita dentre as atividades elencadas, que já foi prostituta. Os relatos apontam que a escolha pela aproximação com o tráfico e a prostituição tiveram como um de seus motores a dificuldade em satisfazer suas necessidades de sobrevivência. O uso abusivo de drogas ilícitas também representou uma mediação nessas escolhas que deve ser considerada, mas não pode ser analisada isoladamente. Da mesma forma que não se pode afirmar que a Sra. Maria se prostituiu por ser pobre (as outras entrevistadas também eram e não relatam terem realizado essa atividade), também não se pode dizer que ela o fez apenas devido ao uso abusivo de drogas, interpretação comum no meio profissional em análises mais superficiais.

Embora não sejam essas (imediatamente) questões de classe, o uso e o tráfico

⁸ Os dados quantitativos são de fonte secundária, fornecidos pelo CREAS em estudo e não foi computado o envolvimento com o tráfico de drogas. Cabe observar que em experiência de seis anos de trabalho nesse espaço o tráfico de drogas aparecia com maior frequência que o uso abusivo em si.

de drogas são diferenciados conforme o segmento a que se vincula o sujeito, uma vez que perpassa por situações que vão desde a necessidade de angariar recursos para o consumo, até os tipos e a qualidade das substâncias consumidas. Objetivamente, é fato que a droga é uma “mercadoria” e seu acesso depende da possibilidade de se obter recursos para comprá-la. Para pessoas com melhor condição financeira, o envolvimento com o tráfico restringe-se, na maioria das vezes, à compra da “mercadoria”. Já nas camadas mais pauperizadas, tal uso pode impelir a um envolvimento maior já que, pela falta de recursos, o sujeito, para garantir o acesso ao produto, pode buscar desde a execução de trabalhos para traficantes até a prostituição, como no caso da Sra. Maria⁹.

Além disso, as substâncias utilizadas também se diferem de acordo com o segmento de classe a que o sujeito pertence. Enquanto pessoas mais ricas têm acesso a drogas consideradas de “melhor qualidade” e meios mais seguros para o consumo, as camadas mais pauperizadas ficam com as mais baratas e com maior poder destrutivo. O consumo de Crack no segmento ora em estudo é um exemplo disso. Tal droga, dentre as que são largamente utilizadas no país, é uma das que tem maior poder para causar dependência e que apresenta maiores prejuízos na vida dos sujeitos que a utilizam. Ainda que seu uso possa ser esporadicamente encontrado em pessoas com maior poder aquisitivo, ele está associado às parcelas mais pobres¹⁰. Além disso, nos casos em que os sujeitos necessitam de tratamentos, as dificuldades para se conseguir opções de qualidade nos serviços públicos são maiores.

⁹ Considerados os limites desse trabalho não se tratará a fundo a questão da prostituição, uma vez que ela aparece apenas superficialmente nos dados colhidos. Entende-se que assim como o tráfico de drogas, trata-se de uma questão também antiga na história humana, mas que assume configurações diferenciadas no capitalismo e nos diferentes segmentos de classe. Exemplificando a diferenciação por condição socioeconômica tem-se a variação nas nomenclaturas utilizadas enquanto a mulher que vem das camadas mais pobres é chamada de prostituta, aquelas com melhores recursos são tratadas como “garotas de programas”. A prostituta em seu trabalho apenas meio de garantir sua subsistência e dificilmente conseguirá alterar sua condição, já a garota de programa pode ter nessa atividade algo provisório, que lhe possibilite ascensão social.

¹⁰ Além do tipo, as drogas podem também apresentar diferenças dependendo do preço. A maconha, por exemplo que é, em termos de quantidade, a droga ilícita mais consumida, apresenta diferenciações de preço e composição. Enquanto as consumidas pelas elites são mais caras e “mais puras”, ou seja, possuem apenas as substâncias que a compõem originalmente; as mais baratas apresentam uma série de misturas de outras substâncias, como amônia, por exemplo, que agravam seus prejuízos à saúde. Vale destacar, também, que os pobres frequentemente consomem drogas em espaços públicos (dadas as próprias condições materiais em que vivem), enquanto que as camadas sociais com melhor poder aquisitivo o fazem, preferencialmente, protegidas pelos espaços privados. Isso gera uma impressão imediata que tende a associar diretamente o consumo de drogas com os pobres, como ficou constatado, por exemplo, na exposição pública de uma massa de consumidores de crack nas regiões centrais da cidade de São Paulo. Isso reavivou as ações higienistas daqueles que ficaram horrorizados com o fato.

A Sra. Gabriela não tinha problemas com abuso de drogas, mas foi presa ao tentar levar cocaína para o marido vender na cadeia, o que afirma ter feito por necessidade.

Porque nós, até hoje nós pode perder a casa entendeu, quando o oficial de justiça foi lá, falou que nós tinha que pagar lá, quando meus irmão era mais velho eles pagava, pagava lá entre aspa entendeu, aí o oficial de justiça falou que nós tava perdendo a casa, aí o , eu tava desempregada, fazia faxina de quando tinha, aí eu peguei duas grama de pó, que nunca fiz isso, me deram, aí eu pus, me deram pra levar pra ele, aí eu pus debaixo da língua e fui, já caí no mesmo dia, porque era um dinheiro pra ajudar a pagar a casa. (GABRIELA).

Em seu relato ela aponta primeiramente um problema emergente: a possibilidade de perder sua moradia e a necessidade de se conseguir recursos para pagar sua dívida. Ressalta que estava desempregada, sobrevivendo com atividades esporádicas como faxineira. Realizou assim essa ação para tentar angariar recursos para pagar as prestações de sua dívida. Ela foi surpreendida em flagrante portando dois gramas da droga e ficou detida por mais de um ano, período em que suas filhas adolescentes ficaram sem a supervisão de adultos e foram vítimas de abuso sexual. Nesse enredo, ainda que não se possa relacionar diretamente a opção de Gabriela pelo tráfico de drogas com a pobreza que vivenciava (já que praticar ou não tal ato é também uma opção do sujeito), não se pode desconsiderar que a falta de emprego e a insegurança vivenciada pela família, agravada pela possibilidade de não se ter mais onde morar, foram mediações importantes para que cometesse tal ato.

Cabe ressaltar que o tráfico de drogas ilícitas se estabelece nos espaços ocupados por essa parcela de trabalhadores supérfluos para o capital, que não têm acesso ao mercado formal de trabalho (ainda que seja um negócio que envolva e atinja segmentos de diferentes classes sociais). Tal atividade acaba garantindo perversamente a satisfação de algumas carências e necessidades desses segmentos das classes sociais mais pobres, como constatados nas histórias da Sra. Maria e da Sra. Gabriela. Karam (2000, p.159) assim sintetiza essa questão:

[...] suprimindo as limitadas oportunidades oferecidas pela economia formal, o mercado das drogas ilícitas permanece abrindo espaço para acumulação do capital e a geração de empregos, como já ocorreu em outras etapas do desenvolvimento capitalista. Em tais condições, os empresários – grandes ou pequenos – e os empregados das empresas produtoras e distribuidoras de drogas ilícitas, quando presos ou eliminados são facilmente substituíveis por outros igualmente

desejosos de oportunidades de emprego ou de acumulação de capital, oportunidade que, por maior que seja a repressão subsistirão enquanto presentes as circunstâncias socioeconômicas favorecedoras da demanda criadora e incentivadora do mercado.

No caso da Sra. Gabriela, outra mediação presente relaciona-se à política de enfrentamento às drogas, cuja concepção reproduz ideias vinculadas ao controle da pobreza. No Brasil, nas últimas décadas, a “guerra às drogas” tem contribuído sobremaneira para a criminalização da pobreza, uma vez que são essas camadas da classe trabalhadora que acabam presas ou internadas.

Hoje, a grande maioria dos presos por tráfico de drogas é formada pelos chamados “aviões”, “esticas”, “mulas”, verdadeiros sacoleiros das drogas detidos com uma carga de substância proibida, através da qual visam obter lucros insignificantes em relação à totalidade do negócio. (D’ELIA FILHO apud FERNANDES; FUZINATO, 2012, p.6).

A política de guerra contra as drogas, além de representar um fracasso naquilo que se propõe, oculta sua real função que é a de controlar essa parcela da população que vivencia diariamente o pauperismo, legitimando o encarceramento dos pobres e a criminalização da pobreza¹¹.

Aparecem ainda relatos semelhantes na família da Sra. Nayara, cujo filho mais velho cumpria medida socioeducativa devido ao tráfico de drogas, e as filhas adolescentes mantinham relacionamento amoroso com traficantes. Sobre essa situação ela diz:

[...] precisei largar os moleque sozinho igual eu contei no começo, precisei largar sozinho pra mim ir trabalhar, na onde eles foi criando numa independência só, que é quando a criança continua criança mais pega uma independência e a mãe não consegue dominar mais. E é isso que acontece entre meus filhos, que nem o João, “eu já vou ficar de maior, você não manda em mim”, isso eu sei que eu tenho um pouco de culpa. Mas eu vou fazer o que [...] não podia largar os meus filhos sem comer, que é duro uma mãe chegar e não ter o que o filho comer dentro de casa. (NAYARA).

A família vive em área periférica (favela) com alto índice de violência e criminalidade. Como já dito, a genitora tinha necessidade de trabalhar para garantir a

¹¹ Os estudos de Loïc Wacquant (2001, 2005) confirmam essa tendência (diga-se de passagem mundial) de encarceramento dos pobres e criminalização da pobreza em tempo de redução absoluta de direitos.

manutenção do lar e seus filhos passavam a maior parte do dia sem a supervisão de adultos, convivendo com a comunidade local. Para ela, a necessidade de trabalhar em período integral “para não largar os filhos sem comida”, prejudicou o relacionamento entre mãe e filhos, que ficaram muito “independentes”, não respeitando mais a autoridade materna.

Cabe observar que os adolescentes em questão conviviam cotidianamente com o tráfico de drogas, já que esse era o contexto comunitário onde estavam inseridos e, ainda que não apresentassem problemas relacionados ao uso abusivo dessas substâncias, envolveram-se com o tráfico de alguma forma. Ou seja, o processo de socialização desses adolescentes se deu em uma favela, com vivência próxima e cotidiana com o crime, com as drogas e com o tráfico, o que por si só já os aproximava imediatamente dessas questões. Assim, ainda que a genitora culpe sua ausência, situações como o namoro das filhas com traficantes seriam passíveis de acontecer ainda que a mãe estivesse mais próxima.

Na família do Sr. Edson, o abuso de drogas surge como um determinante que afastou a mãe de sua filha. Nesse caso, a relação que ela estabelecia com a droga apareceu como algo de extrema importância para que a genitora perdesse o poder familiar uma vez que, em função do uso abusivo de Crack, ela deixou de prestar aos cinco filhos, os cuidados essenciais de higiene e alimentação. Ela não foi entrevistada, pois já não realiza mais acompanhamento no CREAS e desapareceu ao perder os filhos.

Em suma, entende-se que o abuso e o tráfico de drogas são questões presentes nos atendimentos realizados no âmbito do CREAS e que tendem a ser interpretados de forma simplista, apartada das questões estruturais e conjunturais que o cercam. Sem esgotar a temática, considerando os limites deste trabalho, cabem algumas considerações como pistas de análise para a questão.

É fato que o uso de substâncias entorpecentes que alteram o estado de consciência do homem está presente desde os primórdios da humanidade¹², alterando-se de acordo com as normas de conduta, dos valores vigentes e das formas de organização social. Com o desenvolvimento do capitalismo assume configurações específicas que culminam na proibição de algumas substâncias. Em que pesem os discursos moralistas e sanitaristas, esse proibicionismo esteve historicamente muito

¹² Os registros do uso de substâncias psicoativas são datados de oito mil anos atrás, como uso do ópio por habitantes do mediterrâneo e no Egito antigo.

mais relacionado a disputas econômicas e ao controle social das classes minoritárias do que com a preocupação com questões de saúde coletiva.

Em síntese, segundo Fernandes e Fuzinato (2012) a primeira proibição às drogas, ocorreu em 1909, relativa ao ópio fumado e teve intenção de criminalizar os chineses que traziam esse hábito e que, com as imigrações passavam a ser concorrentes direto dos americanos no mercado de trabalho. Posteriormente, com intuito de frear o desenvolvimento econômico de outros países, os Estados Unidos organizaram a convenção de Haia que acabou incluindo proibições a outras substâncias em acordos que prejudicaram economicamente países como Inglaterra, Alemanha, Holanda e França. O proibicionismo, então, surgiu por interesses econômicos, sempre marcado por forte discurso moral e controle das minorias étnicas. Posteriormente somou-se à visão médico-sanitarista amplamente divulgada pela organização mundial de saúde, que coloca o uso e abuso de drogas como doença a ser tratada, curada e quiçá erradicada.

O fato é que, apesar das proibições e dos “tratamentos” que propõem o “combate às drogas”, o uso dessas substâncias sempre foi uma constante em todas as classes sociais. E sob o argumento de que ricos e pobres utilizam drogas, propagasse a ideia de que seria essa uma questão que não cabe ser analisada na perspectiva de classes, e que não sofre interferências econômicas e políticas.

Em síntese, ao pensar sobre o uso e o tráfico de drogas, entende-se que uma análise do ponto de vista sócio-histórico deve considerar:

- 1- as configurações específicas que esses fenômenos assumem no modo de organização capitalista;
- 2- as condições diferenciadas que configuram o consumo nos diversos segmentos de classe;
- 3- que as proibições e mecanismos de coerção e controle não se dão apenas por interesses de saúde, mas especialmente por interesses econômicos, representando também estratégias de controle e criminalização da pobreza;
- 4- que o tráfico de drogas se constitui em um tipo de mercado informal e ilegal que absorve parte dessa parcela de sobranes do capital, tendo nela uma fecunda fonte de mão de obra.

Sem desconsiderar as questões singulares de cada indivíduo, entende-se então que a perspectiva de classe social não pode ser ignorada na análise de questões relacionadas ao uso e tráfico de drogas. O segmento de classe a que

pertence o sujeito e a sua condição de vida são mediações importantes que, como já foi dito, não estão apenas ligadas a condições objetivas, mas operam rebatimentos na subjetividade dos indivíduos.

O Sr. Edson teve problemas com uso abusivo de álcool e aponta algumas pistas que se relacionam aos rebatimentos de sua condição objetiva de vida em sua subjetividade, as quais se relacionaram à dificuldade de lidar com a dureza do real em uma sociedade onde ele sente receber as responsabilidades, mas não as condições para cumpri-las.

A tendência é, não sei, é uma coisa que é automático, ele começa a viver coisa que ele não teve, porque não sei se você sabe que muitas pessoas não sabe o que é felicidade, nunca teve, quando vem essa tal felicidade, assusta, pra quem é dependente químico e pra quem mexeu com álcool, igual no meu caso. É estranho essa felicidade, mexe muito com o psicológico da pessoa, então o que que ela busca é aquela distancia que é pra abater, [...] então a melhor parte da minha vida foi a dança, que eu adquiri na adolescência, e trabalhar. Mas, quando começou a vir a responsabilidade de querer, pensar em casar coisa e tal, eu ficava pensando “ como é que eu vou fazer, num estudei, num formei em nada, como é que eu vou casar, quem que vai aceitar um cara como eu”, coisa de adolescente, 17, 18, 19 ano, o cara pensa nisso, [...] A adolescência não foi lá tão cheia de amor, mas deu pra mim enrolar, cê entendeu, não buscar refúgio em droga e nem socar minha cara no álcool né, pra buscar uma felicidade que não existe, [...] mas depois de casado, aí veio as consequência do quê, eh, como ser pai? [...] minha filha, hoje ela tem 35 ano, ela me ama de paixão, ela muitas vezes me viu bêbado no meio daqueles pingaiada lá na CETERP, lá em cima, que eu era o presidente dos pingaiada, um ano e meio eu fiquei nessa vida, mas eu era um cachaceiro nato [...].” (EDSON).

No segmento de classe em que os sujeitos em tela se localizam, o cotidiano se caracteriza não só por carências e privações, mas também pela degradação das condições de vida e não há como não associar abuso do álcool, a dureza cotidiana vivida por esses sujeitos, permeada por dificuldades elementares. O Sr. Edson, em seu longo relato sobre sua história de vida, destaca algumas situações que contribuíram para o uso abusivo de álcool, a frustração por ter executado trabalhos dos quais não recebeu o pagamento e ainda o preconceito que vivia por ser negro e pobre.

[...] eu fiz uma reforma numa casa numa mulher aqui inteirinha, aqui no Balbo, eu ia trocar de carro, e a mulher chegou e falou pra mim assim “ não vou te pagar que eu não tenho dinheiro” , pensei “agora eu vou matar essa mulher”. Pra não matar ela, eu me matei, pra não

fazer uma cagada maior com ela, eu fui no bar atrás da casa dela tomar uma, [...] eu fiquei revoltado e uma coisa leva a outra. Veja bem, eu tinha feito um plano, eu trabalhei que nem um louco na casa dela, então esse dinheiro me deixou com cara de palhaço, ela chegou, me chamou lá e falou que não tinha dinheiro pra me pagar, e não sei se você sabe, o pedreiro quando ele trabalha numa casa, cê chama um pedreiro pra trabalhar na tua casa, quando você tem uma responsabilidade que não é boa, se você falar pra qualquer polícia, pra qualquer delegado “oh o negão me passou a mão”, acabou. Então você não pode discutir com a dona da casa, o pedreiro tem essa desvantagem, ele ganha um dinheiro até mais ou menos, mas ele entra na tua casa que ele não sabe quem que é a mulher, se ela não tiver a intenção de pagar ele, ela pode falar qualquer coisa contra ele, [...] se ele ofendeu ela dentro da casa dela, ela pode alegar qualquer coisa, além de ele não receber tal, ter o processo e coisa até que ela pode inventar. (EDSON).

Pelo exposto e analisado até aqui, cabe entender que as histórias desses sujeitos expressam a condição de vida em que se encontram, qual seja, de trabalhadores informais precários e pouco qualificados que têm a pobreza como modo de vida. Algo muito próximo ao que Marx (2013) denominou de lumpemproletariado, o sedimento mais baixo dessa superpopulação relativa que se compõe pelos aptos ao trabalho (que oscilam em períodos de emprego e desemprego conforme o movimento do capital), pelos órfãos, crianças e indigentes, candidatos ao exército industrial de reserva e pelos incapacitados para o trabalho seja por idade, seja por questões de saúde, em sua maioria relacionada às condições de trabalho.

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, 1984, p.209).

Não se trata, então, de uma condição puramente individual, pois possui um cerne comum, uma situação coletiva produzida e reproduzida pelo modo de organização social vigente. Assim, o que precisa ser considerado, primeiramente, na análise das situações que se apresentam aos CREAS é que elas não são situações de seres isolados que não conseguiram emprego, mas de parte da classe trabalhadora que não consegue prover suas necessidades por meio do trabalho, uma vez que se situam na parcela estagnada dessa classe, condição produzida e

reproduzida pelo desenvolvimento capitalista, agravada e atenuada conforme as transformações e necessidades da produção.

Qualquer análise ou intervenção realizada no âmbito da assistência social não pode deixar de considerar essa condição, sob pena de se tornar uma análise parcial e fragmentada. É preciso entender que o tipo de acesso ou não acesso ao trabalho determina a condição de vida do sujeito de forma objetiva e subjetiva e não se constitui em uma escolha individual, fruto de “vagabundagem” ou desinteresse, mas representa a particularização na vida dos sujeitos de um determinante universal da ordem capitalista, responsável por estabelecer espaços bem definidos para as escolhas individuais.

Obviamente existem questões individuais e singulares na situação de cada pessoa que não podem ser desconsideradas. Contudo, perquirindo a compreensão da situação vivenciada por essas famílias na perspectiva da totalidade não se pode esquecer, como já dito, que se tratam de seres sociais inseridos numa dada forma de organização social. No que se refere a essas famílias, essa inserção significa a composição de uma reserva de mercado estagnada que tem como consequência a vivência de um pauperismo, que não é mera contingência, mas que compõem a estrutura social capitalista, sendo dela parte intrínseca e ineliminável.

CAPÍTULO 3 O PAUPERISMO NA VIDA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CREAS II EM RIBEIRÃO PRETO-SP

3.1 Questão social e gestão da pobreza no capitalismo

Nos primórdios do capitalismo a pobreza foi considerada pelo ideário burguês liberal como uma questão de cunho social-moral, apartada de seus fundamentos econômicos e políticos. Ganhou assim, uma compreensão simplista e unilateral cujas causas estariam vinculadas a questões individuais sintetizadas por Montaño (2012) como problemas de: “déficit educativo”, gerado pela falta de conhecimento das “leis naturais do mercado”; “problema de planejamento”, referentes à incapacidade de organizar o orçamento familiar e “problemas de ordem moral-comportamental”, relacionados a tendências aos vícios, ao ócio e à vadiagem.

Nessa linha, seu enfrentamento se construiu por meio de ações segmentadas, filantrópicas e de reeducação comportamental com cunho moralizador que visavam formas de reinserção social (retomando o binômio exclusão/inclusão). Ou ainda, através de práticas de cunho repressivo de criminalização dos pobres, que tratavam as manifestações da “questão social” no interior dos limites do indivíduo, e não como “questão do sistema social.” (MONTAÑO, 2012, p.274). No limite, tratava-se de um desarranjo social, um problema atribuído, como dizia Marx, a uma “falha de administração.”

Antes de mais nada, o assustador aumento do pauperismo é atribuído a uma falha de administração [...] O parlamento inglês não se limitou à reforma formal da administração. Segundo ele, a causa principal da grave situação do pauperismo inglês está na própria lei relativa aos pobres. A assistência, o meio legal contra o mal social, acaba favorecendo-o. E quanto ao pauperismo em geral seria, de acordo com a teoria de Malthus, uma eterna lei da natureza [...] A essa filantrópica teoria, o parlamento inglês agrega a ideia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados e, ao qual, portanto não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito [...] frente às consequências que brotam da natureza a-social desta vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a estas consequências, a impotência é a lei natural da administração [...]. (MARX, 2010, p. 6-7, 11).

Apenas a partir do avanço das lutas operárias, somada a um intenso período de crise do capital, alteram-se as formas de enfrentamento da pobreza, que passou a ser compreendida como consequência de um desenvolvimento social e econômico insuficiente. As formulações keynesianas substituíram o pensamento liberal tratando a “questão social” como um problema de distribuição do mercado que pode ser sanado via políticas sociais estatais para certas demandas da população carente, bem como para manutenção do ciclo produção-consumo e contenção do desemprego. Dessa maneira, “[...] desloca-se a gênese da questão social da esfera econômica, do espaço da produção, da contradição entre capital e trabalho para a esfera política, no âmbito da distribuição como uma questão entre cidadãos carentes e Estado.” (MONTAÑO, 2012, p.276).

A proposta Keynesiana inspirou a criação do “Estado de Bem Estar Social” e trouxe um período denominado por Behring e Boschetti (2006) como os “anos de ouro das políticas sociais”. Não se pode negar que representou maior proteção à classe trabalhadora, após as intensas lutas operárias travadas na segunda metade do século XIX e primeira metade século XX, com o surgimento do primeiro estado socialista: a União Soviética. Contudo, manteve intactas as condições de produção e reprodução do pauperismo. Tal proposta não se sustentou com as novas crises do capital, abrindo espaço para o retorno ao pensamento liberal que, mesmo sob nova roupagem, retoma a compreensão clássica da pobreza como um problema individual. O neoliberalismo agrega ao pensamento clássico a ideia de que a “questão social” se agrava por uma situação de escassez a ser sanada com o alcance de estabilidade econômica capaz de preservar o lucro frente às flutuações do mercado.

A estratégia neoliberal de enfrentamento à pobreza orienta-se, assim, como apontou Montañó (2012), numa tripla ação: políticas sociais focalizadas, transformação dos serviços sociais em mercadorias lucrativas e crescimento do terceiro setor. Nessa linha, culpabiliza-se o sujeito pela sua condição, reduz a proteção social ofertada pelo Estado a ações precárias e fragmentadas, mercantiliza-se os serviços sociais e cria-se uma nova forma de exploração da pobreza, um novo mercado que se desenvolve por meio da prestação de serviços não-governamentais com o incremento das Organizações não-governamentais (ONGS) e entidades filantrópicas.

Em todas essas abordagens de compreensão e enfrentamento da pobreza, o cerne comum é a despolitização e a naturalização da questão social. Não há uma

perspectiva de alteração da estrutura vigente e por consequência de uma transformação social que consiga eliminar as condições de reprodução do pauperismo. Isso porque, se nas sociedades pré-capitalistas a pobreza aparecia como resultado da escassez de bens de consumo, no capitalismo é fruto do resultado da acumulação privada do capital.

A questão social é, assim, um fenômeno típico da sociedade capitalista, gestado a partir do conflito capital-trabalho e do processo de acumulação desigual da riqueza socialmente produzida. A partir daí tem-se a pobreza como uma manifestação da questão social, ou seja, como forma em que ela se expressa na realidade concreta e no cotidiano. A pobreza é, então, uma “[...] manifestação da relação de exploração entre capital e trabalho, tendo sua gênese nas relações de produção capitalista.” (MONTAÑO, 2012, p. 280).

Há de se considerar então que, na sociedade capitalista, a pobreza não pode ser analisada isoladamente, uma vez que o binômio pobreza/acumulação está estreitamente imbricado. O pauperismo constitui-se em um fenômeno social que no capitalismo é gestado dentro da dinâmica própria do processo produção/acumulação. Essa compreensão faz-se essencial para que se possa entender os limites das políticas sociais e, conseqüentemente, da intervenção profissional nesse espaço.

A produção e reprodução do pauperismo constituem-se, então, em uma questão universal do sistema capitalista a ele intrínseca e dele insuprimível e representa uma das piores violências produzidas por essa sociedade. Mas objetivamente o que significa viver essa condição nessa sociabilidade?

Considerando que uma das principais características do público atendido no CREAS é a vivência do pauperismo, cabe entender como essa condição se particulariza na vida cotidiana dos sujeitos. Dados os limites desse texto, não será possível discorrer sobre todas as situações apresentadas, devido à diversidade e complexidade dos relatos. Optou-se por buscar aquelas mais recorrentes nas cinco entrevistas, tentando entrecruzar questões universais e singulares que permitissem ter um panorama de algumas das formas como o pauperismo se particulariza na vida desses indivíduos.

3.2 O dilema da satisfação das necessidades primárias na vida dos sujeitos atendidos no CREAS II

3.2.1 A alimentação

O pauperismo tem como uma de suas características a privação de elementos essenciais à sobrevivência humana e a dificuldade para a satisfação de necessidades. No que tange a esfera das necessidades, Marx (2010) aponta uma pequena distinção entre as que denomina de naturais e as chamadas básicas. As primeiras referem-se a questões como alimentação, vestimenta, aquecimento e habitação, dentre outras e alteram-se conforme o clima e a natureza de cada país. Já as necessidades “imprescindíveis” ou “básicas” têm formas de satisfação variadas, pois são produtos históricos que se relacionam a fatores diversos como o grau de civilização, os hábitos e as exigências de trabalho (necessidades humanas social e historicamente produzidas). Serão discutidos, a princípio, os dilemas e dificuldades dos sujeitos em tela para a satisfação das necessidades naturais (carências humanas), especialmente alimentação e moradia, na tentativa de compreender como a falta de acesso a elementos essenciais à sobrevivência, condição imposta pelo pauperismo, particularizam-se em suas vidas cotidianas.

Dentre essas necessidades naturais, tem-se a alimentação como uma condição biológica imprescindível para a manutenção da vida humana e, mesmo que os tipos de alimentos variem nas diferentes culturas e classes sociais, sem comida ninguém sobrevive. A alimentação é uma necessidade natural primária e sua não satisfação é uma das expressões mais cruéis do pauperismo. A fome aparece em todas as entrevistas, considerada como o ápice do sofrimento.

[...] eh, eu tava com 9 pra 10 ano, porque não tinha alimentação em casa, por causa que eu tinha muita fome, eu não sei se você sabe o que que é fome, mas eu acho que as pessoa elas não sabe que essa agressão é a maior de todas né, que é você rolar no chão, rolar que nem igual uma cólica brava, chegar uma pessoa, você rolando. Acho que foi Deus que põe essa pessoa assim “não esse neguinho tá com fome”, chega lá, coloca uma tigela de comida pra você, você come que nem cachorro uma tigela de macarrão, aí você senta e fica até parado. É fome, fome, fome e é uma agressão, então com isso há varias coisa que você sofre. (EDSON).

O Sr. Edson relata ter passado por um conjunto de privações na infância, dentre elas a fome que, além de dor física, citada por ele como “cólica brava”, fez com que se sentisse como um animal, “um cachorro” atrás de uma tigela de comida. A fome é para ele “a maior agressão de todas.” Uma agressão cujo autor não se apresenta imediatamente, já que não existe enquanto corpo físico, visível e palpável, mas está no modo como se engendra o processo de acumulação capitalista. A fome violenta o sujeito em sua humanidade e restringe sobremaneira suas possibilidades de ação, pois é uma necessidade natural que precisa ser satisfeita imediata e diariamente. Essa luta cotidiana mobiliza as energias e a atenção do indivíduo, potencializando a alienação e restringindo ainda mais o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades. Jean Ziegler (2012, p. 151-152), conhecido internacionalmente pelos seus estudos sobre a fome e por sua participação em organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU)¹³, destaca:

Atrás da OMC, do FMI e do BM, perfilam-se o governo de Washington e seus aliados tradicionais – em primeiro lugar, as gigantescas sociedades transcontinentais privadas. O controle crescente que essas sociedades exercem sobre vários setores da produção e do comércio alimentares tem, obviamente, repercussões consideráveis no exercício do direito à alimentação. Atualmente, as duzentas maiores sociedades do ramo agroalimentar controlam cerca de um quarto dos recursos produtivos mundiais. Tais sociedades realizam lucros geralmente astronômicos e dispõem de recursos financeiros bem superiores aos dos governos da maioria dos países onde elas operam.¹⁴ Exercem um monopólio de fato sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção à distribuição varejista, passando pela transformação e a comercialização dos produtos, do que resulta a restrição das escolhas de agricultores e consumidores.

Ou seja, a fome constitui-se, dentro do pauperismo, em uma questão também de cunho estrutural, que se relaciona ao modo como se organiza o processo de produção e distribuição de alimentos, processo que acontece de forma extremamente desigual. Cabe aqui abrir um pequeno espaço para uma reflexão sobre os preconceitos propagados por análises unilaterais que desconsideram a condição de vida dos indivíduos em situação de pobreza. Não é raro ouvir no meio profissional críticas às famílias que procuram os serviços assistenciais pelo fato de priorizarem

¹³ O autor, entre outras atividades, exerceu a função de primeiro relator das Nações Unidas sobre o direito à alimentação.

¹⁴ Andrew Clapham, *Human Rights Obligations of Non-State* (Oxford: Oxford University Press, 2006) – citação de rodapé do autor p. 151.

em suas demandas os pedidos de cestas básicas e de inclusão nos programas de transferência de renda, em detrimento de outras atividades oferecidas.¹⁵ Também é comum na dinâmica de atendimento nos serviços de assistência social, especialmente nos CREAS, encontrar profissionais que se esmeram em tentar desenvolver ações socioeducativas em atendimentos individuais e grupais, como por exemplo atividades que suscitem reflexões sobre o modo de educar os filhos em mães consideradas “negligentes”, utilizando dinâmicas elaboradas e planejadas e fragmentos de referenciais teóricos diversos. Na maioria das vezes, bem intencionado, o profissional frustra-se porque não consegue a contrapartida que esperava do sujeito em tais atividades. Ora, enquanto para o profissional as questões relacionadas às condições de sobrevivência, como a cesta básica ou o recurso financeiro aparecem como problemas menores, para o sujeito a situação é totalmente inversa. O sujeito, cujas necessidades elementares (naturais e básicas) não são atendidas, dificilmente irá se interessar por outras atividades ou reflexões, pois naquele momento lhe parecem como questões supérfluas. Assim, ele não “adere” aos atendimentos propostos, pois sua demanda imediata é saber se conseguirá o benefício e/ou cesta básica ou mesmo se ganhará lanche ao final de uma reunião de grupo. Ora, se o sujeito vivência situações de privação, inclusive de alimentos, o que pode ser mais importante para ele que satisfazer sua fome? O que pode se sobrepor à satisfação das necessidades naturais? Ou ainda, que condições tem uma pessoa de pensar além das necessidades mais elementares se tais necessidades não são supridas?

A provocação aqui não pretende fazer uma abordagem unilateral que situe o indivíduo apenas como uma vítima, mas refletir sobre a importância de se compreender o sujeito em sua inserção social, considerando sua condição de vida e as limitações que tal condição lhe impõe. Também não se quer sugerir que a ação profissional nesse campo deve se limitar a provisão de pequenos recursos, mas mostrar que tal provisão é essencial em um primeiro momento porque só a partir dela a pessoa terá condições de refletir e realizar atividades que não apenas aquelas pertinentes à luta pela sobrevivência. Obviamente, a provisão de alimentos e de

¹⁵Essa informação tem base em observações empíricas reunidas ao longo de 10 anos de trabalho profissional, com atividades nas cidades de Uberaba, Ribeirão Preto e Cravinhos e também de participação em debates, em eventos da categoria e também em palestras, reuniões, grupos de estudo, conselhos, comissões, etc.

parcos recursos financeiros não retira o indivíduo do pauperismo, nem garante o atendimento às necessidades básicas, mas ao menos alivia suas consequências mais cruéis.

No relato da Sra. Nayara, percebe-se o sofrimento gerado pela falta de alimentos agravado pelo fato dela lidar também com a fome de seus filhos:

Porque oh é duro uma mãe chegar e não ter o que o filho comer dentro de casa, é duro, eu assisti isso muito, porque quando eu vivia com o pai deles, os menino ia nas panela e não tinha comida, eu tinha que pedir pros outros pra dar pra eles, então não queria isso mais, não queria, eu queria que meus filho reconhecesse isso também que eu fiz por eles. Eu larguei dele, não foi por, pra, causa disso, porque o filho queria comida, não tinha, eu tinha que ir na porta dos outros “carçar” a cara, os outro falava “vai trabalhar, você é nova” e ele escutava eu pedi comida pros menino comer, é muito doído. (NAYARA).

A Sra. Nayara teve problemas com o marido que era violento e não a auxiliava na manutenção familiar. Depois de passarem fome ela decidiu deixá-lo. Relata a dor de ver os filhos sem comida, a humilhação sentida por precisar pedir auxílio a terceiros e o preconceito que sofria. Na sociabilidade burguesa, a ética do trabalho¹⁶ constituiu-se em um valor naturalizado e reforçado pelo ideário neoliberal, que estimula a culpabilização do indivíduo pela sua condição de vida. A ideia subjacente é a de que, se o sujeito é jovem e não possui problemas de saúde graves, deve garantir sua subsistência com o seu trabalho; do contrário é vagabundo. “Vai trabalhar, você é nova,” foi o que a Sra. Nayara ouviu enquanto passava fome junto com seus filhos, e foi exatamente o que ela fez, como já exposto em relatos anteriores. Contraditoriamente, foi exatamente por estar trabalhando em período integral e ter que deixar seus filhos em casa, é que foi denunciada e processada judicialmente por negligência, respondendo a uma ação de destituição do poder familiar. Enquanto passava fome, foi considerada preguiçosa e vagabunda; quando conseguiu emprego foi tida como uma mãe negligente.

A estrutura do capital impõe uma condição de vida miserável a essa parcela da classe trabalhadora e a superestrutura ideológica que o sustenta, legitima e determina a singularização da questão social que passa a ser entendida pelo conjunto

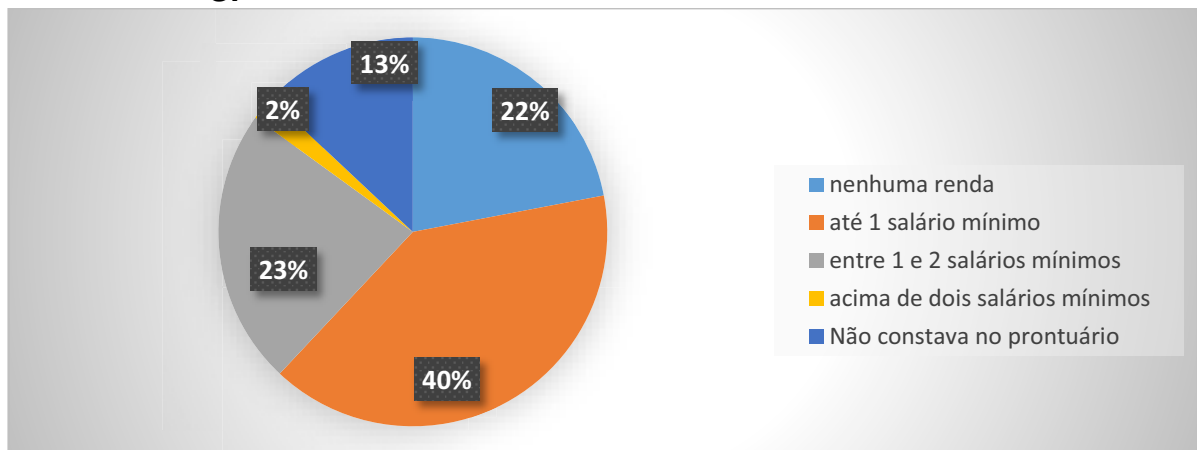
¹⁶ A ética do trabalho tem sua origem no protestantismo e foi discutida por Max Weber. Em síntese defende a disciplina, o individualismo e o trabalho duro. A ideia subjacente é a de que somente por meio do esforço individual e da dedicação ao trabalho o sujeito conseguirá melhorar sua condição de vida e alcançar a “salvação”.

societário como uma questão moral, de forma que a culpa sempre recai sobre o indivíduo. A Sra. Nayara fez o que lhe foi possível, considerando suas condições objetivas de vida. Inicialmente optou por ficar próxima aos filhos, sofreu preconceito e discriminação por não trabalhar, além de passar fome. Decidiu, então, procurar emprego e, para tal, os cuidados com os filhos ficaram prejudicados. Tornou-se para a sociedade, desde então, uma mulher negligente, digna de um processo de destituição do poder familiar.

3.2.2 As condições de moradia e seus rebatimentos nas relações sociais e familiares

Como se observou, não é fácil garantir a alimentação como uma das prioridades biológicas do ser humano. O mesmo é válido para outras necessidades elementares (naturais e básicas). Segundo os dados colhidos no CREAS, 39% das famílias atendidas tinham renda mensal igual ou menor que um salário mínimo, 23% possuíam renda entre um e dois salários mínimos, 22% não possuíam renda e apenas 2% tinham renda acima de dois salários mínimos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Renda mensal das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto -SP



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Dados do DIEESE apontam que, em dezembro de 2013, o salário mínimo real era de R\$ 678,00. Em contrapartida, o salário mínimo necessário para a satisfação das necessidades básicas para uma família com quatro pessoas foi calculado em R\$

2.765,44¹⁷ e o preço da cesta básica, no estado de São Paulo, era de R\$327,24. Considerando que a maior parte das famílias atendidas no CREAS em estudo são bem mais numerosas, tanto pela prevalência de arranjos familiares variados em regime de coabitação, quanto pelo maior número de filhos, cabe entender que nenhuma delas possuía condições que lhes permitissem garantir nem mesmo o mínimo necessário à sobrevivência, quicá almejar condições de vida digna.

Cabe aqui uma breve diferenciação sobre o conceito de mínimos sociais e necessidades básicas. Ainda que a princípio as terminologias mínimo e básico pareçam termos equivalentes, Pereira (2007) aponta que são noções diferentes no aspecto empírico e conceitual que geram divergências no campo político-decisório. A referência a mínimo remete a ideia de pouco, de menos e identifica-se com patamares muito precários de satisfação de necessidades. O básico, por sua vez, remete ao fundamental, ao primordial ou indispensável:

Enquanto o mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimento, tal como propõe a ideologia neoliberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. (PEREIRA, 2007, p.26)

A lógica dos mínimos sociais que rege, hoje, as políticas neoliberais representa uma resposta emergencial aos efeitos da pobreza. As políticas sociais baseadas na “garantia de mínimos”, apesar de atenderem de forma imediata algumas necessidades das parcelas mais pobres da classe trabalhadora, não alteram as condições de produção e reprodução do pauperismo, já que são condições estruturais. Escondem, contudo, uma faceta cruel da violência intrínseca à sociedade do capital: a redução das necessidades humanas à manutenção da vida física e a naturalização da miséria e da pobreza.

Quando se foca nas necessidades naturais ou primárias como a alimentação, não se está aqui defendendo a ideia de mínimos sociais; muito pelo contrário, pretende-se analisar o que representa na vida dessas famílias a vivência do pauperismo e o massacre cotidiano que elas sofrem por não terem nem mesmo garantidos os mínimos necessários à sobrevivência em seu sentido biológico.

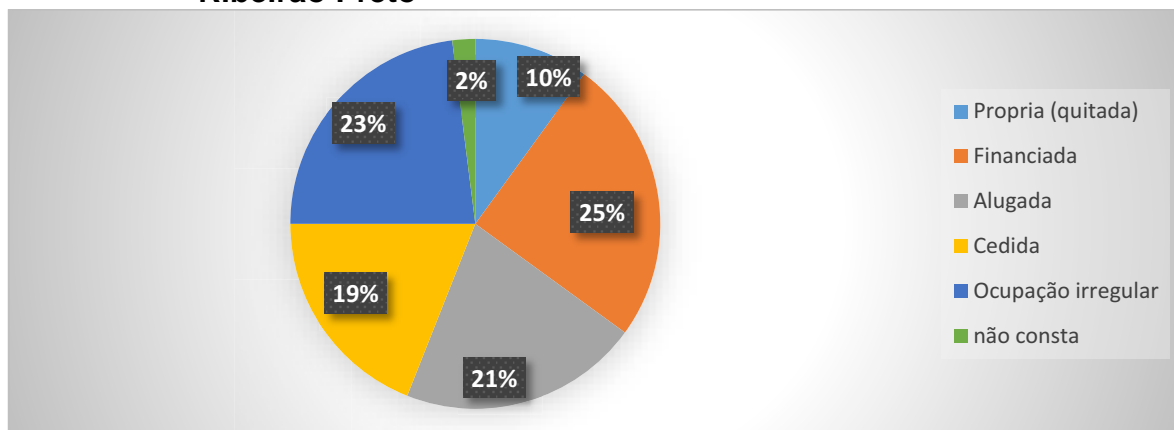
¹⁷ Para esse cálculo o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. A metodologia desse cálculo está disponível no site do DIEESE.

Ao lado da fome, outra questão latente nas entrevistas é o acesso à moradia. A instabilidade financeira desses grupos familiares, cujas rendas são variáveis, provenientes de trabalhos precários, temporários e repasses irrisórios de programas governamentais, não lhes permite arcar com as despesas decorrentes de aluguéis, financiamentos, impostos, água e energia elétrica. Assim, a grande maioria vive em áreas de ocupação irregular (favelas) em condições insalubres, em regime de coabitação (mais de uma família no mesmo local), em pequenos barracos ou cômodos cedidos por terceiros.

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo (PAGNAN, 2002), apesar de considerada uma das áreas mais ricas do Estado, a região de Ribeirão Preto possuía em 2002, 76 mil famílias vivendo em submoradias ou nas ruas. Um estudo apresentado na III Conferência Municipal de Habitação, em 2009, apontou que, em 1990, Ribeirão Preto possuía 17 núcleos de favela, que juntos somavam 1.884 barracos, abrigando uma população estimada de 5.575 habitantes. Em 2008, esse número subiu para 34 núcleos de favelas, compostos por aproximadamente quatro mil barracos, com uma população pouco superior a 18 mil habitantes. Nesse período, o número de núcleos de favelas e de barracos dobraram e praticamente quadruplicou a população residente.

Verificou-se que nos 87 prontuários analisados em 2012, pelo menos 63% das famílias não possuíam nem casa própria, nem financiada, sendo que dessas, 21% viviam em áreas de ocupação irregular; 20% pagavam aluguel e 18% estavam em casas cedidas por terceiros. Uma parcela de 35% foi registrada como vivendo em casa própria, mas dessas, 66% pagavam ainda financiamentos, a maioria em programa habitacional de interesse social. Assim, apenas 10% do total de famílias atendidas realmente tinham habitação própria, a maior parte proveniente de heranças.

Gráfico 11 - Situação habitacional das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto

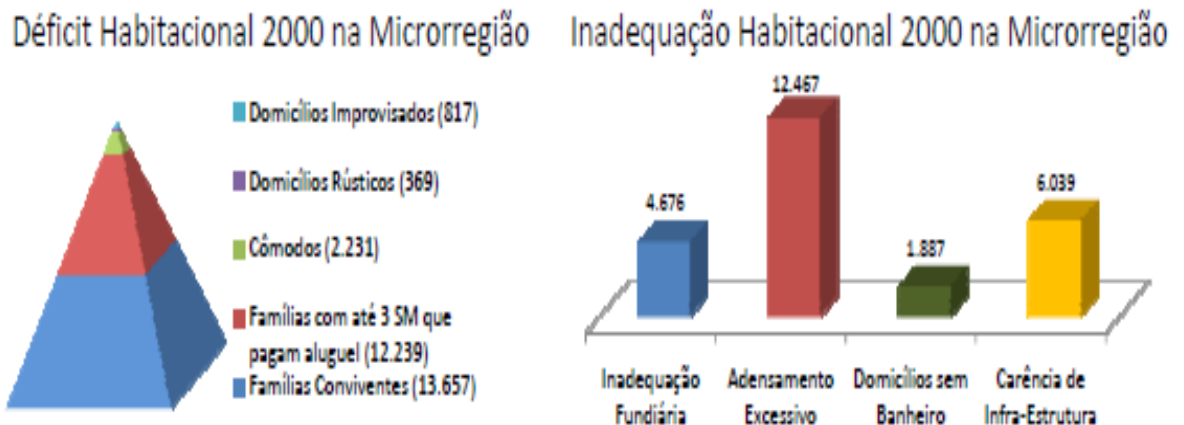


Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Esses dados não consideram, porém, as condições de habitabilidade. Boa parte das residências alugadas, por exemplo, consistiam em barracos com poucos cômodos ou em locais improvisados nos fundos de imóveis de terceiros. Mesmo os que possuíam casas ou apartamentos próprios nem sempre conseguiam mantê-los em boas condições, já que a grande maioria dos imóveis necessitava de manutenções em sua infraestrutura.

O município de Ribeirão Preto conta com programas de habitação de interesse social, contudo esses são residuais e insuficientes. Segundo o Plano de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto, o déficit habitacional do município em 2000, era de 15.558 domicílios. Nesse número concentra-se, massivamente, a população de baixa renda, considerada no referido documento como aquela com rendimentos inferiores a três salários mínimos. Verifica-se assim que a falta de acesso a condições de moradia minimamente digna é um problema vivenciado pelas parcelas mais pauperizadas da população, ou seja, boa parte do público atendido na Política de Assistência Social e, conseqüentemente nos CREAS, adensam esses números. Segundo dados do mesmo plano, a maioria dessas pessoas sem acesso a moradia viviam, principalmente, ou em regime de coabitação, ou possuíam ônus excessivos com aluguel, ou moravam em condições precárias em locais improvisados, sem infraestrutura.

Gráfico 12 - Déficit e inadequação habitacional da microrregião de Ribeirão Preto



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Déficit Habitacional no Brasil 2000.

Fonte: Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Ribeirão Preto (2010).

Esses dados genéricos, se analisados friamente, apontam “apenas” que existe uma parcela da população sem acesso à moradia digna. Do ponto de vista qualitativo, cabe analisar como essa condição se particulariza na vida dos sujeitos. A Sra. Vanessa descreve detalhadamente as condições em que vivia quando abandonou seu filho:

O Juvenal ele fez esse barraco lá, um cômodo só, ainda pediu luz pro homem do lado lá, um bico de luz, o homem cedeu a luz pra nós né, aí nós ficou lá, morando lá, eu morei lá 4 ano e meio, nessa dificuldade, sofrendo muito. Nossa, pernillongo ali eu vou te falar, tem demais, é fora do normal, muito pernillongo, e quando chove a enchente, tem um esgoto lá na porta que é só chover esse esgoto entope. Não sei que que é, entope, desce água de enxurrada, com esgoto, passava tudo lá na porta do meu barraco, que não tinha jeito nem de eu sair pra fora pra pegar uma vasilha de água lá na torneira pra fazer comida, e tinha que esperar a chuva passar pra mim ir lá na torneira pegar água pra poder fazer alguma coisa pras criança, pra nós comer, e se a chuva demorasse muito, nossa, nós ficava sem água lá dentro de casa. Só tinha água da geladeira, não tinha nem como fazer comida. Depois era aquele lamaceiro, eu ia lá, o chinelo pesava de tanta lama que dava ali sabe, e as criança, principalmente o Kauã, cheio de broto nas perna, na testa. É uma ferida sabe, ele é alérgico, qualquer pernillongo que morde ele vira broto, umas pereba que dá nele sabe, as perna dele era cheia e junta a terra ali que é contaminada também, aí piora tudo. [...] eu ficava muito perturbada com essa situação né, e aí nesse barraco só tinha a cama de dormir e um fogão perto da cama pra, pra cozinhar e, e nisso era, eu vivia perturbada Carol, com essa situação sabe. Nisso eu fui relevando isso, anos e anos, aí foi aonde que, quando eu tava suspeita que tava né, aí eu fui no postinho, fez um exame, aí deu positivo, que eu tava grávida né, do Diego. Aí nossa, eu

vim pra casa não sabia sabe, com aquela tristeza, eu falei, puxa vida, eu morando numa situação dessa, eh, não é o momento certo assim de eu ter uma criança né, que eu já vivia sofrendo com os outros quatro, né quatro. Os outros quatro já tava sofrendo ali, aí tudo entrava na minha cabeça, nossa onde eu vou por esse menino pra dormir? Nós já dormia, nós dormia tudo amontoado numa cama só, ainda forrava um colchãozinho no chão pra nós (choro). (VANESSA).

A família da Sra. Vanessa tem um histórico de migração. O grupo familiar passou boa parte da vida no interior de Minas Gerais onde trabalhava na zona rural, na colheita de café. Lá vivenciou grandes privações e, considerando que tinha familiares em Ribeirão Preto, mudou-se na tentativa de melhorar suas condições de vida. Chegando à cidade, contudo, enfrentou grandes dificuldades, tendo que morar por quatro anos em barraco improvisado feito com tabuas e latas, (local visitado pessoalmente, por ocasião do trabalho profissional desta pesquisadora no CREAS). O lugar era extremamente precário, em área de ocupação irregular, sem infraestrutura básica, em condições insalubres, com presença de insetos e animais peçonhentos, sem nenhuma segurança ou privacidade. Vanessa descreve essa situação com grande sofrimento, chegando inclusive a chorar muito durante a entrevista. Nesse período, há cerca de quatro anos, ela engravidou novamente e a criança passou a representar um fardo. Vanessa já padecia com seus outros quatro filhos e por isso interpreta a vinda de mais um filho como um agravamento de seu suplício. Ao descobrir a gestação só conseguia pensar: “[...] nossa aonde eu vou por esse menino pra dormir?” (sic), já que nem eles tinham um lugar minimamente adequado (eram seis pessoas e apenas uma cama).

Deduz-se com isso que, viver nessas condições significava um sofrimento diário, uma vez que a família não tinha espaço, não tinha nenhum conforto e nem mesmo uma proteção minimamente razoável contra as intempéries da natureza. Ainda que tivesse alimentos, em alguns dias, a família não conseguia água para prepará-los, mal tinha acesso à energia elétrica e o esgoto era aberto. Condições objetivas que traziam ao grupo familiar uma série de obstáculos cotidianos e ainda rebatimentos importantes em sua subjetividade e nas relações familiares.

Aí eu fiquei só pensando, só pensando coisa ruim, e eu tive uma gravidez que eu não queria, não queria, eu pedia a Deus que olha “Meu Deus, se for pra mim ficar nessa vida, que leva essa criança”, que eu não ia aguentar não, e eu Carol. Aí eu levei a gravidez, no hospital tive ele, Deus me perdoe, mas o que eu senti pelos meus

outros filhos, aquele amor e carinho que eu tinha, eu não tinha pelo Diego, eu tentava, mas eu não conseguia, que eu ficava pensando no sofrimento que eu ia ter lá em casa com ele, ficava imaginando aí (choro) Eu pedi a Deus pra levar essa criança, que eu não ia aguentar não, e eu Carol vivi uma vida muito difícil. (VANESSA).

Em sua fala, ela aponta a dificuldade que teve, inclusive, em sentir pelo filho recém-nascido o mesmo afeto que tinha pelos demais, chegando a “pedir a Deus” que levasse a criança, já que só conseguia pensar no filho como algo que agravaria seu sofrimento. Relata ainda as agruras de sua rotina:

Olha chegava a hora de eu mandar os outro pra escola, ele começava a chorar, chorar, eu não sabia se eu dava mamadeira, se eu ia lá pentear o cabelo da Vanessa e o horário vencendo. Ela tava chegando atrasada na escola. [...] Aí eu falei, nossa isso não é vida de gente, não é vida isso aí, e aí eu não tava mais suportando sabe, eu falei, aí eu pensei assim, fica eu e a criança sofrendo, porque não tem condição de dar o que a criança necessita, eu deitava ele na cama, o coitadinho amanhecia tudo picado de pernilongo, juntava aquele monte de roupa suja pra mim lavar na mão [...] Eu tinha que levar o Lucas e o Kauã lá na escolinha de manhã, levava numa bicicleta, as vezes eu ia, não tinha nem um carrinho de bebê pra por ele, pra levar ele, levava ele no colo e com os outros dois pequenininho, apressando pra, pra andar depressa, pra não chegar atrasado na creche. Tava chegando atrasado também, a diretora falava: “oh mãe você tem de chegar mais cedo, você tá chegando aqui e o portão já tá fechado”. Aí fiquei, ficava assim, não conformava com aquela situação, sem ter uma ajuda de ninguém, e eu não tava mais tolerando aquela vida. (VANESSA).

Nesse relato, a entrevistada conta algumas das dificuldades de seu cotidiano, dentre elas o problema com insetos que geravam alergias em seus filhos; a dificuldade de mobilidade por não ter transporte próprio, nem acesso a transporte público; a falta dos recursos que poderiam auxiliá-la, como um carrinho de bebê ou um tanquinho de lavar roupas; o atraso dos filhos para chegar à escola e as consequentes advertências da diretora por isso. Enfim, uma rotina envolta em atividades mecânicas, relacionadas à reprodução familiar em condições extremamente precárias. A dureza de um cotidiano que, segundo a própria entrevistada, “não é vida de gente”.

Essas questões aparentemente individuais, vivenciadas rotineiramente pelas famílias em estudo, expressam a particularização da universalidade tecida pelo modo de organização social capitalista. Ou seja, a dureza desse cotidiano, das condições de vida e moradia e seus impactos nas relações familiares são expressões

particularizadas do pauperismo, as quais podem variar de acordo com as singularidades, mas que sempre terão um cerne comum.

A Sra. Gabriela era a única dentre os sujeitos entrevistados que possuía imóvel próprio, proveniente de herança familiar. Ainda assim, relata sérios problemas com a manutenção do imóvel, além de correr o risco de perder sua moradia por não conseguir pagar os impostos, assim como não conseguia arcar com as despesas de água e energia elétrica:

Porque nós, até hoje nós pode perder a casa entendeu, quando o oficial de justiça foi lá, falou que nós tinha que pagar lá, [...] Ah, nós vamos perder porque eu não tenho condições de pagar o I.P.T.U, o negócio que tem que pagar pra não perder a casa, tanto é que minha força (energia elétrica), minha água, a água tá sem pagar e a minha força tá ligada, tipo gato. (GABRIELA).

O acesso a uma casa não representou a garantia do direito à moradia digna, uma vez que a família não teve condições de preservar o imóvel, nem arcar com despesas como impostos, água e energia elétrica. A casa de Gabriela foi herdada, mas essa situação que ela descreve é também relativamente comum em programas de habitação de interesse social. Famílias que vivem em áreas de ocupação irregular ou áreas de risco recebem casas ou apartamentos (muitas vezes muito pequenos para o tamanho do grupo familiar), mas não têm alteradas suas condições de vida e trabalho. Em áreas de ocupação irregulares, especialmente em favelas, os sujeitos não precisam arcar com custos referentes à habitação, como aluguel, financiamento, energia elétrica e água dentre outras. Ao mudarem para esses conjuntos habitacionais populares deparam-se com uma série de despesas que não tinham, onerando o já tão parco orçamento familiar. Não raro, pessoas que conseguiram se inserir nesses programas, abandonam ou vendem seus imóveis para retornar ao seu lugar de origem, onde conseguiam viver com pouco ou nenhum gasto com habitação.

Considerando ainda que a maioria dos sujeitos estava inserida em programas governamentais de transferência de renda, parece lógico observar que as políticas direcionadas a esse público possuem grandes limitações. Obviamente, não alteram substancialmente a realidade dessas pessoas que, como já foi mencionado, compõem-se também por questões estruturais impossíveis de serem modificadas apenas por essa via. Contudo, o que se observa aqui é que elas não têm conseguido alcançar nem mesmo os resultados a que se propõem, no sentido de garantir a essa

população o mínimo de proteção. Os valores financeiros repassados são ínfimos e os demais programas, como os habitacionais citados, não consideram a realidade concreta de vida dessas pessoas.

3.3 Da satisfação das necessidades primárias às necessidades humanas: os sonhos impossíveis

Discorreu-se até aqui sobre as dificuldades que essas famílias enfrentam para a satisfação de necessidades primárias, como a provisão de alimentos e moradia, mas como já apontado, as necessidades humanas não se restringem a elas.

A sociedade capitalista tende a compreender o trabalhador como “[...] simples animal, burro de carga, cujas necessidades se limitam exclusivamente a necessidades corporais”. (MARX, 2006, p.74).

Torna-se evidente que a economia política considera o proletário, ou seja, aquele que vive sem capital ou renda, apenas como simples trabalhador. Por consequência, pode sugerir a tese de que ele, assim como um cavalo, deve receber somente o que precisa para ser capaz de trabalhar. (MARX, 2006, p.72).

O trabalhador do ponto de vista do capital tem a função de produzir riqueza para garantir o processo de acumulação e a remuneração pelo trabalho, que será tanto maior quanto for a sua utilidade nesse processo. Ora, essa parcela supérflua é útil ao sistema apenas pelo fato de garantir a manutenção desse exército industrial de reserva disponível às oscilações do mercado, contribuindo por consequência para a manutenção dos baixos salários e da exploração em sentido favorável ao lucro. Assim, não há interesse por parte do capital em satisfazer essas necessidades, apenas mitigá-las.

Ocorre, porém, que as necessidades humanas não se restringem à mera manutenção da física, pois elas se alteram de acordo com o contexto sócio-histórico e com a evolução do processo civilizatório, objetiva e subjetivamente. A essência humana requer não apenas sobrevivência, mas também qualidades tais como:

[...] trabalho (objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a autoconsciência e a liberdade. Estas qualidades essenciais já estão dadas na própria hominização, como meras possibilidades, tornam-se

realidade no processo indefinido da evolução humana. (HELLER apud PEREIRA, 2007, p.59).

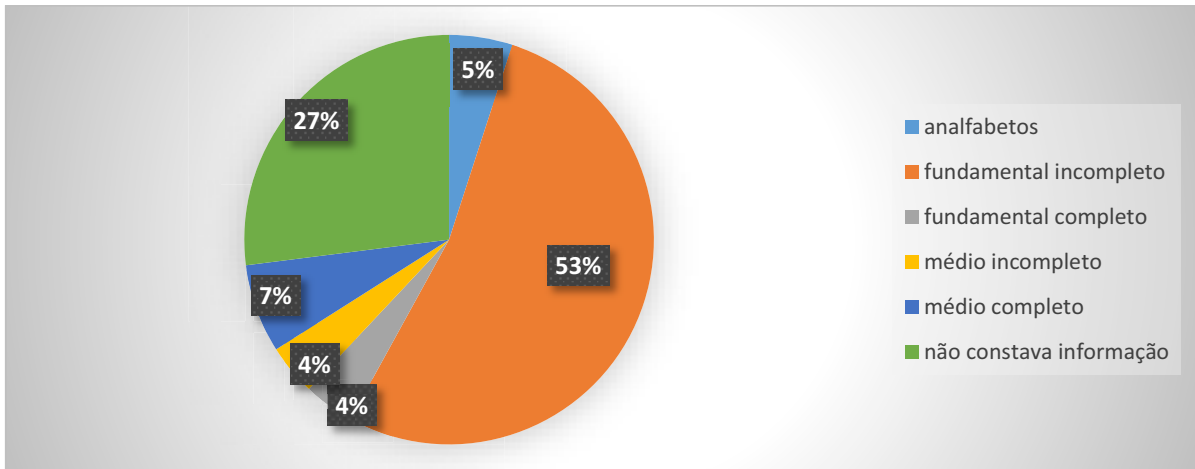
Na perspectiva marxista há que se considerar, então, que existem necessidades propriamente humanas, as quais “[...] alicerçadas na consciência da liberdade, ensejariam aos homens a busca da libertação da fatalidade natural”. (PEREIRA, 2007, p.59).

Na vida dos sujeitos em tela se a insatisfação das necessidades primárias já é um dilema complexo, outras necessidades humanas aparecem como desejos supérfluos e praticamente inalcançáveis. Ou seja, a concretude do pauperismo em suas vidas começa na insatisfação das necessidades de sobrevivência física e aumenta conforme se pensa no conjunto das demais necessidades humanas. Questões aparentemente simples como o acesso à educação ou o convívio entre pais e filhos tornam-se problemas complexos ou sonhos impossíveis.

3.3.1 A educação como necessidade humana

A baixa escolaridade, as dificuldades de acesso a escolas e creches e, em contrapartida, o sonho de concluir os estudos aparecem de forma muito forte nas entrevistas. Segundo os dados cedidos pelo CREAS II, entre as 131 pessoas com mais de 19 anos que compunham os grupos familiares analisados, 5% eram analfabetas, 53% possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, 4% tinham o ensino fundamental completo, 4% ensino médio incompleto e apenas 7% tinham o ensino médio concluído. Nenhum dos indivíduos que compunham os 87 grupos familiares tinham concluído ou estavam cursando o ensino superior.

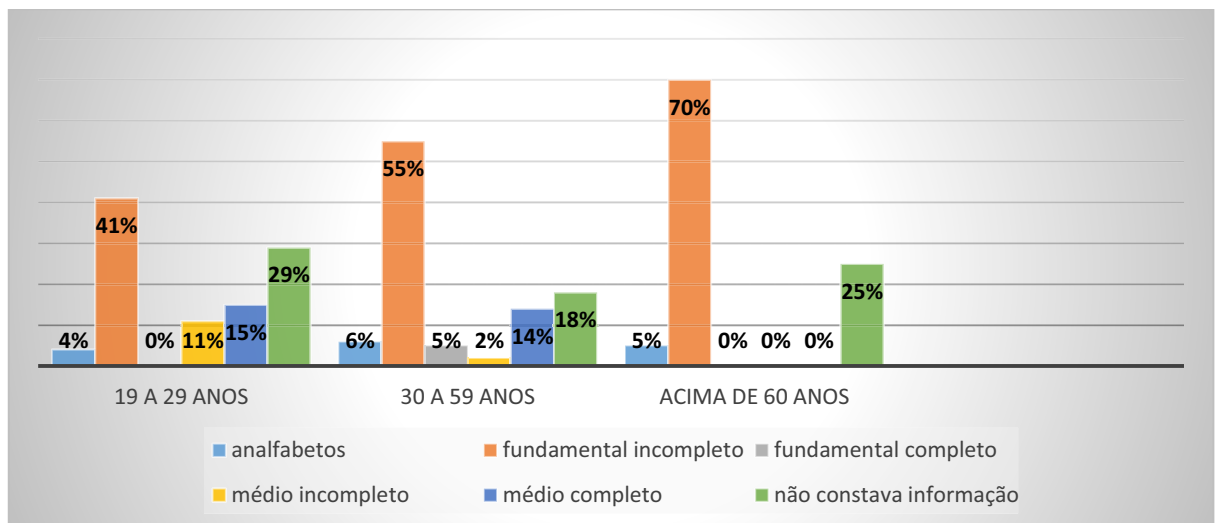
Gráfico 13 - Escolaridade das pessoas adultas atendidas no CREAS II de Ribeirão Preto



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Apesar de não constarem nos prontuários pesquisados o registro da escolaridade de um número significativo de indivíduos, os dados colhidos já permitem perceber a tendência dessas pessoas em manterem baixos níveis de estudo. Analisando a escolaridade em relação à idade dos sujeitos, verificou-se que, nas gerações mais jovens, há um decréscimo em relação ao número de pessoas que não conseguem concluir o ensino fundamental o que, contudo, não impacta significativamente no aumento do número de indivíduos que concluem o ensino médio.

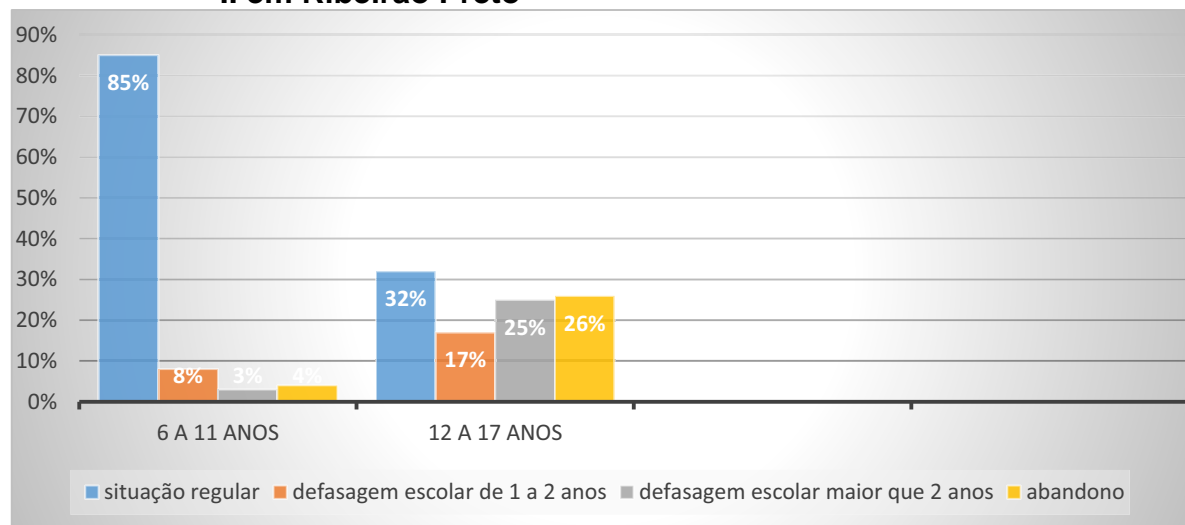
Gráfico 14- Escolaridade das pessoas atendidas no CREAS II por faixa etária



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Analisando a situação escolar das crianças que compunham esses grupos familiares, verificou-se que existe maior propensão à evasão na adolescência. Nas crianças entre seis e 11 anos a taxa de abandono, considerado como o afastamento total da escola por mais de dois anos, era de 4%. Já nos adolescentes com idades entre 12 e 17 anos essa taxa subiu para 26%, assim como as taxas de defasagem escolar, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 15 - Situação escolar das crianças e adolescentes atendidos no CREAS II em Ribeirão Preto



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Pontes Ros - Dados cedidos pelo CREAS II de Ribeirão Preto.

Segundo dados da PNAD¹⁸ em 2011, o número de adolescentes entre 15 e 18 anos que frequentavam escola era de 83,7%, número bem superior ao verificado entre os adolescentes que compõem os grupos familiares do público em estudo. Assim, infere-se que a evasão escolar constitui-se em uma particularidade da vivência do pauperismo, bem como a dificuldade de prosseguir os estudos ou acessar níveis mais altos de escolaridade, como o ensino superior.

Em Ribeirão Preto, apesar da taxa de atendimento entre a população na faixa de 6 a 11 anos ter alcançado, em 2000 o índice de 95%, verifica-se que, enquanto entre os mais ricos o ensino já estava quase universalizado, entre os mais pobres, mais de uma, a cada dez crianças, não frequentava escolas. E a tabela abaixo mostra ainda uma grande discrepância no recorte por raça/cor (CORREA at. al., 2012).

¹⁸ Dados disponíveis no sítio do IBGE.

Quadro 5 - Taxa de atendimento educacional da população de 6 a 11 anos - geral, por nível de renda mensal domiciliar per capita e cor/raça Ribeirão Preto, São Paulo e Brasil (2000)

Característica	Ribeirão Preto	São Paulo	Brasil
Taxa de atendimento geral	95,2	95,4	92,4
Taxa de atendimento por nível de renda mensal domiciliar per capita¹			
Nível 1 - 10% mais pobres	89,4	91,7	89,0
Nível 2 - 1o quartil	93,1	95,0	95,0
Nível 3 - 2o quartil	96,9	96,7	97,0
Nível 4 - 3o quartil	98,0	97,8	98,2
Nível 5 - 4o quartil	97,8	98,7	98,7
Nível 6 - 10% mais ricos	99,4	99,1	99,0
Taxa de atendimento por raça/cor			
Branca e amarela	96,3	96,1	94,7
Preta e parda	92,9	94,0	90,9
Indígena	100,0	91,1	72,0

Fonte: Elaborado por CORREA et al., 2012, a partir dos microdados do Censo 2000.

Na faixa etária correspondente ao ensino médio, a desigualdade é ainda maior. Segundo os dados do Censo 2000, apenas 88% entre os mais pobres frequentava as escolas.

Quadro 6 - Taxa de atendimento educacional da população de 12 a 14 anos - geral, por nível de renda mensal domiciliar per capita e cor/raça Ribeirão Preto, São Paulo e Brasil (2000)

Característica	Ribeirão Preto	São Paulo	Brasil
Taxa de atendimento geral	95,9	95,7	92,7
Taxa de atendimento por nível de renda mensal domiciliar per capita¹			
Nível 1 - 10% mais pobres	88,8	92,1	90,1
Nível 2 - 1o quartil	94,2	94,8	93,6
Nível 3 - 2o quartil	97,1	96,6	96,0
Nível 4 - 3o quartil	97,8	97,9	97,7
Nível 5 - 4o quartil	98,6	98,8	98,5
Nível 6 - 10% mais ricos	100,0	99,3	98,6
Taxa de atendimento por raça/cor			
Branca e amarela	96,9	96,4	94,4
Preta e parda	92,9	94,3	91,6
Indígena	100,0	91,9	80,1

Fonte: Elaborado por CORREA et al., 2012, a partir dos microdados do Censo 2000.

Alguns elementos que compõem a realidade dessas famílias aparecem nos relatos como pistas para se compreender a dificuldade de permanência na escola.

Eu entrei na primeira série com sete anos. Eu fiquei lá um ano e pouco, porque minha mãe ela não dava, ela viajava muito, e nisso até me atrapalhava eu passar de ano sabe, ela não parava nem em Minas, nem aqui em Ribeirão, era assim. Até a terceira série que eu fiz aqui em Ribeirão Preto né, aí lá em Minas, quando ela chegava lá, ela colocava nós na escola de novo, aí eu não conseguia acompanhar as matéria, reprovava né, aí eu lembro, quando eu tinha 14 anos eu tava na quinta série, com 14 anos, aí depois eu, eh, eu fui trabalhar de ser babá. (VANESSA).

A família da Sra. Vanessa tem histórico de movimentos migratórios ao longo da sua infância e início da adolescência. Tal movimento contribuiu para que ela tivesse uma significativa defasagem escolar e abandonasse os estudos logo no início da adolescência, quando se viu obrigada a trabalhar. A realidade do pauperismo impõe a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, sendo que todos os sujeitos entrevistados relatam que abandonaram os estudos na adolescência para em busca de emprego, muitos inclusive tendo que se afastar do convívio familiar por longos períodos. A Sra. Vanessa, por exemplo, exerceu a atividade de babá, foi morar com os patrões. O Sr. Edson, por sua vez, se distanciou da família para trabalhar em um “pensionato”, citado por ele como um ambiente de prostituição.

A minha maior agressão, eh, que eu achei ali sozinho, não é só dormir no meio das puta, era o fato de algo que eu achava assim meio estranho é que eu tinha vontade de estudar, mas quando chegava o dia, naquele tempo pagava-se o boletim, você vê o descaso, que eles levava o dinheiro, quando ia todos os menino pagava lá o boletim, não me davam o dinheiro. Quando ia dá falava alguma coisa de desmotivação, aquilo eu ficava revoltado, até que eu não quis estudar mais Não, lá eu não consegui terminar, hoje eu falei depois que eu sair de lá eu vou tentar fazer, mas aí existe um bloqueio meu, que hoje eu carrego até hoje, que é a tal da matemática, não consegui fazer a quinta série, eu faço casa, construo, faço conta, tudo que cê pensar eu faço, mas não pede pra eu fazer dois número de divisão que dá briga, eu não consigo, eu fico nervoso, me dá um trem danado de nervoso. (EDSON).

Tanto o Sr. Edson quanto a Sra. Vanessa tiveram que se afastar de suas famílias naturais para trabalhar, servindo como mão de obra barata e desqualificada, condição que perdurou ao longo de suas histórias de vida. Ainda que tais situações tenham ocorrido há mais de vinte anos e que nesse ínterim muita coisa tenha mudado - destacando-se o surgimento de legislações de proteção a crianças e a adolescentes contra o trabalho infantil - questões como essa são recorrentes no limbo do

pauperismo, ainda que possam na atualidade assumir formas um pouco mais atenuadas.

Dentre as cinco famílias analisadas, apenas duas contavam com adolescentes no grupo familiar sendo que, nenhum deles frequentava escola na ocasião das entrevistas. O filho mais velho da Sra. Nayara se envolveu com o tráfico de drogas, as outras duas engravidaram e depois do nascimento dos filhos também não retomaram aos estudos. Já as filhas da Sra. Gabriela casaram-se ainda na adolescência e também pararam de estudar. A gravidez aparece para essas meninas como uma oportunidade ilusória de mudança de vida, de ser alguém, de fazer algo “importante”, já que a maioria de seus outros sonhos são cotidianamente cerceados. Ante tantos obstáculos e barreiras, a maternidade constitui-se em uma realização possível diante de tantas impossibilidades. A gestação considerada precoce aparece como algo extremamente comum nas parcelas mais pauperizadas e, na maioria das vezes, prejudica sobremaneira o prosseguimento dos estudos.

Cabe observar, no que tange as filhas da Sra. Nayara que, elas estavam em defasagem escolar e, depois que pararam de amamentar, tentaram retomar os estudos, mas tiveram dificuldades para conseguir vaga em uma unidade de ensino. Essa situação também era muito comum no CREAS em estudo, já que os programas para adolescentes em defasagem escolar direcionam-se àqueles com mais de dezesseis anos e muitos desses jovens já se encontravam em defasagem entre os 12 e 15 anos, não havendo lugar adequado para que voltassem a estudar nessa idade.

Você vai na escola, que nem minha filha tava com problema, você tem que correr na assistente social pra pedir ajuda porque é problema pra conseguir vaga lá. Minhas menina com neto tá esperando vaga na creche e não tem. Vai ano, você só escuta falar “tem que esperar, esperar” e se tem aquela que tem mais dinheiro consegue mais do que nós que não tem, nós que é pobre. Na creche, ah, eu não sei, acho que eles dá mais pela aparência e pra onde a gente mora, da discriminação. (NAYARA).

Situação diferente das já expostas é a do filho mais novo da Sra. Gabriela. Ele foi expulso de uma instituição de ensino por problemas de mau comportamento; ficou um período sem estudar e depois disso não conseguiu vaga em outra escola.

Agora esse negócio de escola, eu tive dificuldade assim de arrumar para o Grigor, porque o Grigor assim já deu muito trabalho, em todas, não foi só nessa escola não, tanto que eu tentei mudar e o Walter

Paiva não quer, então eu tive dificuldades. [...] A maior dificuldade é você não ter as coisa pra dar pra eles e a educação, é a falta de alimentos, que agora que eu tô desempregada, e a educação. (GABRIELA).

O adolescente, ao apresentar problemas de comportamento, é praticamente banido da rede pública de ensino, já que a escola “não quer”. Tal situação era relativamente comum no espaço desta pesquisa e relaciona-se à precariedade das condições de ensino das escolas públicas, à falta de recursos materiais e humanos, ao excesso de alunos e ao poder exercido pelo tráfico de drogas dentro das unidades localizadas em áreas periféricas.

A falta de vagas e de maleabilidade das instituições para entenderem as dificuldades concretas dessa família também aparecem como outro grande empecilho.

Aí era o problema, porque aí a Dom Bosco era até quatro e meia, quatro e meia, quinze pras cinco, e as vezes o serviço meu acabava, eu as vezes eu pegava moto taxi pra ir correndo, porque era lá nos Campos Elíseo que eu trabalhava e não tinha ninguém pra buscar, a “véia” não buscava, ele não buscava e era eu que buscava, aí eu recebi umas 03 advertência dessa creche ainda, cheguei a chorar até porque falando “puta que pariu, eu tô trabalhando e não tô conseguindo manter os horário né [...] Antes eu não tinha conhecimento de nada, que eu poderia conseguir alguma coisa, que eu ia conseguir vaga (em escola), tanto que eu punha um em cada escola porque eu não conseguia né, eu não ia discutir, nunca foi fácil, eu nunca fui atrás de assistente social que eu não achava, não tinha conhecimento que assistente social, que alguém poderia me ajudar. (MARIA).

A Sra. Maria, em seu relato afirma que, ao longo de sua trajetória, teve dificuldade para conciliar o trabalho e os horários dos filhos na creche ou na escola. Recentemente passou por sérios problemas para mantê-los estudando devido ao fato de só ter conseguido vagas em escolas diferentes e distantes umas das outras, fazendo-a perder muito tempo em trânsito e impossibilitando-a de conseguir um emprego regular. Essa situação perdurou por mais de um ano, prosseguindo mesmo após a intervenção dos profissionais do CREAS junto a essas unidades de ensino. Maria chegou a perder uma proposta de emprego como doméstica pelo simples fato de não conseguir colocar os filhos na mesma escola e no mesmo horário.

A dificuldade de acesso a creches também constituía-se em um problema premente. Uma pesquisa realizada nos Conselhos Tutelares de Ribeirão Preto

constatou que a maioria das situações registradas como negligências referiam-se, na verdade, à falta de acesso a serviços essenciais como escola, creche e tratamentos específicos de saúde. Nesta pesquisa, Correa et. al. (2012) apurou que a maioria das ocorrências referia-se à falta de vagas em escolas e creches, que somavam juntas 33,7% das denúncias.

Em todos os anos do período analisado, constata-se um grande número de requisições [de vaga em creche] negadas pela SME-RP. No ano de 2003, 62,3% das requisições não foram concedidas pela Prefeitura; em 2004, 79,8%; no ano de 2005, 86,3% e em 2006, 64,5%. Sendo assim, um número ínfimo de vagas para creches é atendido por essa via. [...] podemos constatar que grande parte das requisições por vagas em pré-escolas não é concedida. No ano de 2003, 75% das requisições foram negadas; em 2004, 68,2%; no ano de 2005, a SME-RP não concedeu 71,4% e, em 2006, 64,7%. (BOLDIERI apud CORREA, et al, 2012, p. 105).

A dificuldade das mulheres em garantir cuidado e atenção aos filhos e, ao mesmo tempo prover a manutenção do lar, são fortemente agravadas pelo não acesso a creches e escolas. Essa é uma queixa recorrente, uma vez que a taxa de atendimento geral das crianças de 0 a 5 anos, em Ribeirão Preto, é de 29,3%, sendo que a chance de uma criança que vive em famílias com menor renda é quase três vezes menor do que uma criança que nasceu em famílias que tinham os maiores níveis de renda domiciliar *per capita* mensal (CORREA et al, 2012, p.51).

Quadro 6 - Taxa de atendimento educacional da população de 12 a 14 anos - geral, por nível de renda mensal domiciliar per capita e cor/raça Ribeirão Preto, São Paulo e Brasil (2000)

Característica	Ribeirão Preto	São Paulo	Brasil
Taxa de atendimento geral	29,3	23,8	23,8
Taxa de atendimento por nível de renda mensal domiciliar per capita¹			
Nível 1 - 10% mais pobres	18,3	15,4	18,5
Nível 2 - 1o quartil	21,0	19,0	23,8
Nível 3 - 2o quartil	26,2	24,0	30,0
Nível 4 - 3o quartil	36,2	32,5	38,1
Nível 5 - 4o quartil	52,2	44,1	47,6
Nível 6 - 10% mais ricos	56,6	55,1	54,8
Taxa de atendimento por raça/cor			
Branca e amarela	30,6	24,7	24,4
Preta e parda	25,9	21,9	23,4
Indígena	-	23,4	11,7

Fonte: Elaborado por CORREA et al., 2012, a partir dos microdados do Censo 2000.

Infere-se, pelo exposto que, o acesso à educação perpassa pela questão de classe, sendo tanto mais difícil quanto maior forem as condições de pobreza. Por acesso não se está referindo meramente à disponibilidade de vagas nas instituições de ensino, mas a condições concretas que permitam que essas pessoas estudem, o que não significa apenas a existência de instituições públicas e gratuitas. Garantir o acesso à educação exige, antes de tudo, uma mudança na condição desses sujeitos. Pressupõem meios para que as pessoas consigam se manter na escola, para que os pais tenham condição de apoiar seus filhos. Para que uma pessoa consiga estudar precisa, antes disso, comer, morar, vestir-se e, ainda, de recursos, meios de transporte, materiais adequados, estímulo, tempo, perspectiva de futuro.

Quando questionados sobre seus sonhos, o desejo de estudar e de ter uma profissão aparece como um ideal, porém distante, quase inalcançável:

Eu queria ter feito enfermagem e não consegui, estudei até o primeiro grau. [...] Até hoje eu penso em voltar a estudar, mas falo se eu trabalhar, depois estudar de noite não posso, porque não dá né, eu tenho que chegar e fazer janta, ver as criança e tal, tudo, outro dia ir de novo né. Eu já pensei, já fiz até inscrição, mas eu não tem como eu ir porque se eu tivesse no segundo grau eu poderia fazer enfermagem, aí não dá, por enquanto não. [...] Sonho que a minha filha passa numa boa faculdade que ela goste, seja qual for, sonho com os menino também estude, seja antes do estudo, além de tudo seja homem de caráter, homens de bem né. (MARIA).

Ah quem é que não tem, eu tenho um sonho de ter minha casa, minha própria casa, com os quarto dos meus filho, do Grigor, das criança separado, eh, depois *num* lugar, numa escola particular que eles possa aprender mais entendeu, pra ele ter, pra não ser que nem eu doméstica, que nem a Thaís, ela quer ser veterinária, a Vitória quer ser professora, o Grigor diz que quer ser bombeiro entendeu, então pra isso. (GABRIELA).

Estudar é até hoje, é a única coisa que me pega, as vezes mi pega assim, eu tenho um monte dessas história dentro de mim, tenho um livro na minha cabeça pra escrever, que eu preciso escrever, e essa coisa que eu durmo, acordo, já pensei até em passar pra uma neta que se formou, mas não, eu acho que sou eu, que tenho que escrever esse livro, é um livro muito lindo, eu tenho ele assim, mas eu quero estudar pra mim mesmo colocar ele em prática, aí eu posso morrer em paz, dançando né. (EDSON).

Eu pretendo, eu quero estudar, terminar os meus estudo, fazer faculdade, com fé em Deus, eu quero ser professora ainda. (VANESSA).

Meu sonho era ter estudado e entrar na aeronáutica, não consegui. (NAYARA).

O anseio pelos estudos aparece na fala de todos os sujeitos, mesmo não tendo nenhuma questão no roteiro da entrevista que questionasse diretamente sobre isso. Representa a possibilidade da concretização de sonhos, especialmente o de ter uma profissão, um trabalho que, minimamente, permita alguma realização para além da satisfação das necessidades primárias. A Sra. Nayara queria trabalhar na Aeronáutica; Vanessa deseja ainda ser professora; o Sr. Edson gostaria de escrever um livro; a Sra. Maria quer ser enfermeira. Todos, em algum momento de seus relatos, esperam que os filhos consigam realizar seus desejos, que estudem, que tenham uma profissão, ou seja, que tenham a possibilidade de desenvolver suas capacidades e potencialidades.

3.4 O cerceamento dos sonhos e a limitação do ser social

O pauperismo, como já observado, afeta a humanidade dos sujeitos limitando as possibilidades de realização de suas capacidades e potencialidades, já tão restritas na sociabilidade capitalista. Sabe-se que o homem se constrói e se reconstrói enquanto ser social, a partir da realidade objetiva em que vive, das possibilidades inscritas em seu tempo histórico e do conjunto de valores, normas e crenças que compõem a sociabilidade em que se insere. Na sociedade burguesa, a constituição do ser social, inclusive em sua subjetividade, perpassa a questão de classe e as condições impostas pelo lugar que ele ocupa nessa estrutura social.

Quando questionados sobre seus sonhos, o que fica latente nas falas dos entrevistados são, mais uma vez, as restrições impostas por suas condições concretas de vida. Além da questão dos estudos já citada, os demais anseios permanecem na esfera das necessidades primárias.

O meu sonho é ganhar uma casa, não é apartamento não, é uma casa. Ganhar uma casa e pagar tudo certinho e fazer um tipo dum, uma vendinha pros meus filho trabalhar ali mesmo e não trabalhar pros outros que é muito humilhado, é muita humilhação. [...] Sair da favela, porque não é tão ruim assim, tem muitas pessoa boa, mas o problema é onde você chega, cê vai dar o endereço, o povo né. Até o emprego mesmo, cê vai lá “ cê mora em favela?, ah, entrega o currículo depois a gente vê se vai te chamar”, [...] tem um pouco de preconceito. (NAYARA)

A Sra. Nayara, já conformada com a impossibilidade de conquistar seu desejo de juventude, que era trabalhar na Aeronáutica, refere-se como seu sonho atual sair da favela para não sofrer mais preconceitos, ter condições de ter uma casa, “ganhar uma casa” e poder “pagar tudo certinho”, ter um trabalho para ela e para os filhos sem a necessidade de ser humilhada. Da mesma forma, a Sra. Gabriela aponta também o desejo de possuir um lugar só dela, “só no seu nome”, onde consiga ter espaço suficiente; “quartos separados” para criar seus filhos com dignidade. Também explicita o desejo de possuir um negócio próprio, um “dinheirinho” para garantir um mínimo de segurança e não depender de terceiros, não ter que “pedir para os outros”.

Eu tenho um sonho de ter minha casa, minha própria casa, com os quarto dos meus filho, do Grigor, das criança separado. [...] Pra começar queria ter uma casa só no meu nome, eu queria ter um negócio de marmitex pra mim, era meu sonho abrir um marmitex pra mim, pra mim fornecer comida *pros peão*, [...] a casa, um negócio de marmitex, que mais, eh colocar meus filho pra ter uma aula numa escola particular se eu tivesse condição, e se um dia eu sair dessa casa quero deixar ela sabe, sem nenhuma dívida pra um dos meus filho entendeu, pra não ter risco de perder. Era o meu sonho, abrir um marmitex, ter um dinheirinho no banco pra ajudar, pra na hora, que por exemplo você perder, você ter lá um dinheiro, pra você não ficar reclamando, não ficar pedindo *pros outros*. (GABRIELA).

O desejo por uma moradia própria e em condições minimamente dignas, que comportem as necessidades do grupo familiar, aparece também nas falas da Sra. Vanessa e do Sr. Edson.

[...] mais pra frente eu pretendo assim morar num lugar que tem um quarto pra cada, uma casa assim mais, mais, dois banheiro, tem vez que um entra no banheiro, o outro tá apertado, quer usar, eu fico sem saber o que fazer, é isso aí, mas devagar a gente vai chegando lá, tudo é questão de tempo eu já tô, 54 ano, mas eu quero chegar na terceira idade bem tranquilo e calmo, fazer minha casinha sabe e lá uma officininha pros meus neto brincar. (EDSON).

A dureza do pauperismo, ao impor uma condição de vida extremamente precária e retirar dos sujeitos até mesmo as condições essenciais para sua sobrevivência, limitam suas vidas à luta cotidiana pela satisfação das necessidades, limitando até mesmo seus sonhos a essa esfera. Como apontou Marx, as necessidades humanas do trabalho são reduzidas e tudo que vai além das necessidades primárias é considerado luxo. Equipara-se assim o trabalhador a um animal irracional.

Em primeiro lugar pela redução que se faz das necessidades e do trabalhador à manutenção indispensável e miserável da vida física e da sua atividade ao mais abstrato movimento mecânico, o economista afirma que o homem além delas, não tem mais necessidades, quer de atividade, quer de prazer, e, no entanto, declara que também essa vida constitui uma vida e uma existência humanas. Em segundo lugar, ao considerar como padrão universal (porque se aplica a massa dos homens) a vida mais pobre possível, faz do trabalhador um ser despojado de sentidos e de necessidades, da mesma maneira que transforma a sua atividade em simples abstração de toda a atividade. (MARX, 2006, p.151).

Comer, beber, comprar livros, ir a bares e eventos culturais, assim como pensar, amar, teorizar, cantar, etc., são atividades, segundo Marx (2006), por si só limitadas no capitalismo em prol da acumulação de riqueza. Contudo, se os detentores de mais recursos abdicam delas para economizar e aumentar sua riqueza¹⁹, as parcelas mais pobres dos trabalhadores o fazem em prol de sua sobrevivência. “O trabalhador deve apenas ter o que lhe é necessário para querer viver e deve viver unicamente para isso ter”. (MARX, 2006, p.152).

A alienação promovida nessa esfera da classe trabalhadora é tal que seus únicos anseios estão em pequenas alterações em suas condições de vida que lhe permitam, ainda que de forma precária, abandonar o pauperismo e a discriminação que vivenciam. Querem também poder consumir, ter o mínimo acesso a bens e serviços. Enfim, deixar a condição de invisibilidade em que se encontram de tal forma que um dos sujeitos, ao reconhecer a discriminação que vive, não só pela condição social, mas também por ser negro. Relata o Sr. Edson:

Eu tenho sonho pra mim, ficar branco [...] Eh, não porque faz 54 ano que eu tô em cima dessa pele, então eu aprendi conviver, eu gosto muito do americano, que o americano já é mais destacado, “não gosto de negro, de caboclo”, [...] ainda continuo achando que o Brasil é um dos pior racista porque até na posição social você vê. Por exemplo, eu gosto muito de roupa de marca né, então quando eu quero comprar uma roupa, eu não vou na Pelicano, eu trabalho, porque que eu vou na Pelicano, mas quando você entra na loja, demora pra te atender, eh, eu num vou mal vestido, mas a pessoa fica assim, “será que ele tem dinheiro pra comprar aqui, é muito caro”, você entrar numa loja, as pessoa vem com aquela malícia, por se negro, “que que esse negro tá fazendo aqui.”

¹⁹ Segundo Marx (2006, p.152) “[...] quanto menos cada um for, quanto menos cada um expressar sua vida, mais terá e maior será a sua vida alienada e maior será a poupança da sua vida alienada. Tudo o que o economista lhe retira da vida e da humanidade dará retorno em dinheiro e em riqueza.”

O sofrimento pelo preconceito e discriminação que passou ao longo de sua vida é de tal ordem, que o sujeito deseja “trocar de pele”, deixar de ser ele, quem ele é para se enquadrar nos padrões socialmente mais valorizados, pois só assim, na sua percepção, conseguirá realizar seu sonho que, em síntese, significa participar das benesses do capitalismo.

As contradições dessa organização social profundas, dentre elas uma contradição imanente, é o fato de que, ao mesmo tempo em que o mundo burguês alcança um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, principalmente por meio do avanço da ciência e da tecnologia, restringe o usufruto das benesses e do conforto promovidos por essa evolução. Essa restrição encontra seu extremo no pauperismo, expresso como o ápice da violência produzida pelo capital.

Uma violência estrutural naturalizada “como modo de vida”, que está relacionada à imposição de regras, valores e propostas, muitas vezes considerados naturais e necessários, que constituem a essência da ordem burguesa. Essa violência se materializa envolvendo tanto a base econômica, por onde se organiza o modelo societário (a estrutura), quanto a sua sustentação ideológica (a superestrutura), a qual corresponde a determinadas formas de consciência social. Surge a partir das condições específicas de produção e reprodução da questão social, envolvendo aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Relaciona-se com o acesso (ou não acesso) aos direitos sociais, bem como a mercantilização das relações humanas. (SILVA, 2005).

Tentou-se buscar nas entrevistas algumas das expressões mais emergentes dessa violência intrínseca ao pauperismo, analisando como elas se particularizam na vida dos sujeitos. Obviamente, pelos limites deste trabalho, muitas outras deixaram de ser abordadas, mas pelo caminho até aqui percorrido é possível perceber que, na vida dessas pessoas, existe uma violência maior e anterior a possíveis violências objetivadas nas relações familiares. Uma violência estrutural que se materializa no cotidiano dessas pessoas, a partir da negação de sua dignidade, autonomia e liberdade, reforçada por meio de uma superestrutura ideológica que, ao culpabilizar o indivíduo por seu sucesso ou fracasso, tenta escamotear os reais processos de produção e reprodução desse modo de organização social.

Infere-se assim que, no caso das famílias atendidas no CREAS, situações catalogadas como violência ou negligência, não se explicam por si só, mas precisam

ser entendidas em sua complexidade para que os sujeitos não sejam revitimizados, a fim de que as ações a eles direcionadas consigam extrapolar as demandas imediatas, atingindo de fato suas necessidades, minimizando essa violência e não potencializando-a.

3.5 Considerações sobre o trabalho do Assistente Social

Apesar desta pesquisa não contemplar diretamente a discussão sobre o trabalho profissional, ao se tentar desvelar o movimento real da dinâmica cotidiana por onde se tecem as relações de violência, não há como não refletir sobre a ação profissional nesse espaço. Cabem a realização de alguns apontamentos que auxiliem a pensar na ação do Assistente Social no CREAS, mais especificamente em situações de violência objetivada no espaço familiar.

Sabe-se que o Serviço Social se constituiu como profissão por sua utilidade social para manutenção da ordem e disseminação dos valores e ideais burgueses. Contudo, ao longo de sua história passou por um longo processo de transformação, influenciado pelas lutas sociais e pela aproximação com a teoria crítica, que o vinculou às lutas da classe trabalhadora. A categoria profissional desde então, assumiu uma direção ética e política que questiona o modo de organização social vigente e se pauta em valores como a equidade, a liberdade e a opção por um projeto profissional que tenha como horizonte uma nova ordem societária. Tal opção, obviamente, não eliminou a contradição concreta que acompanha a profissão: o fato de que em sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, participar tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho.

Essa contradição é inerente à profissão e independe do espaço de atuação. Manifesta-se tanto na generalidade da inserção do Serviço Social nas relações de produção, quanto na singularidade do trabalho cotidiano, em suas ações e intervenções. Lidar com essa contradição no cotidiano de trabalho tem sido um dos grandes desafios da profissão nessas últimas décadas, só podendo ser enfrentado a partir da apreensão aprofundada do projeto societário ao qual se vincula o projeto profissional.

Sabe-se que projetar ações para objetivar determinados valores e finalidades é parte da práxis, “[...] afirmar que essa projeção é ética e política significa considerar

que a teleologia implica valores e que sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes.” (BARROCO, 2007, p.65).

Segundo Paulo Netto apud Barroco (2007), os projetos profissionais representam a autoimagem da profissão, seus valores, objetivos, funções, normas de conduta e relacionamento conferem-lhe organicidade e direção e podem estabelecer mediações com os projetos societários²⁰, na medida em que ambos tenham estratégias definidas para o atendimento de necessidades sociais a partir de direções éticas e políticas determinadas. Os projetos societários, na sociedade burguesa, estão imbuídos de um conteúdo de classe e, mesmo os projetos profissionais não sendo uma reprodução imediata destes, não podem fugir de suas determinações.

A adesão consciente (ética) a um determinado projeto profissional implica decisões de valor inseridas na totalidade dos papéis e atividades inscritas na relação entre o indivíduo e a sociedade; na reprodução da singularidade e da genericidade humana. Eles podem ou não estar em concordância; se não estiverem, instituem conflitos ético-morais, propiciando que as normas e os princípios sejam reavaliados, negados ou reafirmados, revelando que as escolhas, o compromisso e a responsabilidade são categorias éticas inelimináveis das profissões, mesmo que em determinadas circunstâncias, possam não ser conscientes para seus agentes. (BARROCO, 2007, p.67).

O Serviço Social optou por uma direção ética e política claramente expressa em seu código de ética na “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 2012). Vinculando-se diretamente aos interesses da classe trabalhadora em termos da reflexão ética, esse projeto exige a criticidade e a perspectiva de totalidade; em termos de valores apoia-se na liberdade e na emancipação humana.

Ao vincular-se diretamente à classe trabalhadora, delimita claramente à posição da profissão na sociedade de classes, mas não se restringe a isso, elege determinados valores éticos como norteadores de sua ação, os quais pressupõe uma direção específica, qual seja a superação da ordem vigente. Ao pôr a liberdade como

²⁰ “Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para conscientizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em projetos para o conjunto da sociedade” (PAULO NETTO apud BARROCO, 2007, p.66).

valor ético central, não se refere ao simples direito de ir e vir ou de manifestar uma opinião, não se restringe a liberdade política proporcionada pelo liberalismo burguês e pela democracia. A liberdade, defendida pelo Serviço Social, não é somente a “liberdade de algo”, mas sim “para algo”. (BARROCO, 2007).

Sabe-se que o trabalho é a essência do ser social; por ele o homem se humaniza e a partir dele, constrói as relações sociais. É ele também o possibilitador da liberdade, já que permite o domínio do homem sobre a natureza, bem como o reconhecimento dos homens como sujeitos criativos capazes de transformar o mundo e a si mesmos. Assim, a liberdade dos homens depende da liberdade para realizar o trabalho como atividade criadora e não meio de sobrevivência e mecanismo de exploração. “Liberdade é, portanto, superação dos entraves históricos às objetivações essenciais do ser social, o que pressupõe, fundamentalmente, condições objetivas que possibilitem a realização do trabalho de forma livre e criativa” (BARROCO, 2007, p.62).

A verdadeira liberdade exige então, condições para a realização da emancipação humana e não apenas uma restrita emancipação política. Nesse sentido, Lessa traz reflexões importantes ao retomar os estudos de Marx, em específico *A questão judaica*, problematizando a tensão que subsiste entre a emancipação política e a emancipação humana.

A primeira se refere à “[...] constituição histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa”, refere-se ao Estado “político” cuja essência está em possibilitar o livre predomínio da propriedade privada na reprodução social. Já a emancipação humana consiste na “[...] superação da propriedade privada por uma nova individualidade que não mais se relaciona com o gênero humano pela alienada mediação do Estado político e do dinheiro.” (LESSA, 2007, p. 46-47).

Enquanto a primeira reafirma a ordem burguesa e propõe uma liberdade ilusória, uma vez que reforça a subordinação da sociedade ao capital, a segunda prevê uma liberdade real e a construção de uma nova ordem social. A emancipação política, possibilitada pelo advento da ordem burguesa, apesar de importante do ponto de vista histórico, confere ao homem apenas uma liberdade ilusória, que o permite tomar algumas decisões pontuais sobre sua vida, mas cerceia suas possibilidades de realização de escolhas conscientes, já que o mantém ainda acorrentado às amarras do capital.

O homem não se libertou da religião, obteve, isto sim liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo do negócio (Gewerbe), obteve a liberdade de negociar (Gewerbefreiheit) (MARX apud LESSA, 2007, p.38).

Nas palavras de Marx, reduz o homem a membro da sociedade burguesa e cidadão do Estado. A defesa dos direitos e da cidadania nada mais é que a regulação da propriedade privada e da exploração que, mistificadas sobre o pretexto da “humanização”, viabilizam a regência da propriedade privada e das alienações dela decorrentes. A desigualdade social é esvaziada de seu conteúdo de classe e se restringe à desigualdade de oportunidades, “[...] naturalizada sob o argumento do mérito, que valoriza os mais capazes, criativos e preparados (os mais fortes).” (SILVA, 2008A, p.5).

Essa emancipação propiciada pela sociedade burguesa é funcional à lógica do capital, já que mantém essa forma historicamente específica de dominação “[...] cuja essência está na conversão do desenvolvimento das forças produtivas e intensificação das desumanidades socialmente postas.” (LESSA, 2007, p.49).

A emancipação humana, por sua vez, propõe a superação dessa sociabilidade, surge a partir da negação da submissão do homem à sociedade de classes e à propriedade privada e da retomada das condições de realização do humano-genérico.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte como homem individual em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forças propias’ como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX apud LESSA, 2007, p.43).

Supõe-se, portanto, superar a emancipação política, não no sentido de retroagir aos avanços alcançados ante o feudalismo, mas de conquistar um patamar mais elevado de liberdade que não precise se realizar por meio do Estado (LESSA, 2007).

Considerando as condições específicas da sociedade brasileira que não conseguiu alcançar uma situação mínima de emancipação política e ainda mantém grande parcela da classe trabalhadora sem acesso a direitos essenciais e condições mínimas de sobrevivência, parece utópico, e até irresponsável, retirar da agenda profissional a luta pela materialização dos direitos, sejam eles civis, políticos, humanos

ou sociais, pela via do Estado. A questão é que se, vislumbrar a emancipação humana, a luta por direitos não pode ser a única direção possível para o trabalho do assistente social.

É fato que a superação dessa ordem societária não é, nem pode ser, tarefa de uma profissão, mas do conjunto da sociedade. Não se pretende assim, ao vislumbrar a emancipação humana, retomar concepções que confundam o Serviço Social com militância, já que é obvio que uma simples profissão não pode promover a revolução. Contudo não se pode também recair em visões acomodadas e a-históricas, que restringem a atuação profissional a respostas tópicas e emergências que favorecem a reprodução do capital e seu controle sobre a classe trabalhadora.

Assim, se por um lado é necessário ter clareza dos limites do trabalho profissional, de outro faz-se de suma importância enxergar as possibilidades de inscritas no movimento do real que possam forcejar, ainda que minimamente, a direção defendida. Deve-se fugir tanto das armadilhas dos fatalismos, possibilismos e descrenças, quanto dos messianismos que, como aponta Barroco (2007, p.151), abrem caminho para a “desprofissionalização.”

Para fugir dessas amarras que acabam, por uma ou outra via, restringindo a atuação profissional, é fundamental que se tenha consciência de que os Assistentes Sociais são trabalhadores assalariados inseridos na lógica capitalista de produção das relações sociais, condição que os limita, mas que não impede de imprimir em sua ação uma direção político-ideológica. Dessa forma, cabe ao profissional apreender na esfera cotidiana estratégias de enfrentamento e resistência que possam forcejar as relações sociais para um novo caminho. Para tanto, é necessário ter a capacidade de apreender, na esfera cotidiana, o real em seu movimento concreto, reconstruindo-o como concreto pensado; precisa articular ação concreta e teoria, imbuídas de reflexão crítica.

No contexto do CREAS e da intervenção em determinadas formas de objetivação da violência cabe, então, extrapolar as demandas imediatas, compreendendo as mediações que permeiam essas violências da sociedade de classes. Ou seja, não desconsiderando o terreno sócio-histórico em que elas se desenvolvem, nem a violência mais ampla produzida pela organização social capitalista.

Assim, uma atuação profissional comprometida com a emancipação humana exige do assistente social um conhecimento aprofundado da realidade sobre a qual

pretende intervir e o rompimento com o “teoricismo” e com as práticas acríticas, como aponta Iamamoto:

Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie em seu espaço ocupacional o estabelecimento de estratégias de ação viáveis [...]. (IAMAMOTO, 2007, p.80).

Assim, o Assistente Social, ao se propor a intervir na vida cotidiana dos sujeitos, no âmbito de suas relações familiares e sociais, necessita de “[...] reconstruir, como ‘concreto pensado’, acontecimentos e realidades que possuem uma existência própria” e que devem ser apreendidos em seu movimento real (SILVA, 2007, p.131). Tendo, então, como pressuposto que o seu trabalho exige a compreensão crítica e aprofundada da realidade, numa perspectiva de totalidade, entende-se que teoria e prática devem estar imbricadas no processo de intervenção profissional.

E se o conhecimento que se tem da realidade e de um determinado fenômeno, somado aos referenciais teórico-metodológico e ético-políticos, embasam a intervenção, há de se entender que a compreensão de atos violentos de forma isolada e desconectada do contexto social mais amplo, culmina em intervenções dirigidas somente para o imediato e para o aparente. Ou seja, focadas apenas no comportamento dos indivíduos através de ações punitivas e “educativas” que visam ao ajuste social e, assim contribuem, não para a paz social, já que esta jamais existirá na organização capitalista, mas para a manutenção e reforço das relações de produção e reprodução da violência.

Se, contudo, esse mesmo ato for compreendido em sua condição de fenômeno social, não isolado, mas produzido em uma determinada estrutura social, em um dado período histórico, singular e ao mesmo tempo universal, será possível construir formas de intervenção que considerem os sujeitos em sua condição de seres sociais e o ato violento dentro da totalidade que o envolve. Sendo assim, será possível que se vislumbrem como produto da ação profissional, a construção de mecanismos de resistência e luta que possam de alguma forma alterar as relações que produzem as condições de nascimento e perpetuação da violência.

Pensando na realidade concreta estudada, cabe compreender que na perspectiva do SUAS analisada no início deste trabalho, ao se enxergar apenas o aparente, como o abandono, a negligência ou o “risco social”, tem-se uma intervenção

focada nos indivíduos e na mudança de comportamentos, com ações disciplinadoras que partem de julgamentos pré-estabelecidos, enquadrando e rotulando os sujeitos e as situações por eles vivenciadas. Em contrapartida, ao se buscar tecer uma análise mais ampla e completa, como se tentou realizar no presente texto, é possível entender tais fenômenos para além das demandas imediatamente postas e, conseqüentemente construir outras estratégias de intervenção que realmente contribuam para mudanças concretas na vida desses sujeitos ou que, minimamente, não signifiquem processos de repenalização.

O que se está em questão não é o fato de serem desenvolvidas ações diferenciadas para manifestações específicas de violência. É obvio que o trabalho com famílias de crianças vítimas de violência é diferente do trabalho com adolescentes em conflito com a lei. A questão é a forma como essas ações são desenvolvidas, que é consequência da leitura que o profissional consegue fazer dessa realidade.

No campo ora em estudo, conclui-se que é urgente a construção de formas de intervenção que atinjam as condições de produção e reprodução da violência, exigindo o exercício constante da reflexão sobre as ações desenvolvidas e a construção de um arcabouço teórico-metodológico que permitam, não só a compreensão, na contemporaneidade, do fenômeno da violência, como a proposição de novas formas de atuação que levem em consideração as contradições inerentes à sociedade capitalista contemporânea.

O Serviço Social avançou ao desvelar seu caráter contraditório e, mesmo que o profissional esteja limitado pelo capital por sua condição de trabalhador assalariado, pode assumir uma postura de luta e resistência, ao se vincular ao projeto societário de construção de uma nova ordem, posicionando-se ao lado da classe trabalhadora. A profissão, inspirada no marxismo, conseguiu avançar, compreender a realidade em que está inserida e as implicações de seu fazer profissional e não pode agora, sob o pretexto de um pluralismo confuso, perder-se em outras direções. O pluralismo, entendido como espaço para discussão de ideias diversas, é extremamente importante para a produção do conhecimento, mas não pode encobrir a direção social defendida.

No que tange então, ao trabalho nos serviços de combate à violência, no âmbito da assistência social, entende-se que é preciso fugir de visões de mundo restritas e fragmentadas, que tomam a violência apenas em suas manifestações isoladas e pontuais, a fim de se dar visibilidade à complexidade que envolve as relações violentas

na sociedade capitalista. Em outros termos, qualquer situação específica de violência que demande intervenção não pode ter seu significado esgotado em si mesmo; precisa ser entendida como um fenômeno material inserido numa dada estrutura social e num dado período histórico.

É preciso entender ainda que a relação Serviço Social - Violência não se esgota nas demandas apresentadas aos profissionais, mas figura, talvez, de forma não tão clara, na ação profissional, ou seja, nas formas como as assistentes sociais intervêm na vida cotidiana dos sujeitos, como conduzem os projetos e programas sociais, como direcionam seu trabalho. A intervenção profissional, dentro de seus limites, pode construir formas de resistência e luta, como também pode se submeter e até favorecer a lógica reprodutiva do capital. A reflexão acerca dessa questão deve ser levada a cabo pelos assistentes sociais para que suas atuações não fiquem restritas a respostas imediatistas e paliativas que, apesar de serem impressas de “boas intenções”, acabam por reproduzir a violência estrutural. Se haverá violência, que seja contra o capitalismo e não contra os trabalhadores, com quem a profissão firmou um compromisso ético.

Observa-se que, no contexto do CREAS, o Assistente Social, ao limitar sua ação a manifestações específicas de violência e sua compreensão da realidade a recortes fragmentados, como a esfera da família, deixa de enxergar as configurações mais amplas do contexto em que está inserido, bem como as implicações de seu fazer profissional, podendo, ao mesmo tempo em que se pensa, combatendo uma violência determinada, tornar-se reprodutor da violência estrutural. Nesse sentido, o SUAS tem se configurado em uma verdadeira armadilha também para a profissão que vem assumindo os princípios e diretrizes da política como os grandes norteadores de seu trabalho.

Longe de esgotar as questões levantadas, entende-se que as relações Serviço Social, Assistência Social e combate à violência são extremamente complexas e multifacetadas, cercadas de armadilhas e questões polêmicas, que precisam ser discutidas e estudadas, dada a relevância do trabalho profissional nesse espaço. Trabalho que não pode prescindir de uma compreensão crítica e profunda nos meandros da violência da sociedade contemporânea e dos caminhos e descaminhos da Assistência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência perpassa a história da humanidade apresentando diversas formas de objetivação, no modo de produção e reprodução das relações, engendrado pelo capitalismo. Ela assume feições específicas e sua compreensão exige o desvelamento desta sociedade, espaço onde ela se constrói e reconstrói. Exige a apreensão de seus determinantes e mediações, de sua relação com a estrutura em que se insere, bem como com o contexto social, histórico e político em que se desenvolve. Ou seja, mesmo que o modo de produção capitalista não seja o responsável por todo e qualquer tipo de objetivação da violência, é ele que oferece o terreno sócio-histórico por onde ela se tece.

Desse modo, ainda que a organização capitalista não possa ser culpada por toda e qualquer forma de violência, também não se pode eximi-la das maiores delas, uma vez que traz em seu âmago o gérmen da crueldade e da opressão. O capitalismo, ao esvaziar o trabalho de seu sentido ontológico e transformá-lo em espaço de alienação, estranhamento e exploração, subjuga o trabalhador aos seus interesses, restringindo as possibilidades de desenvolvimento das potencialidades humanas. Produz assim, uma forma de violência que atinge o homem em sua essência e que se agrava no contexto do pauperismo, onde a existência humana fica praticamente restrita à luta pela sobrevivência.

A violência desse modo de produção e reprodução das relações sociais se faz presente, então, nas formas estranhadas e alienadas de trabalho, na mercantilização das relações, na produção e reprodução da pobreza e da miséria e na redução das necessidades humanas à mera manutenção da vida física. Essas são as formas de coação do capital, que se fortalecem ao serem naturalizadas e aceitas pela sociedade como o único modo possível de vida, o que, estrategicamente, esvazia e enfraquece as formas de luta e resistência, numa tentativa de neutralizar qualquer contraviolência possível.

Nesse sentido, encontra-se na expansão da política de assistência social uma via fecunda para as investidas do capital. Essa, apesar de, primariamente, atender às necessidades da classe trabalhadora, tem se constituído em um espaço favorável para a naturalização da pobreza e da miséria, pelo desenvolvimento de políticas compensatórias, configurando-se em uma estratégia para desmontar direitos e legitimar o processo de precarização do trabalho. Alicerçada na concepção de

mínimos sociais e sua conseqüente redução das necessidades humanas, corrobora a violência engendrada pelo capital, uma vez que mantém os demandatários dessa política acorrentados ao Estado e a uma condição de submissão e subalternidade. A contradição aí impressa é que, ao mesmo tempo em que atende aos trabalhadores mantém sua insatisfação. Cabe à assistência social, nesse contexto, mitigar as necessidades, mas nunca saná-las.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) caminha nesse sentido, ao claramente despolitizar a questão social, ignorando as contradições e conflitos presentes, escamoteando os reais processos de produção e reprodução das relações na sociedade de classes. Favorece a integração, a ordem, exercendo o controle das parcelas mais pobres da classe trabalhadora sobre o pretexto de proteção social e pode significar, da forma como vem sendo implantada, a repenalização dos sujeitos em questão, tornando-se mais uma forma de reprodução da violência.

Essas observações não pretendem negar a relevância da Assistência Social. Obviamente, trata-se de um espaço extremamente importante para a parcela da classe trabalhadora dela demandatária, espaço do qual não se pode prescindir no contexto atual. Contudo, há de se salientar essas questões, entendendo que as contradições impressas nessa política são, muitas vezes, ignoradas e, numa perspectiva crítica, não podem ser desconsideradas. Na assistência social, expressam-se as piores sequelas do pauperismo e as grandes manifestações da violência estrutural e isso precisa ser entendido, a fim de que a política não se solidifique em mais um espaço de controle e alienação, tanto dos sujeitos nela atendidos, quanto dos profissionais que nela atuam.

Nesse sentido, infere-se que o presente trabalho, longe de trazer respostas conclusivas, traz apontamentos para a reflexão dos profissionais. Buscou-se desvelar a realidade a partir da compreensão das mediações que envolvem as situações de violência familiar, considerando essa não como um fenômeno isolado, mas, inserido numa determinada sociabilidade construída a partir de um modo de organização social determinado. Ainda que seja obviamente inviável abarcar aqui o conjunto de todas as mediações presentes nas situações analisadas, dadas as limitações desse trabalho e a dinamicidade e diversidade do movimento do real, foi possível desenvolver uma análise que permite afirmar que, por detrás das manifestações imediatas de violência existe uma série de outras questões que perpassam a vivência desses sujeitos e que

se constituem em violências tanto ou mais cruéis que as imediatamente identificadas. Entende-se, ainda que, para além dos apontamentos realizados, tentou-se apresentar, neste texto, o exercício de uma perspectiva de análise para as situações de violência familiar que pode permitir ao profissional sair do imediatamente posto e perquirir a trama da realidade concreta por onde se constroem e reconstroem as relações de violência. Um exercício que só é possível pela apropriação do método de análise proposto pelo materialismo histórico-dialético, na perspectiva marxiana, onde método e direção social estão sempre imbricados.

Ainda que inconclusivo, tal estudo permite inferir que, no contexto do CREAS, a vivência do pauperismo em suas múltiplas expressões é uma das mediações mais importantes para a compreensão das situações de violência familiar, uma vez que ele atinge a totalidade da vida dos sujeitos. Totalidade essa que tem sido estratificada pela fragmentação das necessidades humanas em políticas públicas diversas, de forma que questões como a moradia, a saúde ou a educação são apresentadas como esferas autônomas e dissociadas. Há de se entender que, ainda que tais necessidades sejam tratadas pelo Estado capitalista de forma compartimentalizada, elas se inter-relacionam e se intercambiam atingindo os sujeitos enquanto seres sociais. Ou seja, a falta de acesso à alimentação, à moradia, à educação e à não satisfação de outras tantas necessidades, não se limitam ao que imediatamente e objetivamente elas significam, mas trazem rebatimentos muito mais amplos e complexos. Exemplificando, o fato do indivíduo não ter uma moradia, não significa apenas que ele não tem onde morar, mas representa uma condição de vida que traz rebatimentos na totalidade do ser, interferindo tanto nas possibilidades de satisfação de outras necessidades, como no conjunto de suas relações sociais, inclusive as familiares.

Em relação à Assistência Social, esse processo de fragmentação se amplia, uma vez que a forma como o SUAS se estruturou na tentativa de conferir organicidade à política, sedimentou ainda mais os sujeitos, ao dividir as situações em níveis de complexidade e rotular as demandas com terminologias que, como citado, restringem as possibilidades de compreensão do real. A tipificação das situações de violência familiar caminha nesse sentido e, infelizmente, tem se constituído em um grande entrave para a ação profissional, não só nos CREAS, como também em outros

espaços que lidam com essas demandas, que permeiam a prática do Serviço Social no Brasil desde sua origem²¹.

Assim, antes de se preocupar em enquadrar as famílias em tipologias e rótulos, há de se entender o local de onde elas partem e o tipo de vida que levam, dentro de uma sociedade extremamente injusta e desigual, para então compreender as situações singulares e intervir de forma a favorecer mudanças realmente concretas. Cabe entender ainda que esse estudo se restringiu à compreensão da violência nas famílias que vivenciam o pauperismo, pois essa é a realidade em que se inserem as pessoas atendidas no locus desta pesquisa e deste trabalho, o que não significa que a violência familiar não ocorra em outros segmentos de classe e que não sejam igualmente mediadas pelas configurações da sociabilidade burguesa, ou seja, pelos valores sociais e pelas formas como se tecem as relações humanas nessa organização social.

Como já dito, não se pretende considerar a pobreza como a responsável pelos atos violentos dos indivíduos, numa relação causal, mas entender que, no contexto do CREAS, o que está em questão não são atos violentos isolados, mas vidas marcadas por privações e carências múltiplas. Ainda que nas situações de violência objetivada no espaço familiar exista um nível de decisão que é pessoal, há de se entender que essa decisão ocorre instrumentalizada e estimulada pela sociabilidade que impõe valores sociais e estabelece as regras que formam os indivíduos como indivíduos-sociais (SILVA, 2013).

Cabe ainda entender que o pauperismo é uma questão intrínseca à sociedade capitalista, que pode ser amenizada via políticas públicas, mas não eliminada. Sua erradicação só é possível com transformações estruturais que libertem o homem da dominação do capital. A priori, essa constatação pode desembocar em utopias, messianismos e fatalismos, engessando a ação profissional nesse campo. Por isso há de se compreender que, ainda que não seja possível a uma profissão alterar as condições de produção e reprodução do pauperismo, é viável e urgente enfrentá-las, tendo como horizonte a emancipação humana, ainda que seja impossível, no momento atual, prescindir de formas de emancipação política.

Tal tarefa só pode ser realizada, se fundamentada na busca da compreensão do real na totalidade e não em partes fragmentadas, sendo que pela especificidade

²¹ Cabe lembrar que um dos primeiros campos de intervenção profissional foi o antigo Juizado de Menores no Estado de São Paulo, na década de 1940.

do Serviço Social só é possível por meio da aproximação dos profissionais com a teoria marxiana e com a tradição marxista, que trazem, não apenas um método de análise da realidade, mas também uma leitura abrangente da ordem social regida pelo capital, apontando uma direção social clara. Essa direção, à qual se vincula o projeto ético-político dos Assistentes Sociais, pressupõe a busca por uma nova forma de sociabilidade que permita, não só a igualdade de condições socioeconômicas e com ela o acesso a bens e serviços e a satisfação das necessidades básicas, mas também as possibilidades de realização do homem, enquanto ser social livre.

Por mais limitada que seja a atuação profissional na Assistência Social, ao compreender a realidade nessa perspectiva, o assistente social pode dirigir sua intervenção de forma a não só não reforçar essa ordem perversa, mas também construir mecanismos de luta e resistência. No campo em questão, o primeiro pré-requisito para isso é entender a luta de classes e se posicionar nela de forma coerente, ou seja, escolhendo no seu espaço de trabalho ficar ao lado da classe trabalhadora, o que na assistência social significa de forma objetiva, posicionar-se ao lado das pessoas atendidas, trabalhando para elas e com elas, respeitando-as enquanto sujeitos e entendendo as questões que permeiam seu cotidiano em toda a sua complexidade. Nesse sentido, é premente que se faça a devida crítica às propostas de intervenção impostas verticalmente pelo Estado, de forma a fugir do tecnicismo e das práticas miméticas, superando ainda os preconceitos e mitos que permeiam esse tipo de trabalho.

Há de se entender que, o que está em jogo é a disputa por projetos societários distintos e, no caso do SUAS, tem-se implícita uma perspectiva que reforça, não só a manutenção dessa organização social, como também a perspectiva neoliberal, tendências que se expressam no Serviço Social, a partir de tencionamentos que tentam pôr em xeque o projeto ético-político profissional. A permeabilidade da lógica do SUAS no discurso dos Assistentes Sociais vem se tornando uma armadilha, uma vez que, acaba corroborando o projeto de renovação do conservadorismo, que tem perigosamente crescido, tanto no meio profissional quanto acadêmico, agravado pelo fato de que, muitas vezes, tal discurso é assumido de forma acrítica e permeado de boas intenções.

Em síntese, surgem como apontamentos para a reflexão acerca da temática estudada:

- 1- Que os atos violentos objetivam-se de forma singular no cotidiano das relações familiares, mediados por questões universais específicas do modo de organização social vigente.
- 2- Que o pauperismo, no contexto da assistência social é uma das mediações mais importantes, expressando-se na vida das famílias de diversas formas e constituindo-se em uma violência muito maior que as imediatamente postas.
- 3- Que na maioria das situações é o pauperismo a grande violência imposta e não “problemas” comportamentais individuais ou de relacionamento, esses relevantes, mas secundários nas situações analisadas.
- 4- Que a perspectiva imposta pelo SUAS traz implícita uma direção contrária à do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que corrobora o projeto capitalista ao tentar singularizar e naturalizar a questão social.
- 5- Que os conceitos e rótulos comumente utilizados no trabalho com situações de violência familiar restringem as possibilidades de compreensão da complexidade do real e conseqüentemente a construção de estratégias de intervenção efetivas.
- 6- Que a ideia de centralidade na família difundida pelo SUAS escamoteia a realidade vivenciada pelas pessoas atendidas na assistência social, contribuindo sobremaneira para a individualização das questões e re penalização dos indivíduos.
- 7- Que a centralidade do trabalho deve ser a categoria central para a compreensão do ser social, tanto pelo seu significado ontológico, quanto pelas configurações que assumem na sociedade capitalista
- 8- Que as necessidades humanas vão muito além da manutenção da vida física e que sua redução a questões biológicas iguala o homem à animais irracionais, o que representa mais um mecanismo de reforço a violência estrutural.
- 9- Que urge ao Serviço Social a construção de um arcabouço teórico-metodológico que auxilie na explicação das situações de violência objetivadas no espaço familiar na perspectiva de totalidade, imbuído de uma direção social clara.

Enfim, entende-se que cabe ao Serviço Social combater todos os tipos de violência contra o ser humano, mas tal tarefa exige, no âmbito da atuação profissional, uma compreensão mais aprofundada da realidade e das diferentes formas de objetivação da violência presentes nessa estrutura social. Compreensão que só é possível pelo desvelamento do real para além do imediato. Ou seja, exige-se ir além da superfície dos fenômenos e desvelá-los em sua complexidade. Exige-se assim, o

constante exercício da articulação entre teoria e prática, mas uma articulação mediada por marcos teóricos que auxiliem no desvelamento da trama das relações sociais tecidas dentro da organização social regida pelo capital. A teoria social de Marx, como dito, aponta, não só a possibilidade de uma forma de análise e compreensão do real, mas também uma direção social vinculada a um projeto societário situado “para além do capital”. Projeto essencial para a superação efetiva da violência macroscópica e estrutural que permeia as relações sociais na sociabilidade burguesa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

AZEVEDO, M. A. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In: _____.; GUERRA, V. N. A. (Org.). **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, E. R. Fundamentos de política social. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 12/12/2013

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social - Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.** Brasília, DF, 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CORREA, B. C. et al. **Situação da criança e do adolescente em Ribeirão Preto:** uma contribuição ao CMDCA, no processo de definição de diretrizes para a formulação de políticas públicas destinadas à infância e a adolescência. (Relatório de pesquisa). Ribeirão Preto, 2012.

DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 2. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2010.

FERNANDES, V. R.; FUZINATTO, A. M. Drogas: proibição, criminalização da pobreza e mídia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 1., 2012, Santa Maria. **Anais....** Santa Maria: Ed. UFSM, 2012. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/4.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **Canais**: banco de dados: cidades@: SP: Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354340#>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

KARAM, M. L. Legislação brasileira sobre drogas: história recente – a criminalização da diferença. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer: drogas, aids e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

LESSA, S. E. C. A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.

MARX, K. **O capital: crítica a economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”: de um prussiano. In: _____.; ENGELS, F. **As lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Manuscritos econômicos–filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas).

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MDS. **Manual de instruções para o registro das informações especificadas na Resolução nº04/2011 alterada pela Resolução nº20/2013 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT**. Brasília, DF, jan. 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/doc/Manual_de_Instrucoes_-_CRAS.pdf>. Acesso em: 15/01/2014

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica: NOB-SUAS**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/legislacao-2011/norma-operacional-basica-do-suas/nob-suas-2012.pdf/download>>. Acesso em: nov. 2013.

_____. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas-1/04-caderno-creas-final-dez..pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF, 2004.

Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: nov. 2013

MIGLIORINI, V. B. Indicadores de vulnerabilidade sócio-ambiental das favelas de Ribeirão Preto como subsídio para processos de regulação fundiária. In: CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 3., 2009, Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/cohab/i08topo.php?pagina=/cohab/conferencia/v erablat.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: Hucitec : Abrasco, 2000.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MOTA, A.E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado - a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAGNAN , R. Submoradias abrigam 76 mil em Ribeirão Preto. **Folha online**, São Paulo, 16 nov. 2002. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u62950.shtml>>. Acesso em: 2 set. 2010.

PAULO NETTO, J. Marxismo e família-notas para uma discussão. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. (Org.). **Serviço social: direitos e competências profissionais**, Brasília, DF, 2009.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Plano de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto, out. 2010. Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/pehsp/5_encontro_regional_ribeirao_preto_out10_19_2010/municipios_expositores/out19_2010_plhis_ribeirao_preto.pdf>. Acesso em: 15/12/2013

ROS, A.C.P. **As condições de vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto**: pesquisa nos prontuários das famílias em atendimento. Ribeirão Preto, mimeo, 2001

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Perspectiva de totalidade e serviço social**. 2010. (separata).

_____. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social**, Brasília, DF, v. 19, p. 31-58, 2008a.

_____. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 265-273, jul./dez. 2008b.

_____. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 89, p. 130-154, mar. 2007.

_____. Violência e Desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social**, Brasília, DF, n. 19, p. 31-58, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/33>. Acesso em:

_____. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. **Revista Eletrônica da Faculdade de História, Direito e Serviço Social**, Franca, 2005. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/revista/index.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. MOTA, A. E. (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. (Questões da nossa época).

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **As prisões da miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZIEGLER, J. **Destrução em massa**: geopolítica da fome. Tradução e prefácio de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2012.

APÊNDICES

APENDICE A- Roteiro de Entrevista

- 1- Porque sua família está sendo atendida no CREAS?
- 2- Fale sobre sua trajetória pessoal e sobre sua família.
- 3- Você considera que na sua família existiu ou existe alguma situação de violência, abandono ou negligência grave? Explique
- 4- Você trabalha? Na sua vida que tipo de trabalhos você já teve? Existem outras pessoas em sua casa que trabalham?
- 5- O que significa o trabalho (ou a falta dele) na vida da sua família?
- 6- Sua família tem acesso a políticas públicas fundamentais como educação, saúde, habitação e assistência social? Esse acesso é fácil ou você encontra dificuldades? É satisfatório?
- 7- Você tem sonhos para seu futuro e para o futuro de sua família? Se sim Quais? Se não, porque?
- 8- Quais são as maiores dificuldades da sua família hoje?
- 9- O que você acha que poderia ser feito para melhorar a vida de todos?
- 10- Existe algo que você gostaria de ter feito e não conseguiu? Se sim, por que?
- 13- Qual a sua principal alegria e sua maior decepção quando pensa em sua família?
- 14- Você deseja fazer mais algum comentário sobre o que conversamos?

APENDICE B – Termo de Consentimento



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **FAMÍLIA, VIOLÊNCIA E SOCIABILIDADE BURGUESA: UM ESTUDO SOBRE A REALIDADE DAS PESSOAS ATENDIDAS NO CREAS EM RIBEIRÃO PRETO-SP**

O projeto de pesquisa será conduzido por Ana Carolina Pontes Ros do curso de Mestrado em Serviço Social orientado pelo Prof (a). Dr(a) José Fernando Siqueira da Silva, pertencente ao quadro *docente* da Unesp/Campus Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

Esta pesquisa tem como objetivo: Conhecer e analisar as diferentes formas de objetivação da violência na esfera familiar e suas relações com estrutura social em que se inserem, bem como as várias mediações e determinantes que influenciam as formas de produção e reprodução dessa violência na sociabilidade capitalista. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Ribeirão Preto, de de .

_____.

Assinatura do participante

Pesquisador Responsável

Nome: Ana Carolina Pontes Ros

Endereço: Rua Arnaldo Victaliano, 881, apt 24B bloco 4

Tel: 16-8173-4577

E-mail: anacarol.ros@terra.com.br

Orientador

Prof. (a) Dr. (a) José Fernando Siqueira da Silva

Endereço: Av Eufrásia Monteiro Petrágli, 900, Jd. Antônio Petrágli

Tel: 16- 3706-8945

E-mail: jfernandoss@terra.com.br

ANEXOS

